

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/11/2020 a 30/11/2020

**Indexação:** "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-12:56
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Relaxamento das medidas de proteção contra o coronavírus durante a campanha eleitoral realizada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de repasse, pelos partidos políticos, da cota de recursos destinados aos candidatos negros nas eleições municipais de 2020.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) -** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero deixar registrada uma situação que nos preocupa muito neste momento eleitoral, na cidade do Rio de Janeiro. Temos visto as pessoas transitarem hoje um pouco mais soltas no que diz respeito ao uso de máscara e ao uso de álcool em gel. Temos visto lugares lotados e pessoas nas ruas sem a proteção necessária.

Eu quero, nesta sessão virtual, deixar registrada a importância de o País continuar nessa observância, neste momento. Nós precisamos realmente garantir que as eleições não tragam nenhum malefício à nossa mobilização e que a população do Rio poderá votar, assim como a do Brasil inteiro, tranquilamente.

Quero dizer também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que vivemos um tempo em que a população retoma o seu momento mais tranquilo. Neste momento, antes das eleições, já não vemos tanto ódio quanto vimos nas eleições passadas. As pessoas param, ouvem, conversam, interessam-se, protestam, o que é da democracia, faz parte da democracia. Isso para nós é muito bom.

Quero também, Sr. Presidente, prestar uma homenagem, no dia de hoje, às mulheres que estão participando do processo eleitoral. Mulheres negras participam deste processo eleitoral. Queremos chamar a atenção dos partidos que não estão respeitando a cota das mulheres no que se refere ao repasse de recursos, nem dando a elas,

as mulheres negras, e aos homens negros, a oportunidade de levarem as suas propostas para o momento eleitoral na TV e no rádio. Faça isso, Sr. Presidente, com a responsabilidade de quem tem defendido, durante a vida inteira, que o Brasil precisa se encontrar com o Brasil. A campanha municipal é de grande responsabilidade.

Concluo pedindo a todos e a todas que mantenham calma. Vamos para as nossas campanhas democraticamente, sem violência.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância e paciência.

---

Documento 2/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-13:04
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Continuidade da obstrução das votações pela Minoria, em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do alcance de 160 mil mortes provocadas pela Covid-19; do aumento de preços e do agravamento do desemprego no País. Repúdio às piadas homofóbicas do Presidente da República contra o povo maranhense. Subserviência do Presidente Jair Bolsonaro ao Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump. Repúdio ao discurso de extremistas da Direita a respeito da ideologia de gênero.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. É um prazer revê-lo. Boa tarde, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

É com muita satisfação que, neste momento, em nome da Minoria, comunico que continuaremos em obstrução nesta sessão. Estamos em obstrução porque é necessário votar a Medida Provisória nº 1.000, que trata do auxílio emergencial.

O Sr. Presidente da República surfou numa popularidade efêmera a partir de um ato que nós da Oposição fizemos ao lutar por um auxílio emergencial, durante a pandemia do novo coronavírus, no valor de 600 reais e, para famílias monoparentais, de 1.200 reais.

De maneira unilateral, o Governo corta ao meio o auxílio emergencial, mas os preços só aumentam. O gás de cozinha está na estratosfera. Infelizmente, a PNAD Contínua do IBGE, divulgada na última sexta-feira, deu conta de que 14,4% é o índice do desemprego no País, batendo recorde ao atingir 13,8 milhões de brasileiros. Ao mesmo tempo, as demissões não param de crescer no Brasil. É o aumento da desocupação, inclusive com o desalento. Nós já passamos dos 20 milhões de brasileiros entre desempregados, desocupados e desalentados.

E o Sr. Bolsonaro procura fazer espuma, fazer graça com as mais de 160 mil vítimas do novo coronavírus - ele não se condeu de uma morte sequer, de uma família enlutada sequer. Ele faz piadas homofóbicas no Maranhão, atingindo o povo maranhense, o Governador do Maranhão; procura fazer intervenções, como hoje, nos grandes jornais, sobre interferências estrangeiras ameaçarem a eleição dos Estados Unidos. O que Bolsonaro tem a ver com isso? Lambebotas de Trump! Procure saber da fome em nosso País, Bolsonaro! Procure saber do desemprego, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrou aos brasileiros no último dia 30. Governe para o País, Bolsonaro!

Enfim, é uma falta de vergonha, e ainda vêm os representantes do extremismo de direita falar sobre ideologia de gênero, sobre questões que disfarçam, com uma falsa moral, o problema real dos brasileiros, que é fome, desemprego, desalento. Acima de tudo, o Governo dá um péssimo exemplo ao dizer que as vacinas são ideologizadas. É uma vergonha o que o Brasil passa diante dos olhos do mundo.

Obstrução é a resposta, MP 1.000 é uma necessidade!

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 3/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-13:08
Publ.: DCD - 11/4/2020 -		PAULÃO-PT -AL
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; bem como da destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de



calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Saudações à Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas - SINTEAL, Sra. Consuelo Correia, e à Profa. Sandra Lúcia Lira. Continuidade da obstrução das votações pelos partidos oposicionistas, em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Gostaria de cumprimentá-lo, assim como todos os colegas Parlamentares e, de forma destacada, os internautas que nos assistem.

Sr. Presidente, eu quero, como primeiro ponto, destacar a importância de um projeto aprovado pela Câmara Federal sobre os precatórios do antigo FUNDEF, que têm papel fundamental para fazer a reparação de uma injustiça em relação aos profissionais da educação. Esta Casa votou-o praticamente por unanimidade, e há uma informação extraoficial de que ele poderá ser pautado amanhã, em sessão do Congresso. Esperamos que o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que é o Presidente do Congresso, paute a matéria, mas respeite a decisão tomada pela Câmara Federal. Digo isso porque há informações de bastidores de que está havendo uma manobra no sentido de manter o veto do Presidente Bolsonaro, que representa um desrespeito para com todos os profissionais da educação no Brasil. Então, este é o primeiro ponto: a importância de mantermos a garantia dos precatórios do FUNDEF.

Faço uma saudação especial a Consuelo Correia, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas - SINTEAL, e a outra militante social importante nessa luta que é a Profa. Sandra Lúcia Lira, também uma guerreira nessa causa.

A outra questão foi destacada por colegas que me antecederam: a obstrução da Oposição relativa à MP 1.000. O auxílio emergencial - que inicialmente a Câmara aprovou e, depois, o Senado -, todos sabem que Bolsonaro não o queria, porque ele odeia os trabalhadores, odeia a população mais pobre. Mas o auxílio foi aprovado com uma temporalidade: até o final do ano.

A medida provisória tem o papel de dar continuidade, de forma perene, permanente, a esse auxílio emergencial, que tem dois objetivos fundamentais: aquecer a economia e, ao mesmo tempo, equacionar uma reparação social que o Brasil tem com a população mais carente. A Região Nordeste, da qual faço parte, tem a maior densidade demográfica e uma das maiores contradições sociais do País. Por isso,

se o auxílio emergencial acabar, viverá o caos econômico e social. Por isso, a obstrução.

Vamos manter a MP 1.000!

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 4/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-13:12
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	GENERAL GIRÃO-PSL -RN	BREVES
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Protesto contra a obstrução das votações pelos partidos opositores.  
Contrariedade à votação, pelo Supremo Tribunal Federal, da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.668, acerca da implantação da ideologia de gênero nas escolas brasileiras. Expectativa quanto à extensão, ao Estado do Rio Grande do Norte, da Operação Covidão realizada pela Polícia Federal contra o desvio de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS.

---

**O SR. GENERAL GIRÃO** (Bloco/PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas e população brasileira que nos assiste, boa tarde.

Eu queria dizer para os senhores e para as senhoras que estão nos assistindo que lamentamos muito o discurso e, mais ainda, a atitude da Oposição de fazer obstrução nas nossas sessões plenárias. Já estamos há quase 2 meses sem sessões simplesmente porque acontece esse capricho de obstrução, impedindo que nós possamos exercer o nosso direito democrático e o nosso dever como Deputados Federais de votar e de discutir aqui assuntos que dizem respeito à população brasileira. A Câmara dos Deputados tinha que estar votando, indo para o embate nas votações, porque é assim que se caracteriza o regime democrático. Se houver obstrução, não se vota nada.

Eu me pronunciei na última sessão dizendo estar envergonhado, e digo isso mais uma vez. Por isso, peço desculpas à população brasileira, àqueles que votaram em nós e aos que não votaram, mas que hoje sabem que a Câmara dos Deputados está desse jeito. Isso é um absurdo!

Outro posicionamento nosso, Sr. Presidente: é lamentável que o

Supremo Tribunal Federal, por meio do Ministro Edson Fachin, coloque em votação agora, no dia 11, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.668, para que passe a ser obrigatório nas escolas o ensino da ideologia de gênero. Ora, esta Casa já negou isso!

O Congresso Nacional, tanto a Câmara quanto o Senado, já disse que não quer isso. A população brasileira não quer isso.

O Ministro Fachin tinha toda a condição possível de negar de ofício esse requerimento do PSOL, essa ADI do PSOL, e ele não fez isso. Não fez com que intenção? Eu não sei. O Supremo Tribunal Federal tem alguns Ministros que realmente tentam, às vezes, usurpar o poder do Congresso Nacional. Legislar é tarefa desta Casa, não é do Supremo! Não existe inconstitucionalidade. Tentou-se passar uma proposta aqui, e foi negada. Nós precisamos ter capacidade de reagir a isso.

Sr. Presidente, eu gostaria de finalizar as minhas palavras dizendo que a Polícia Federal fez hoje uma operação em alguns Estados, em algumas capitais, especialmente em Fortaleza, no Ceará, para combater o "Covidão". Espero que ela chegue rapidamente também ao Rio Grande do Norte, porque esse consórcio do Nordeste é algo que nos envergonha, e muito. O dinheiro que foi desviado tem que ser cobrado, e as pessoas que participaram desses atos criminosos têm que ser presas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez, desculpas à população brasileira!

---

Documento 5/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-13:16
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a obstrução das votações na Casa pelos partidos oposicionistas. Defesa de retomada dos trabalhos das Comissões Temáticas, bem como da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Apelo à Casa de votação de propostas de acordos internacionais

Brasil/Holanda e Brasil/St. Maarten.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)  
- Agradeço, Sr. Presidente.

Colegas Deputados, quero aproveitar a presença do Deputado Julio Cesar Ribeiro para lembrar que este Plenário, na semana passada, deixou de apreciar dois importantes acordos internacionais: um, entre o Brasil e a Holanda, e o outro, entre o Brasil e St. Maarten. Os Países Baixos solicitaram esses dois acordos para que pudéssemos o quanto antes fazer com que se destravasse este acordo de céus abertos entre os países, o Open Skies Agreement, e, infelizmente, devido a uma obstrução, não votamos semana passada. Ao que tudo indica, não haverá votação hoje. Isso é muito ruim para este Parlamento, internacionalmente falando.

É algo ruim também dentro do nosso País, aliás, é péssimo, porque estão nos cobrando nas ruas. *"Escuta, o Congresso Nacional parou? E a prisão em segunda instância? Não vamos mais debatê-la?"* Sr. Presidente, nós conseguimos o número mínimo de assinaturas, 103 assinaturas, para uma emenda de Plenário a projeto de resolução nesta Casa para a volta da instalação de Comissões, inclusive a de ética, que está parada, e a da prisão em segunda instância. Conseguimos as 103 assinaturas.

O povo está cobrando. As pessoas querem a volta da punição para aqueles que cometem crimes e estão soltos. É um absurdo. A pessoa é condenada em primeira instância, é condenada em segunda instância por um órgão colegiado, por desembargadores, com provas robustas, e não vai presa! Isso não é algo de um país sério, Sr. Presidente. Nós precisamos devolver a seriedade às nossas instituições, e é o Congresso Nacional - a voz do povo, a representação do povo brasileiro - que precisa fazê-lo.

A obstrução que está sendo feita por conta da Presidência da Comissão Mista de Orçamento e de sua relatoria não pode ser mais tolerada. Não é possível que passemos mais 1 semana aqui em Brasília sem que uma única sessão deliberativa da Câmara dos Deputados aconteça, por causa de uma obstrução relacionada a uma Comissão. Não é possível, Sr. Presidente! Não é possível, colegas Deputados!

Faço um apelo. Temos as assinaturas para a volta da Comissão relativa à prisão em segunda instância. O próprio Presidente, o Deputado Marcelo Ramos, assinou a emenda de Plenário referente a esse projeto de resolução. Prisão em segunda instância já! Precisamos voltar a debater esse tema e, mais do que isso, aprovar a volta da

prisão em segunda instância, para que bandidos não permaneçam soltos, como está acontecendo hoje no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Eu que agradeço, Deputado Marcel. É verdade. Na semana passada, tentamos realmente votar esses dois acordos, que são importantes tanto para o Brasil quanto para a Holanda, para os Países Baixos, e infelizmente não tivemos êxito. Vamos torcer para que consigamos votar hoje, mas, pelo andar da carruagem, isso está muito difícil, porque ainda nem chegamos a 200 assinaturas.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, permita-me ainda dizer - se eu não mencionei isto, peço escusas - que V.Exa., Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Holanda, esteve comigo e com outros cinco Parlamentares na residência oficial do Embaixador holandês. Ali foi mencionada a importância desses acordos, que estão em tramitação desde o início do ano.

Portanto, reforço o apelo a V.Exa. e a todos os Líderes - sei que V.Exa. já está engajado - para que, desta vez, ao menos esses dois acordos possam ser votados, porque se espera resposta deste Parlamento e não repercussão, até mesmo internacional, da falta de realização de sessões deliberativas na Câmara dos Deputados.

Parabéns a V.Exa. pelo trabalho.

Com muita honra, sou eu o seu Vice-Presidente no Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Holanda. Fico muito grato pela oportunidade que V.Exa. me concedeu de caminhar ao seu lado nesse grupo.

Muito obrigado.

---

Documento 6/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-13:28
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento do acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; bem como da destinação dos recursos deles

oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Homenagem prestada pelos trabalhadores sem-terra às vítimas da Covid-19, por ocasião do Dia de Finados, no Estado da Bahia. Desestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA pelo Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Sr. Presidente, saúdo todos os Deputados.

Peço ao Congresso Nacional que, na sessão, possa votar a derrubada do Veto nº 48.20.005, que trata do FUNDEF. Temos que derrubar esse veto, porque temos que valorizar os professores. Trata-se da subvinculação de 60% dos precatórios do FUNDEF, o que é muito importante para os professores do Brasil. Temos que valorizar e apoiar esses profissionais. Por isso, temos que derrubar o veto do Presidente.

Todos nós sabemos que esse Presidente da República não tem responsabilidade com a educação, não tem responsabilidade com o povo brasileiro. Nós sabemos disso. Entretanto, enquanto Parlamentares, temos que sensibilizar o conjunto de Deputados e Senadores para derrubarmos o veto do Presidente. Não podemos, de forma nenhuma, concordar com isso. Nós fizemos um grande trabalho no Congresso Nacional para aprovar o projeto de lei. O Presidente o vetou. Agora, repito, temos que derrubar o veto.

A responsabilidade, agora, é nossa. A expectativa da sociedade é a de que nós possamos votar de acordo com a vontade dos educadores brasileiros. Por isso, eu tenho certeza de que o Congresso Nacional vai derrubar esse veto do Presidente da República.

Sr. Presidente, também quero fazer uma saudação especial a todos e a todas que vêm lutando para fortalecer cada vez mais o nosso esforço pela reforma agrária no Brasil. Eu digo isso porque ontem, Dia de Finados, os sem-terra aqui na Bahia plantaram árvores em todos os lugares, em solidariedade aos familiares que perderam um ente querido para a COVID.

Por isso, parablenzo a direção do MST aqui na Bahia e em todo o Brasil. Reafirmamos a convicção de continuarmos lutando pela reforma agrária. É uma bandeira importante.

Nós sabemos que o Presidente da República acabou com o INCRA, destruiu a bandeira de reforma agrária, mas nós não dependemos simplesmente do Governo para fazê-la. Precisamos estar firmes e fortes, cada vez mais, para desapropriarmos todas as áreas improdutivas que há neste Brasil, democratizarmos o acesso à terra,

viabilizarmos a assistência técnica, produzirmos alimento de qualidade, para atendermos a população brasileira. Esta é a nossa missão, e vamos continuar fazendo isso.

Neste momento eleitoral, temos que continuar denunciando esse Governo Bolsonaro, que não leva em consideração as pessoas que mais precisam das ações do Governo na área social.

Era isso, Sr. Presidente.

---

Documento 7/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-13:32
Publ.: DCD - 11/4/2020 -		PADRE JOÃO-PT -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações à cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, pela exortação aos brasileiros ao plantio de árvores frutíferas em solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Importância da retomada de conjunto de ações destinadas à segurança alimentar. Imediata votação do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto de Lei Assis Carvalho) acerca da adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, numa agenda externa, quero saudar a todos e a todas. Na linha do Deputado Valmir Assunção, quero cumprimentar os movimentos e também a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que sugeriu que, no Brasil inteiro, houvesse plantações de árvores, preferencialmente árvores frutíferas, para expressarem a solidariedade a milhões de brasileiros que já foram afetados com a perda de um parente, de um amigo, e, assim, pudéssemos celebrar a vida. Nós acreditamos também na vida eterna, embora não seja por isso que tenhamos que descuidar da nossa vida no dia a dia.

É muito importante a iniciativa da CNBB, no sentido de exortar também os cristãos católicos a fazerem o plantio de árvores. No momento em que o Presidente da República não tem compromisso com a vida do

cidadão, não tem compromisso com a Mãe Terra, com as matas nos diversos biomas, essa iniciativa externa o compromisso com a vida. Esse é um gesto também importante na questão sanitária, impedindo assim aglomerações no cemitério. Foi muito importante.

Eu tive oportunidade também, junto com a minha família, com meu pai, já com 82 anos, com irmãos, sobrinhos e cunhados, de fazer o plantio de árvores frutíferas, porque também é uma perspectiva da segurança alimentar. No momento em que não só a vida está ameaçada, mas também a fome volta, é importante nós retomarmos um conjunto de ações na linha da segurança alimentar.

Por isso há vetos importantes a serem derrubados, sobretudo o veto que esvaziou a Lei Assis Carvalho, que garante o fortalecimento da agricultura familiar. É muito importante que sejam pautados esses vetos, como é muito importante também a Medida Provisória nº 1.000.

Então, fica o nosso apelo ao Presidente do Congresso para que possa pautar e incluir os vetos da Lei Assis Carvalho, para que assim tenhamos uma retomada do fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar.

Parabéns! Encerro, mais uma vez, parabenizando a CNBB e todos aqueles que acolheram essa sugestão, esse pedido de contribuição para o planeta e todos os seus habitantes.

Obrigado.

---

Documento 8/92

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-13:40
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	JOSEILDO RAMOS-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Legitimidade da obstrução das votações promovida pelos partidos opositoristas, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Contrariedade à privatização de bancos estatais. Estímulo do Banco do Nordeste do Brasil à aposentadoria dos seus funcionários.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr.**

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, eu gostaria de dizer para este Parlamento que o instrumento de obstrução é uma ferramenta legítima de qualquer Casa Legislativa.

A Oposição, enquanto minoria, utiliza-se da obstrução para pedir a urgência da votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020. Nada é mais legítimo do que isso, em torno daqueles que, por conta da pandemia, estão passando fome.

Sr. Presidente, mais uma vez, devemos levar em conta que Ministros e Secretários de Estado do Governo Federal abrem uma perspectiva sinistra de privatizar os bancos estatais do nosso País. Refiro-me ao BNDES, à Caixa Econômica Federal - já disseram que o Banco do Brasil não está mais nessa perspectiva -, ao Banco da Amazônia, ao Banco do Nordeste, do qual fui funcionário e onde me aposentei, um banco que tem um quadro extremamente qualificado de servidores e que, no ano de 2018, por exemplo, na condição de gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, aplicou em investimento produtivo e injetou na economia nordestina, só no ano de 2018, quase 33 bilhões de reais. O Banco do Nordeste proporciona uma perspectiva de manutenção e geração de mais de 4 milhões de empregos na região nordestina e evita a desindustrialização nos Estados nordestinos. Com isso, busca evitar a continuidade da desigualdade que existe entre as regiões, principalmente na Região Nordeste.

Estamos também denunciando que o Banco do Nordeste está estimulando a aposentadoria dos seus funcionários, funcionários de alto quilate, e está evitando a reposição dos concursados que estão esperando o chamamento para poderem prestar seus serviços a partir do concurso que aconteceu em 2018.

Lembro mais uma vez que esses bancos são ferramentas de Estado. Não cabe a cada governo de plantão começar a perspectiva de destruir os nossos bancos que estão lutando pela emancipação do nosso povo e pela diminuição das desigualdades.

Eu agradeço, Sr. Presidente.

Encerro o meu pronunciamento neste momento.

---

Documento 9/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-13:52
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Continuidade da obstrução das votações pelos partidos oposicionistas, em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Ocorrência de demissões no setor bancário, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Fechamento de agências bancárias no País. Desestruturação de instituições públicas financeiras.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde aos que estão acompanhando esta sessão.

Sr. Presidente, a Oposição continua insistindo na necessidade de votar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020. Estamos em obstrução para que esta medida provisória seja pautada, e nós possamos debater sobre o retorno da renda emergencial no patamar de 600 reais. O Governo Bolsonaro cortou o benefício pela metade, e os impactos já estão sendo verificados na nossa economia, na vida dos mais pobres no nosso País.

Queremos que seja pautada a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, porque nós desejamos deliberar e votar.

Mas eu queria também, Sr. Presidente, falar sobre o setor bancário do nosso País. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED revelam que até setembro houve cerca de 12 mil demissões no setor bancário. A contradição é que esse setor continua lucrando, e lucrando muito. O Santander revelou o lucro, nesse período, de 9,891 bilhões de reais; o Bradesco, de 12,657 bilhões de reais - milhões não, bilhões! E eles continuam demitindo. No Santander houve 2.045 demissões; e no Bradesco, 1.224 demissões.

Enquanto os bancos lucram, os trabalhadores estão perdendo os seus empregos e as agências estão sendo fechadas. No Santander, 149 agências foram fechadas; e no Bradesco, 372. O Bradesco anuncia que fechará em torno de 1.100 agências. É um escárnio! É um absurdo! Esse setor não tem do que reclamar, tinha é que pagar mais para enfrentar a pandemia, mas está é escorrendo os trabalhadores, aqueles que têm necessidade de crédito no nosso País.

Eu quero condenar esse tipo de postura e enaltecer a resistência que os trabalhadores bancários estão fazendo a partir dos seus sindicatos. Os sindicatos dos bancários da Bahia e de Sergipe têm feito grandes mobilizações, denúncias, ido a portas dos bancos para condenar esse

tipo de prática.

Nós não podemos permitir que esse setor continue a lucrar tanto e a maltratar os bancários, promovendo demissões e prejudicando a nossa economia.

Mas isso não é só no setor privado. Infelizmente, há uma política de desmonte das instituições públicas financeiras. O Banco do Nordeste e a Caixa Econômica estão anunciando que estimularão a demissão voluntária, o que é absolutamente condenável.

Parabéns aos bancários pela resistência! E fica a nossa condenação a essa prática abusiva do setor financeiro.

---

Documento 10/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-14:00
Publ.: DCD - 11/4/2020 -		JOÃO DANIEL-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Valorização da política brasileira. Importância do papel exercido pelos detentores de cargos eletivos. Transcurso do aniversário natalício do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Defesa da eleição de Prefeitos Municipais e Vereadores comprometidos com a luta popular/social. Congratulações ao povo boliviano pela eleição de defensor do projeto popular indígena para a Presidência da República. Posicionamento do orador contrário à reeleição do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto de Lei Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, 2018.

---

**O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.)** - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os Parlamentares e a todos que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa.

Primeiro, queria dizer que nós estamos num ano eleitoral, e é fundamental que o povo brasileiro valorize a importância da política. Nós precisamos transformar a política no seu verdadeiro papel, que é o de poder resolver os problemas da população brasileira. É por meio de mandatos de Vereadores e Vereadoras, de Prefeitos e Prefeitas, de Governadores, de Presidente da República e de Parlamentares que

nós podemos ter uma democracia forte e representativa. A nossa luta é incansável na defesa da democracia e da verdadeira política.

Aproveito para saudar, em nome do Partido dos Trabalhadores, o qual presido em Sergipe, o aniversário realizado há poucos dias do maior líder popular deste País, comemorado no Brasil inteiro. Falo do nosso saudoso e querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é um homem guerreiro, que representa a dignidade do povo brasileiro e que foi o maior Presidente da história do Brasil.

Conclamamos, por isso, toda a militância popular brasileira a fazer o debate do papel das eleições, a fazer o debate da importância dos mandatos populares, para retomarmos este País à verdadeira democracia. E a verdadeira democracia é quando há governos que representam com dignidade o Brasil, como representaram o Presidente Lula, a Presidenta Dilma, o nosso saudoso ex-Governador Marcelo Déda e tantos grandes líderes que muito fizeram pela democracia e pelo povo brasileiro. Vamos eleger Prefeitos e Vereadores que tenham compromisso com a luta social e popular deste País.

Aproveito para parabenizar o povo boliviano que mora no Brasil e da Bolívia, que, na última eleição, deu o recado aos golpistas e aos imperialistas, trazendo de volta o projeto de Evo Morales, o projeto popular indígena na Bolívia.

Nós precisamos de uma América Latina livre, de uma América Latina soberana e com governos que tenham compromisso. E estamos na torcida pela derrota de Trump, nos Estados Unidos, porque ele representa o que há de pior na política americana.

Sr. Presidente, para encerrar, eu quero dizer que nós queremos e defenderemos sempre a democracia. Aproveito para pedir ao Presidente do Senado e do Congresso Nacional que coloque em pauta os vetos, na sessão do Congresso Nacional, para que nós derrubemos os vetos ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, batizado de Lei Assis Carvalho e que trata da agricultura familiar.

Muito obrigado.

---

Documento 11/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-14:04
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Avanço do coronavírus no Estado do Amapá. Promoção de aglomerações pelo candidato à Prefeitura Municipal de Macapá, Josiel Alcolumbre. Solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral, pelo PSB e pela Rede Sustentabilidade, de adoção das providências cabíveis contra a disseminação da Covid-19 durante as eleições municipais amapaenses.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, ao cumprimentar V.Exa. e todos os que acompanham esta sessão, quero dizer que aqui nós estamos muito preocupados - eu estou em Macapá, a Capital do Amapá - com a evolução enorme do número de casos de coronavírus no Estado. Nós estamos acompanhando há 4 semanas essa evolução, que coincide claramente com o período eleitoral. Inclusive, em matéria de capa do *site* UOL e na *Folha de S. Paulo*, tratou-se do tema, ou seja, que a eleição estaria potencializando a evolução do número de casos de coronavírus.

O que é mais grave aqui no Amapá? É que o candidato que mais promoveu aglomerações e ajuntamentos de pessoas foi justamente Josiel Alcolumbre, irmão do Presidente do Senado e candidato do Prefeito de Macapá, cidade onde esse crescimento de casos tem se concentrado ultimamente, e do Governador do Estado. As duas autoridades que têm a responsabilidade de coordenar as ações de combate ao coronavírus e à COVID-19, para catapultar o seu candidato, promoveram enormes aglomerações e bandeiradas visivelmente inadequadas e inoportunas, para não dizer coisa pior, em termos de pandemia.

O resultado está aí: nós estamos enfrentando aumento no número de leitos de UTI ocupados. Nas redes pública e privada, juntas, a ocupação dos leitos de UTI é de quase 70% e antes era, em média, de 40%. Pessoas estão morrendo por COVID-19, fruto dessa irresponsabilidade. E eu falo isso pelo seguinte: se o Governador e o Prefeito têm um candidato, eles têm a responsabilidade maior de não só não promover atos de campanha desse candidato, como também de orientar todas as candidaturas para que façam o mesmo.

O resultado é que nós estamos agora enfrentando a segunda onda, e eu já falei ao Plenário sobre a nossa preocupação com a segunda onda de COVID-19. O PSB e a REDE, a coligação do nosso candidato, entraram inclusive com ação judicial, para que a Justiça Eleitoral se posicionasse, já que ela foi omissa nesse ponto.

Nós estamos agora solicitando ao TRE que tome providências. A Prefeitura, tardiamente, na semana passada, adotou medidas restritivas. Nós estamos solicitando, em nome da nossa coligação e do nosso candidato, que o TRE se posicione oficialmente e diga se é

possível ou não manter o calendário eleitoral como está previsto, com o primeiro turno no dia 15 de novembro e o segundo turno no dia 29 de novembro.

E fizemos isso porque temos responsabilidade. Além disso, promovemos uma articulação com uma frente de quatro candidatos a Prefeito, para cobrar do Prefeito e do Governador a adoção dessas medidas.

Neste momento, vamos cobrar o possível adiamento da eleição, por uma questão de responsabilidade para com a sociedade. Nós queremos uma festa da democracia, e não uma festa do coronavírus e da COVID-19. Lamentavelmente, ficou claro que Prefeito e Governador relaxaram tudo, na tentativa de eleger o seu candidato.

Repudiamos essa atitude. Repudiamos o silêncio também de muitos candidatos que, naquele momento, não quiseram se unir em torno dessa cobrança. Estamos agora enfrentando essa onda terrível, com a morte de pessoas, a internação de tantas outras e muito sofrimento.

Repudiamos essa irresponsabilidade e convocamos todos a assumirem o seu papel, para mudarmos essas regras e, se for possível, inclusive adiarmos as eleições.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 12/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-14:12
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Obstrução das votações pelos partidos opositores em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do pagamento dos auxílios emergenciais de 1200 e 600 reais concedidos, respectivamente, às mulheres chefes de família e aos trabalhadores/famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a reforma agrária e as políticas agrícolas nacionais. Repúdio ao Veto Parcial nº 46, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº

735, de 2020, (Projeto de Lei Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, 2018. Elevado contingente de trabalhadores brasileiros desempregados. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, eu quero trazer o mesmo tema sobre o qual outros já falaram nesta sessão: nós precisamos colocar em pauta e votar urgentemente a Medida Provisória nº 1.000, de 2020. Por quê? Porque o povo está sofrendo. Aqui na minha Paraíba, no Nordeste, o sofrimento é grande, principalmente o daquelas famílias que moram nas periferias, daqueles que vivem desempregados, daqueles que não têm uma renda certa. Muitos viviam desse auxílio emergencial. Então, nós precisamos voltar a distribuir os 600 reais e os 1.200 reais, para as mães que são chefes de família, para que eles possam ir minimizando a sua situação. Não dá para continuar como está.

E aí não há porque dizer que a Oposição está fazendo obstrução por fazer. A Oposição está fazendo obstrução baseada em uma questão séria, uma questão complexa, porque aqueles que viviam nas ruas fazendo biscates para sobreviver, não estão fazendo mais. O comércio informal acabou-se, e o povo não tem do que viver. Então, é necessário que nós votemos a Medida Provisória nº 1.000, para que o Governo volte a ajudar as famílias.

Nós vemos, nas portas dos bancos, na porta da Caixa Econômica Federal, filas e filas de pessoas que passam horas e horas esperando uma resposta e, quando chegam ao caixa, não há nada para elas. Essa é a realidade. E esse Governo só faz o pessoal rir e se torna ridículo diante da população brasileira. Não dá para continuar assim, não! Nós temos um Governo que, de fato, não leva a situação dos pobres, dos pequenos, dos que estão aí sofrendo.

A questão da reforma agrária não existe mais, assim como a questão da educação no campo e a questão da assistência técnica nos assentamentos da reforma agrária. Não existe mais nada disso no meio rural. Culpa de quem? Desse Governo que não leva a sério as questões da reforma agrária e das políticas agrícolas. Da Lei Assis Carvalho, ele vetou os melhores artigos, aqueles que iam beneficiar os pequenos agricultores. Ele os vetou, e esses vetos não são colocados em pauta para serem apreciados pelo Congresso Nacional, para

ajudarmos os agricultores familiares.

Essa sim é a realidade, e não que há aumento dos postos de emprego no Brasil. No Brasil, há mais de 14 milhões de desempregados. E nós não podemos dizer que esse Governo tem cuidado dos pobres e da população.

Então, fora, Bolsonaro! E vamos à luta.

---

Documento 13/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-14:16
Publ.: DCD - 11/4/2020 -		ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Descompasso entre o discurso do Governo Jair Bolsonaro e a realidade socioeconômica e ambiental brasileira. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Repúdio ao Decreto nº 10.502, de 2020, editado pela Presidência da República, sobre a instituição da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Descaso do Presidente da República com os portadores de transtornos mentais. Questionamento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, à decisão do Supremo Tribunal Federal de criminalização da LGBTfobia. Rompimento do caráter laico do Estado brasileiro pelo Chefe da Nação. Preocupação dos Parlamentares defensores do Presidente da República com a ação ajuizada pelo PSOL contra a discriminação homofóbica nas escolas brasileiras.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - *"O poder inebria, corrompe e destrói!" "A autoridade muito rapidamente incorpora a crença de ter sido alçada ao olimpo por decisão divina (...)." Essas palavras foram ditas pelo Sr. Otávio Rêgo Barros, que, até há pouco tempo, era uma das principais expressões do Governo Bolsonaro. Ele diz o que nós estamos vendo se reproduzir nesta sessão.*

Dizem que o Brasil está muito bem, mas temos 14 milhões de desempregados, vemos a fome voltando a grassar sobre o País, temos uma fuga de 87,5 bilhões de reais da Bolsa de Valores de São Paulo este ano, temos o recorde em queimadas tanto na Amazônia quanto no Pantanal, e há um desprezo em relação às 160 mil mortes, ou mais do que isso. Esse é o Brasil que dizem que está indo muito bem, de um Presidente que não tem qualquer tipo de sensibilidade com a dor do

outro, mas que traça a sua trajetória a partir da necessidade de disputar as próximas eleições e se nega inclusive a financiar a vacina em função do país de origem da própria vacina.

Por isso, nós da Oposição temos muita pressa em votar. Não é verdade que nós não queremos votar! Nós queremos votar a MP 1.000. Nós queremos votar a medida provisória que estabelece a redução do auxílio emergencial, porque nós queremos resgatar o valor de 600 reais. Nós queremos votar os vetos que destruíram a construção que este Parlamento fez em defesa da agricultura, em defesa da desoneração e de tantos elementos fundamentais para o País. Nós queremos votar o que é fundamental para o povo brasileiro.

Mas o que quer o Governo? O Governo quer segregar as pessoas com deficiência com um decreto que estabelece a volta prioritária, eu diria, das escolas e salas especiais, destrói a educação inclusiva. O Governo quer a volta dos choques elétricos para as pessoas com transtorno mental. O Governo quer questionar o Supremo quando este criminaliza a LGBTfobia, quer questionar defendendo as religiões, rompendo definitivamente o caráter laico do próprio Estado.

Aliás, os Parlamentares que defendem o Governo, que deveriam estar preocupados com a dor do povo brasileiro que chora os seus mortos, que chora a fome, que chora o desemprego, estão preocupados é com uma ação do PSOL que busca impedir a discriminação dentro das escolas e constroem mentiras em cima disso. A mentira passou a ser a regra deste Governo e dos seus apoiadores. Se vocês são contra que haja nas escolas uma campanha ou políticas para impedir a LGBTfobia ou outras formas de discriminação, vocês são a favor da discriminação, da segregação e têm desprezo pelo povo brasileiro.

---

Documento 14/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-14:20
Publ.: DCD - 11/4/2020 -		LÍDICE DA MATA-PSB -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Direito dos partidos opositores de obstrução das votações em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19. Solidariedade às populações do sertão baiano atingidas por chuvas torrenciais. Repúdio ao tratamento dispensado pelo Governo Jair Bolsonaro à educação inclusiva. Defesa de elaboração, pelos Líderes partidários, de pauta

com ênfase no estímulo à economia popular e nas demandas das população brasileira.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu quero também me manifestar aqui como os demais membros da Oposição. É de um direito regimental que a Oposição se utiliza neste momento para obstruir esta sessão enquanto não tivermos a votação da Medida Provisória nº 1.000, que nos permitirá votar o auxílio emergencial de 600 reais e dar ao povo brasileiro, neste momento de tanta dificuldade, o mínimo para sua sobrevivência. O auxílio emergencial comprovou também a sua eficácia na circulação de mercadorias, no impulsionamento do consumo e da economia popular. Portanto, é indispensável que nós façamos esta votação.

Mas, Sr. Presidente, eu quero também me solidarizar com a população das regiões da Bahia onde a frente fria ocasionou grandes chuvas, especialmente no Sertão baiano, trouxe uma situação de risco e de emergência para a vida dessas pessoas e deixou muita gente desabrigada. Mando um abraço especialmente para a cidade de Irecê, cujo Prefeito Elmo Vaz se encontra em recuperação da COVID-19 e, ainda assim, está tomando todas as medidas necessárias para proteger e acolher a população. O Governador Rui Costa, imediatamente, tomou as providências, e hoje mesmo a Defesa Civil já está naquele Município dando o socorro às pessoas necessitadas.

Sr. Presidente, quero dizer que este Governo Bolsonaro continua fazendo muito mal ao Brasil. E um desses males é justamente a volta da escola segregada para as pessoas com necessidades especiais, crianças e adolescentes.

Queremos o retorno do trabalho legislativo. Mas queremos que esse retorno do trabalho legislativo possa ser feito com os Líderes definindo uma pauta que seja de proteção, de estímulo à economia popular, de apoio ao povo brasileiro e à sua sobrevivência, e não essa pauta de mortes, essa pauta que vai contra os interesses nacionais e contra a nossa soberania, que só fala em privatização, só fala em controle de teto de gastos, que só fala em medidas que realmente atacam a vida do trabalhador brasileiro.

Recentemente, ouvi um pronunciamento dizendo que há dados de crescimento do emprego. Essas pessoas não estão falando com a população, não estão vivendo o sofrimento dela no dia a dia, neste período da eleição, que se agravou intensamente.

Muito obrigada.

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-14:20
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Ameaça pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, de não aceitação do resultado das eleições presidenciais no caso de vitória do seu concorrente. Servilismo da política externa brasileira.

---

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos os Parlamentares.**

Primeiro, eu queria colocar que nós queremos votar sim a MP 1.000. Quem não quer votar é o Governo e os setores governistas. Eles não querem votar porque não querem se expor. Eles cortaram o auxílio emergencial, que significou a sobrevivência de milhões de pessoas no Brasil inteiro, e agora vão acabar com o de 300 reais também. Eles não querem votar porque a Câmara restabeleceria 600 reais, o que vai desagradar o mercado financeiro. Isso é uma vergonha num País que tem 14 milhões de desempregados neste momento, desempregados oficiais. Se contar os informais, os desalentados, nós teremos 40 milhões de pessoas nessa condição.

Mas eu não poderia deixar também, Sr. Presidente, neste momento, de tratar das eleições americanas. Neste momento o terraplanista, o negacionista, o xenófobo, o inviabilizador de políticas sociais, principalmente para os pobres, o fascista que governa os Estados Unidos, seguido de perto pelo nosso negacionista, pelo protofascista que governa o Brasil, está ameaçado de perder a eleição para os Democratas e está ameaçando não aceitar os resultados. Isso é muito grave não só para democracia americana mas também para a democracia mundial. O que está acontecendo nos Estados Unidos é que o trumpismo está patrocinando milícias armadas. Eles estão querendo contaminar a população e intimidar quem vai votar. É por isso que já votaram 97 milhões, 98 milhões de pessoas antecipadamente; muitos, pelos correios. E eles querem anunciar o

resultado antes.

É a mesma coisa aqui. A nossa política externa é a política do capacho, do cachorrinho, do servilismo, que se manifesta de uma maneira que prejudica os próprios negócios dos capitalistas brasileiros. O agronegócio brasileiro, assim como foi a questão do etanol, do aço, da taxaço do alumínio, não tem vantagem nenhuma. E agora eles querem impor a tecnologia 5G americana e ficam recebendo Secretário de Estado para fazer campanha aqui no Estado de Roraima escancaradamente.

A resposta disso é: nós estamos sabendo, sim, que isso significará um imenso enfraquecimento das políticas de extrema-direita mundiais. Os Estados Unidos, nós sabemos, são governados por um esquema industrial militar, pelo complexo industrial militar, pelo capital financeiro no geral, qualquer que seja o Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Mas Bolsonaro sabe que para ele é uma derrota. Ele sabe que toda política trumpista foi a que ele acompanhou aqui: de extrema-direita, fascistóide.

Por isso, estamos, sim, observando de perto o resultado nos Estados Unidos, que terá consequências aqui, particularmente na política de direitos humanos, na política ambiental e também na política de extrema-direita brasileira, que hoje perde as eleições no Brasil porque o bolsonarismo está enfraquecido e restará sem apoio internacional. Nenhum país pode se orgulhar de ser um pária internacional. Só um Ernesto Araújo da vida que pode achar uma tolice dessa.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 16/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-14:24
Publ.: DCD - 11/4/2020 -		CÉLIO MOURA-PT -TO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desvio de recursos destinados à saúde pública no Município de Araguaína, Estado de Tocantins. Suspeição de uso, pelo gestor da municipalidade, de verbas destinadas ao combate à Covid na campanha eleitoral do seu sucessor.

Crise da saúde pública em Araguaína.

---

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado do Tocantins vive um sério problema na área da saúde. Vários Secretários de Saúde foram presos, membros de licitações dos Municípios, da mesma forma, quando se trata da compra de remédios, principalmente para o coronavírus.

O Município de Araguaína, Sr. Presidente, é o maior depois da capital. Nós vivemos um momento de muitas dificuldades.

Aqui já chegaram milhões e milhões de reais para o tratamento da COVID, recursos destinados à saúde municipal, mas nós estamos vivendo uma verdadeira calamidade.

O Prefeito da cidade, o bolsonarista Ronaldo Dimas, privatizou a saúde, através de uma organização social chamada ISAC. E, por causa da relação com organizações sociais, como todos já sabem, no Brasil inteiro Governadores estão sendo cassados, Secretários estão sendo presos. Em Araguaína, está acontecendo o mesmo. Foi contratada uma organização social chamada ISAC, que tem três CNPJs. E ninguém sabe o endereço dela, ninguém sabe quem é o seu Diretor, ninguém conhece os seus funcionários. Mas ela está simplesmente tomando conta do dinheiro da saúde municipal. É uma vergonha o que está acontecendo no Município de Araguaína, Sr. Presidente! Não existe endereço da empresa, ela não tem Diretor, ninguém sabe quem são os funcionários, ninguém sabe quem toma conta disso. Porém essa organização está administrando milhões e milhões de reais na cidade de Araguaína.

Enquanto isso, o Prefeito da cidade faz uma campanha milionária, utilizando, inclusive, recursos municipais destinados à propaganda para tentar colocar o seu candidato a Prefeito na dianteira nas eleições de Araguaína. Nós suspeitamos que o dinheiro destinado ao combate ao coronavírus está sendo utilizado em Araguaína para a compra de votos, porque não é possível o gasto que está sendo feito lá nestas eleições municipais. O Prefeito colocou um candidato-laranja, um testa de ferro que só diz o que ele manda.

Infelizmente, a saúde em Araguaína vive dias de grandes dificuldades. Há gente nas filas para se tratar. Os hospitais estão simplesmente abarrotados de pacientes. E o Governo do Estado também não faz o serviço devido na cidade. Nós vivemos uma calamidade na saúde pública em Araguaína. A saúde foi privatizada, e empresários gananciosos estão explorando o setor e utilizando o dinheiro da saúde pública para fazer campanha política, para fazer jogatina, na tentativa

de ganhar as eleições e manter o *status quo* de Araguaína na mão do atual Prefeito, Ronaldo Dimas, um bolsonarista que todo mundo conhece. E todo mundo sabe que ele não gosta de pobre. É por isso que nós estamos fazendo esta denúncia.

Sr. Presidente, eu peço que a nossa fala seja registrada no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 17/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-14:28
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação da oradora com a absolvição do empresário André de Camargo Aranha, acusado de estupro da jovem promoter catarinense Mariana Ferrer. Tentativa do Governo Jair Bolsonaro de privatização do setor de atenção básica à saúde. Repúdio aos ataques do Governo Federal contra o Sistema Único de Saúde - SUS. Continuidade da obstrução das votações em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do piso emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -** Boa tarde, Deputado Julio Cesar Ribeiro, que está na Presidência da sessão neste momento.

Eu gostaria de abrir a minha fala neste momento, Presidente, prestando a minha mais absoluta solidariedade à jovem Mariana Ferrer, que foi humilhada no julgamento do caso do seu estupro. E quero manifestar a minha indignação pelo resultado desse julgamento.

Essa jovem, à época com 21 anos, foi estuprada numa festa, depois de dopada - ela era virgem. E um caso de estupro de vulnerável virou um caso inédito na Justiça penal, envolvendo um crime que não existe, o estupro culposos.

O estuprador foi inocentado no julgamento com base em um crime inexistente no Código Penal, o estupro sem a intenção de estuprar. Não sei quem conhece esse crime, mas o empresário André de

Camargo Aranha foi inocentado assim.

Ele fez uma dupla cúmplice com o seu advogado, Cláudio Gastão da Rosa. Isso nos dá indignação, isso nos dá nojo, sinceramente. E é um brutal retrocesso, um retrocesso secular, depois de tanta luta, de tanta conquista da sociedade brasileira.

Quero apenas registrar que eu tenho certeza de que a bancada feminina não ficará parada diante disso e tenho certeza de que as entidades democráticas de defesa dos direitos civis no Brasil também não ficarão paradas. Então, registro a minha solidariedade à Mariana Ferrer e a minha indignação pelo resultado desse julgamento.

Também não ficaremos parados, Sr. Presidente, diante dos golpes que vêm sendo desferidos por este Governo contra o SUS - Sistema Único de Saúde. Nós estamos obstruindo os trabalhos ativamente, porque a sociedade desempregada não aguenta mais viver o que está vivendo, sem proteção social, e também não aguenta mais ver este Governo golpear o SUS.

O Governo tentou, na semana passada, no dia 27 de outubro, publicar uma portaria que indicava, dentro do PPI, que é um programa de desestatização, a privatização da atenção básica no Brasil, sem consultar o Ministério da Saúde, até onde sabemos, sem consultar os secretários municipais e estaduais de saúde. Ele tentou privatizar a atenção primária, que faz o Programa Nacional de Imunizações - fará, inclusive, a vacinação contra a COVID-19, quando a vacina estiver disponível. O Governo teve que revogar essa portaria, porque a reação da sociedade foi muito grande. Mas ele já anuncia a possibilidade de republicação da portaria, o que certamente não aceitaremos.

Além disso, há a asfixia financeira e orçamentária, os golpes e os atalhos pela Constituição, não só com o teto constitucional, mas também com as três PECs que estão no Senado Federal: a 186, a 187 e a 188, que são criminosas em relação ao Estado brasileiro e à saúde brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, nós ficaremos atentos e reagiremos em defesa do Sistema Único de Saúde e da vida do povo brasileiro. Este Governo é mercador da morte. Nós queremos defender a vida. Nós nos manteremos em obstrução até que possamos ter novamente na pauta a MP 1.000 e para defender o Sistema Único de Saúde.

Muito obrigada, Presidente.

---

### *Sumário*

Protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Anúncio de candidatura do orador à Presidência da Casa, no caso de não inclusão da propositura na pauta de votações.

---

**O SR. ANDRÉ JANONES** (Bloco/AVANTE - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Eu venho aqui hoje fazer na verdade mais que um pedido, venho fazer um desabafo. Particularmente, eu não acredito mais que seja possível ainda pautar a MP 1.000. E isso é lamentável, porque mostra que a democracia nunca existiu de forma plena no nosso País. Poucas foram as vezes em que a voz do povo foi ouvida. Mas agora nós vemos a democracia correndo um risco ainda maior. Agora, além de a voz do povo não ser ouvida diretamente, a voz dos Parlamentares, de nós Deputados Federais e dos Senadores, também não está sendo ouvida.

Eu digo isso, Presidente, porque é da vontade da ampla maioria, da maioria absoluta dos Deputados desta Casa que a MP 1.000 seja pautada. E, ainda assim, a MP não é colocada em votação. Vemos que hoje o povo não tem voz. E o pior, os representantes do povo, eleitos de forma legítima e democrática, também não têm voz nesta Casa, neste Parlamento. Os interesses do povo brasileiro têm sido colocados em segundo plano, e o que tem sido priorizado são os interesses de dirigentes partidários, de meia dúzia de pessoas que se acha poderosa e não entendeu que o verdadeiro poder está nas mãos do povo, através do voto.

Peço à população brasileira que fique atenta aos partidos que se negaram a colocar a MP 1.000 em votação. Espero que tudo isso não esteja sendo arquitetado, de forma maquiavélica, para depois de 15 de novembro pautarem a MP 1.000 e, talvez, votarem contra o povo. Aí vão ter coragem de mostrar a cara e votar contra o interesse do povo brasileiro. O povo não vai perdoar, caso isso aconteça. Basta ver as redes sociais, inclusive a própria *TV Câmara* na Internet, para constatar a audiência que as sessões da Câmara dos Deputados estão tendo. Isso significa que o povo brasileiro está acompanhando, está vendo a atuação de cada Deputado e está na expectativa de que atendamos ao

seu clamor, colocando a MP 1.000 em votação.

Anuncio a toda a população brasileira, a todo o povo que nos assiste, que, ouvindo o interesse, a opinião de quem manda neste País, que é o povo brasileiro, caso a MP 1.000 não seja pautada, confirmo que estarei na disputa pela Presidência da Câmara dos Deputados no ano que vem. Está na hora de termos alguém do povo na Presidência da Câmara dos Deputados para pautar o que é de interesse do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 19/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-14:44
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	MERLONG SOLANO-PT -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Alcance da marca de 160 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Elevado contingente de brasileiros subempregados e desempregados. Imediata votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo coronavírus. Defesa de vacinação em massa da população brasileira contra a Covid-19.

---

**O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, como todos sabemos, o Brasil enfrenta ainda os efeitos da maior crise humanitária, econômica e social da sua história: já são mais de 160 mil mortes pela COVID, são mais de 14 milhões de desempregados e outros tantos milhões de desalentados e subempregados. Diante de uma situação como esta, há muitas providências urgentes, e eu quero destacar duas.

De um lado, esta Casa precisa retomar a iniciativa que tem caracterizado a sua postura diante da crise e votar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para fazer voltar o auxílio emergencial ao valor de mil reais. Isso é uma medida que se impõe pelo aspecto humanitário, para evitar o aumento da fome, e é também uma medida econômica importante que agiliza a atividade econômica nos segmentos mais populares. A venda de alimentos e a venda de produtos não duráveis se intensificam quando o povo ganha mais recursos, só quem não ganha são os banqueiros, que, por isso, não querem este aumento.

De outro lado, Sr. Presidente, colegas Deputados, é imperativo que o

Brasil organize a maior campanha de vacinação da sua história.

Os institutos de pesquisa, os laboratórios, as universidades pelo mundo afora estão fazendo a sua parte, e logo nós teremos uma vacina. Seja chinesa, seja de Oxford, não importa qual seja, logo teremos uma ou mais de uma vacina, e, quando chegar esse momento, o Brasil precisará estar preparado. Para isso, é preciso que o Presidente da República abandone a politização do evento e autorize o Ministério da Saúde a coordenar uma ampla preparação que envolva os Estados, os Municípios, as Prefeituras e toda a sociedade, as igrejas, as empresas, os clubes.

A campanha de vacinação contra a COVID-19 precisará ser a maior campanha da nossa história, e não é politizando o tema que nós conseguiremos isso. Não importa saber se a vacina vem da China, ou se vem da Inglaterra, ou se vem dos Estados Unidos, ou que venha de onde quer que seja o que importa saber é se a vacina é eficaz, é se a vacina protege o povo brasileiro contra os efeitos desta grave pandemia, que está provocando um verdadeiro caos social reduzindo a atividade econômica, provocando o desemprego e aumentando a pobreza.

A Câmara Federal precisa instigar o Governo Federal a assumir a sua responsabilidade e a preparar o Brasil para a maior campanha de vacinação da sua história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 20/92

---

27.2020.B	Sessão Outro Evento	03/11/2020-14:52
Publ.: DCD - 11/4/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Obstrução das votações pelo PCdoB e pelos demais partidos opositores, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Deputado Daniel Almeida vai usar o tempo

de Líder.

É bom que deixemos claro agora que a nossa obstrução, a do PCdoB e a dos partidos de esquerda, é para forçar o Governo e a sua base a aceitarem votar a Medida Provisória nº 1.000.

Não conseguimos imaginar que o Governo tenha cortado pela metade o Auxílio Emergencial e este Parlamento continue de braços cruzados sem fazer nada. O Governo corta o Auxílio Emergencial no momento mais difícil, com 14 milhões de desempregados.

Queremos votar a Medida Provisória nº 1.000. Se ela não for colocada em votação não haverá acordo para o restante da pauta da Casa.

O Deputado Daniel Almeida vai falar em nome da Liderança.

Muito obrigada.

---

Documento 21/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-11:28
Publ.: DCD - 11/5/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Empenho do PCdoB na rejeição do Veto Parcial nº 26, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020, da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda durante a epidemia de coronavírus (especialmente aos dispositivos pertinentes à desoneração da folha de pagamento empresarial e à ultratividade de convenções e acordos coletivos de trabalho). Defesa, pelo partido, de rejeição do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao Projeto de Lei 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico. Inadmissibilidade de retirada de recursos do setor educacional, prevista no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2020.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria reafirmar aqui a posição com que o PCdoB tem votado nas nossas reuniões de Líderes do Congresso. Nós queremos votar a desoneração da folha de pagamento. Aliás, brigamos muito no relatório do Deputado Orlando Silva para garantir a desoneração. Essa é uma bandeira nossa, pela importância que é a manutenção de empregos.

Ela atende a pelo menos 17 setores da economia.

Portanto, nós, do PCdoB, queremos votar a desoneração. E sei que o Governo só aceitou pautar essa matéria porque já perdeu esse debate no Plenário da Casa - aliás, das duas Casas. É unanimidade nas duas Casas hoje: todos queremos votar a desoneração. E nós queremos também votar a ultratividade, pela manutenção dos acordos coletivos de trabalhadores. E se depender de nós, se o Governo não atrapalhar, nós também queremos derrubar o veto no saneamento.

Agora, Sr. Presidente, não aceitamos e não fazemos nenhuma negociação para votar PLN que retire quase 1 bilhão e meio de reais da educação brasileira. As universidades estão sucateadas, o ensino superior precisa desse recurso, e nós não podemos aceitar votar projetos que retirem dinheiro da educação. Então, não tem acordo com relação a esse voto no PLN que retira dinheiro da educação.

Muito obrigada.

---

Documento 22/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-11:28
Publ.: DCD - 11/5/2020 -	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de celebração de acordo para a votação de vetos presidenciais e projetos de lei do Congresso Nacional. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 26, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020, da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda durante a epidemia de coronavírus, (especialmente aos dispositivos pertinentes à desoneração da folha de pagamento empresarial, à ultratividade de convenções e acordos coletivos de trabalho e à Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Defesa, pelo partido, de rejeição do Veto Total nº 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei 2.508, de 2020, acerca da concessão de auxílio emergencial à mulher provedora de família monoparental. Inadmissibilidade de aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2020, em face da retirada pela propositura de recursos destinados à educação.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nós estamos vivendo um sessão enxuta, porque basicamente nós deveríamos estar aqui votando até o item 51, que são todos os vetos que estão sobrestando a pauta, e não apenas

até o item 35.

Então, a proposta que o Governo nos faz de votar unicamente até o item 35 e votar os PLNs por conta das questões orçamentárias é uma proposta que exige um acordo, porque não é o procedimento regimental do Congresso Nacional, nem o procedimento que foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, é necessário, Sr. Presidente, que nós caminhemos para um acordo; e esse acordo inclui questões relativas aos vetos e questões relativas aos PLNs. Se não houver acordo nesses dois pontos, a Oposição não vai concordar em avançar nessa pauta.

Veja bem, Sr. Presidente: primeiro, a questão da desoneração é uma derrota do Governo. Nós já temos maioria aqui nesta Casa para derrubar esse veto. É importante, num momento de crise como o que nós vivemos hoje, nós termos condições de atravessar, de superar e garantir os empregos dos trabalhadores.

Eu estive ontem na manifestação das centrais sindicais, em São Paulo, apoiando essa manifestação. E a posição das centrais sindicais é, sim, pela derrubada desse veto.

Nós estamos com eles nessa questão e queremos derrubar o veto da desoneração. Mas, nesse mesmo projeto, existem outros vetos que precisam ser derrubados, como os vetos em relação à continuidade dos acordos coletivos, a chamada ultratividade, e os vetos em relação à questão da PLR, assunto no qual o Governo quer colocar a mão sem nenhuma necessidade. Nós precisamos derrubar um conjunto de vetos nesse projeto, além do veto à desoneração. E é necessário também que outros vetos, principalmente o relativo ao auxílio emergencial, sejam avaliados e que nós os derrubemos aqui.

Agora, algo com que não podemos concordar, Sr. Presidente e Líder do Governo Eduardo Gomes, de forma alguma, é com a inclusão do PLN 30 na pauta. Nós não avançaremos nesta sessão enquanto estiver na pauta o PLN 30, que retira 1 bilhão e 400 milhões de reais das universidades federais e dos institutos federais. Não há hipótese de votarmos aqui, enquanto não se resolver isso. Nós temos inclusive um requerimento de retirada de pauta do PLN 30. E queremos votar esse requerimento porque não é possível que se apertem, que se asfixiem as universidades federais e os institutos federais em troca da realização de obras que nós nem sabemos quais são. Esses recursos vão para rubricas genéricas. Não existe acordo possível quanto a isso.

Ora, se se quer sustentar politicamente, através de recursos federais, a base do Governo - e o Poder Executivo está fazendo isso, e o faz de forma despudorada -, que se sustente, mas que não se retirem

recursos da educação.

A educação está sendo sacrificada neste País, em primeiro lugar, pela nomeação de Ministros absolutamente incompetentes, sem condições de gerir a educação em nosso País, e, em segundo lugar, pelo teto de gastos e também pelo arrocho fiscal.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar claro aqui que nós temos que avançar na negociação para iniciarmos a votação, senão não haverá acordo por parte da Oposição.

Muito obrigado.

---

Documento 23/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-11:32
Publ.: DCD - 11/5/2020 -	AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 26, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020, da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda durante a epidemia de coronavírus, (especialmente aos dispositivos pertinentes à desoneração da folha de pagamento empresarial, e à ultra Inadmissibilidade de aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2020, em face da retirada pela propositura de recursos destinados à educação. Contrariedade aos vetos presidenciais apostos às propostas relativas ao Benefício de Prestação Continuada - BPC e à concessão do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia de coronavírus. Defesa de rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, a respeito da redução do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores diante da crise gerada pela Covid-19. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, relativo à atualização do marco legal do sanamento básico.

---

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Líder do Governo Eduardo Gomes, Líder da Oposição Carlos Zarattini, Sras. e Srs. Parlamentares, povo brasileiro que nos assiste, esta é uma sessão muito importante. E temos decisão do Supremo e disposição no Regimento que dizem que os vetos têm que ser apreciados por ordem de chegada.

O Presidente Bolsonaro vetou a prorrogação da desoneração da folha, mas cedeu à pressão popular. O Líder Carlos Zarattini já destacou que

a maioria das centrais sindicais apoia a derrubada do veto à desoneração. O Governo cedeu, resolveu capitalizar politicamente em cima disso, quer derrubar outros vetos, quer aprovar um PLN com o qual nós não concordamos, o PLN 30 - esse PLN retira recursos da educação -, mas não derruba vetos importantes.

O Presidente Bolsonaro vetou matérias como a que trata do Benefício de Prestação Continuada e a que trata do auxílio emergencial, prejudicando o povo que mais precisa. Inclusive, editou a MP 1.000, reduzindo o valor desse auxílio para 300 reais somente, um benefício que era de 600 reais e que ele podia prorrogar. Ele está prejudicando marisqueiras, pescadores artesanais, quilombolas e comunidades de fundo e fecho de pasto. E, o pior de tudo, rompendo um acordo feito no plenário da Câmara pelos Líderes para a aprovação da agora Lei nº 14.026, vetou um dispositivo, e esse veto poderia ser derrubado. No entanto, trabalhou até ontem o Governo para manter o veto. Trata-se do veto ao art. 16 da Lei nº 14.026. Mas, vendo que não conseguiria manter o veto, vendo que ia perder na votação, ele propôs incluir nesse tal acordo o adiamento da apreciação desse veto para o dia 18.

Nós não temos acordo em relação a isso. Há um movimento nacional em defesa do saneamento público - e cito aqui o ONDAS, o Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento - que pede a derrubada desse veto.

Presidente Alcolumbre, agradeço a V.Exa. a oportunidade e registro que nós precisamos derrubar esses vetos que prejudicam o povo brasileiro, o povo que mais precisa. E temos que derrubar o veto ao art. 16 da Lei nº 14.026, porque ele sucateia as empresas públicas de saneamento, submetendo-as ao ataque especulativo de fundos de investimento.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 24/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-11:40
Publ.: DCD - 11/5/2020 -		ENIO VERRI-PT -PR
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inadmissibilidade de aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2020, tendo em vista a retirada pela propositura de recursos destinados à educação. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 26, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020, da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da



Renda durante a epidemia de coronavírus, (especialmente aos dispositivos pertinentes à desoneração da folha de pagamento empresarial e à ultratividade de convenções e acordos coletivos de trabalho); bem como do Veto Parcial nº 33, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.389, de 2020, acerca da transposição e a reprogramação de saldos financeiros constantes dos fundos de assistência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais. Defesa de rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da redução do valor do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia de coronavírus. Repúdio à política econômica adotada pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto de Lei Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. ENIO VERRI** (PT - PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Davi Alcolumbre, muito obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentar também a Deputada Soraya, nossa grande companheira que está aí ao seu lado.

Olhe, o que eu quero dizer é que, em que pese a extrema boa vontade do Deputado Carlos Zarattini, nosso Líder, um reconhecido Líder, é importante destacar que o diálogo tem que ser ampliado. Para nós, do Partido dos Trabalhadores, votar a favor da retirada de dinheiro da educação, em especial das nossas universidades e institutos federais, é impossível. As universidades e os institutos federais já vêm sendo sucateados pelo Governo Bolsonaro, pelos seus péssimos Ministros de Educação. A população, ultimamente, nem sabe quem é o Ministro. Então, não há como, de maneira nenhuma, votarmos favoravelmente a isso.

É claro, queremos deixar explícito para toda a população brasileira que somos a favor da derrubada do veto à desoneração e vamos trabalhar para que isso ocorra. Afinal de contas, se a desoneração não implica aumento de empregos, e não creio nisso, implica manutenção dos empregos existentes, o que já é um grande avanço. Nesse sentido é que nós somos favoráveis a essa grande conquista.

Sem dúvida nenhuma, o Governo Bolsonaro foi derrotado na pauta da desoneração, porque, se dependesse da posição de Paulo Guedes e Bolsonaro, não haveria nenhum tipo de apoio às empresas.

Mas a população, tanto os trabalhadores como os empresários, desta vez esteve unida. E nós vamos ter essa vitória, que é uma vitória do povo brasileiro contra a visão fiscalista de Paulo Guedes e,

principalmente, de Bolsonaro.

Por fim, nós insistimos em que, além da desoneração, nós temos que trabalhar com outras pautas, como a da ultratividade. Essa é uma demanda do movimento sindical há muito tempo. É fundamental que sejam mantidos direitos de trabalhadores até que ocorra outra convenção coletiva. A ultratividade é a garantia mínima de sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras que têm suas convenções coletivas vencidas. Há também a questão do SUAS, no Veto nº 33, que precisamos derrubar.

Além disso, temos que tratar de uma questão que é fundamental não só para a Câmara dos Deputados, mas também para este Congresso. Começando pela Câmara, o Congresso precisa derrubar a Medida Provisória nº 1.000. A Medida Provisória nº 1.000 é aquela que reduz de 600 reais para 300 reais o auxílio emergencial para a população. Essa medida provisória reduz o número de pessoas que terão acesso a esse benefício, além de cortar em 50% o valor original do auxílio. Isso está condenando o nosso povo à fome e à miséria.

O Governo só tem obtido péssimos resultados na economia. Quero destacar, colegas Parlamentares, senhoras e senhores, os dados que nós temos hoje na economia. O investimento direto estrangeiro caiu como nunca visto. O número de trabalhadores com carteira assinada é menor do que em 2012 - olhem só! Ao mesmo tempo, o lucro dos bancos aumenta como nunca. Quanto ao dólar, os especuladores têm medo da situação e retiram os dólares do País. Com essa retirada, o preço do dólar sobe. Não há investimento produtivo. O dólar foge porque não há credibilidade no Governo. Diante dessa falta de credibilidade, eu fico olhando e imaginando o que passa pela cabeça de Bolsonaro e Paulo Guedes.

Vejam só: Paulo Guedes e Bolsonaro acreditam que a pandemia da COVID-19 segue a regra do orçamento e, no dia 31 de dezembro de 2020, ela vai acabar. Como ficará a vida do povo a partir de 1º de janeiro de 2021, sem os 600 reais do auxílio emergencial? Como ficará a economia, com uma política econômica que assusta os investidores e não dá nenhum apoio à empresa nacional? Aonde quer chegar este Governo?

Este Governo vai contra até aquilo que ele defende. Bolsonaro e Paulo Guedes são servidores do Fundo Monetário Internacional, são defensores dessa política fiscalista que aumenta a miséria. E hoje o próprio Fundo Monetário Internacional defende uma política de distribuição de renda, como a renda emergencial de 600 reais que temos no Brasil, e acha que isso deverá permanecer por muitos anos.

Quero destacar aqui que essa falta de sensibilidade de Bolsonaro, do

seu Governo e dos Parlamentares que apoiam essa política que leva à fome e à miséria terá um resultado negativo muito grande, porque deixará o nosso povo mais pobre, aumentará a fome e quebrará as empresas. As empresas nacionais ficarão à mercê do capital, que comerá e destruirá as nossas empresas.

Vejam, colegas Parlamentares, senhoras e senhores, que nós precisamos hoje, numa reunião como esta do Congresso Nacional, trabalhar firme para derrubar todos esses vetos. Esses vetos empobrecem o Brasil.

Precisamos derrubar um veto em homenagem ao Deputado Zé Silva, Líder do Solidariedade, que estou vendo daqui. Ele foi o Relator da Lei Assis Carvalho e fez a diferença.

De fato, eu sempre faço elogios ao Deputado Zé Silva, não como engenheiro agrônomo, mas como engenheiro construtor de pontes, alguém que aprovou um projeto fenomenal. No entanto, o Presidente Bolsonaro, com sua insensibilidade, veta as partes principais.

Temos que derrubar o veto à Lei Assis Carvalho, fazendo uma homenagem não só a este grande companheiro já falecido, mas também àqueles que produzem e levam comida às mesas de quem precisa.

Hoje nós precisamos garantir uma visão de futuro para o País, o que passa necessariamente pela derrubada de vetos, da Medida Provisória nº 1.000 e, conseqüentemente, pela manutenção dos 600 reais. Nós precisamos, principalmente, trabalhar pela saída de Bolsonaro da Presidência da República. Não é possível desenvolvimento e justiça social com Bolsonaro como Presidente.

O grito é um só: fora, Bolsonaro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 25/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-12:12
Publ.: DCD - 11/5/2020 -	SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PSOL contrário à aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2020, tendo em vista à retirada pela propositura de recursos orçamenários destinados à educação. Defesa da rejeição do Veto



Parcial nº 26, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020, da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda durante a epidemia de coronavírus (especialmente ao dispositivo pertinente à desoneração da folha de pagamento empresarial); do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, a respeito do pagamento de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; e do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto de Lei Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

A nossa posição é de que não dá para votar o PLN 30, e essa é a nossa reivindicação para o Governo. Sei que o Líder Zarattini, a Líder Perpétua e tantos outros já colocaram essa posição, tendo em vista que estão sendo retirados quase 1 bilhão e meio de reais da área da educação, principalmente das universidades.

Ainda que agora o Líder do Governo tenha ido à tribuna explicar que essa questão será recomposta, ele não nos explicou de que modo será recomposta. A única certeza que nós temos é a de que o PLN está pauta e de que, portanto, um valor muito significativo será retirado da educação, das universidades. Isso, para nós, não tem o menor cabimento. Não há condições de realizarmos um acordo como esse, porque isso significaria abrir mão do Regimento do Congresso e abrir mão da decisão do Supremo que diz que *"todos os vetos precisam ser votados, e em ordem, para que qualquer outra pauta possa ir adiante"*.

O Governo propôs 30 PLNs nessa pauta. Com boa parte deles nós não temos problema, apenas pedimos que fosse retirado o PLN 30, porque ele atinge a educação, que é uma área muito sensível, e atinge principalmente as universidades, que tanto contribuíram com a inteligência e a produção de insumos para enfrentar a pandemia da COVID-19. Logo a elas nós entregaríamos esse presente absurdo agora no final do ano - isso sem contar que existe uma série de vetos de que nós teríamos que abrir mão de derrubar para adiantar esse PLN.

Destaco o veto relacionado a garantir a indenização de familiares de trabalhadores da saúde que morrem pela COVID-19, medida aprovada de forma praticamente unânime pelo Congresso Nacional, tendo em vista que é uma dívida que nós temos ainda com a sociedade. Abrir mão de derrubar esse veto em nome de um PLN tão absurdo não é um

acordo que aceitamos fazer.

Além disso, há o veto relativo à questão da agricultura familiar no contexto de problema de abastecimento de alimentos, de alta da inflação, enfim, da alta dos valores dos alimentos para as famílias brasileiras, medida que seria fundamental. Refiro-me portanto, às famílias dos agricultores, e também ao próprio saneamento, que foi proposto para a próxima semana, mas sabemos todo o contexto político que se pode desenvolver até lá. Para nós, seria fundamental que isso fosse debatido nesta sessão, afinal de contas, pelo que eu pude entender, a maioria dos partidos e dos Líderes têm acordo com a derrubada do veto ao saneamento, e é o Governo que não está se dispondo a derrubar esse veto.

Portanto, para nós, do PSOL, não há a menor condição de votarmos a favor da retirada de 1,4 bilhões da educação, ainda mais num contexto como esse.

Quando à desoneração, nós somos evidentemente favoráveis a ela e queremos derrubar o veto. Ocorre que - quero deixar marcada nossa posição -, quando a matéria foi votada na Câmara, nós apresentamos um destaque para que ficasse muito claro que haveria a manutenção de empregos. Eu entendo que esse é o argumento utilizado pela maioria dos partidos, pela sociedade, principalmente pelas empresas, mas nós ainda tememos muito que isso não signifique que esses trabalhadores permaneçam nos seus postos de trabalho. Por isso, para nós, não é um bom acordo.

Obrigada, Presidente.

---

Documento 26/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-12:32
Publ.: DCD - 11/5/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PCdoB favorável à rejeição do Veto Parcial nº 26, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020, da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda durante a epidemia de coronavírus (especialmente ao dispositivo pertinente à desoneração da folha de pagamento empresarial); bem como do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2020, sobre a abertura aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de crédito suplementar no valor de R\$ 6.118.751.868,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária

vigente.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, reafirmo que algumas coisas para nós da bancada do PCdoB precisam ficar mais claras.

Nós sabemos, e temos dito isto nas reuniões de Líderes, como fizemos hoje pela manhã em uma das primeiras falas, que regimentalmente e até juridicamente, por decisão do Supremo, não poderíamos votar nenhum PLN sem antes votar todos os vetos. Isso é regra. E nós podemos lançar mão de todos esses argumentos regimentais e jurídicos se for o caso.

Nós temos afirmado que queremos votar, sim, a derrubada do veto da desoneração, pela importância de termos 17 setores gerando emprego e garantindo a desoneração.

Mas nós não fizemos e não fazemos nenhuma negociação em troca disso para votar o PLN 30, que retira quase 1,5 bilhão de reais da educação.

V.Exa. fez uma fala, o Líder do Governo também. Imagino que V.Exa. tenha recebido também autorização do Governo, como Presidente do Congresso, para nos dar uma garantia de que esses recursos da educação que vocês querem e que o Governo retira no PLN - esse quase 1,5 bilhão da educação - seriam recompostos. É por isso que V.Exa. está retirando de pauta o PLN 29, mas é preciso ficar mais claro, talvez com uma fala agora do Líder do Governo, de como será esse mecanismo, porque nós, no Legislativo, não podemos apresentar PLN, só quem pode apresentar é o Governo.

É preciso que tenhamos as garantias reais de que essa recomposição vai ser feita e como será feita, sob pena de nós não aceitarmos votar aqui o PLN e usarmos todos os mecanismos regimentais e jurídicos para impedir a retirada dos recursos da educação, como propõe o Governo no PLN 30. É preciso deixar mais claro como se pretende fazer.

Muito obrigada.

---

Documento 27/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-13:04
Publ.: DCD - 11/5/2020 -	LUCAS REDECKER-PSDB -RS	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

### *Sumário*

Importância de rejeição do Veto Parcial nº 26, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020, da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda durante a epidemia de coronavírus, (especialmente ao dispositivo pertinente à desoneração da folha de pagamento empresarial). Orientação de bancada pela derrubada do veto presidencial.

---

**O SR. LUCAS REDECKER** (PSDB - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiramente quero agradecer ao Deputado Carlos Sampaio e ao Deputado Samuel Moreira o tempo de Liderança. Como Vice-Líder, tenho a satisfação de encaminhar a derrubada do Veto 26, em nome do PSDB.

Esta é uma pauta importantíssima para o Brasil. Estamos debatendo há muito tempo a desoneração da folha, a extensão deste prazo de 1 ano e estamos passando do prazo, em virtude de as empresas precisarem se programar e se planejar para o próximo ano; ou seja, quais serão os investimentos delas e como será o trabalho desses setores frente ao espaço que ocupam no mercado.

Esta demora, que passamos até o momento de conseguir chegar ao ponto de votar a derrubada deste veto, foi muito difícil. Foi um momento muito difícil vivido por esses 17 setores que não estavam sabendo como se programar para o próximo ano. Eu creio que a derrubada deste Veto 26 traz um horizonte de planejamento e programação para esses segmentos que estão saindo da pandemia. São 17 setores que estão vinculados a matrizes produtivas e que têm grande incidência de mão de obra.

Essa mão de obra acaba trabalhando nas esteiras, como é o caso do setor coureiro-calçadista. Por isso, a desoneração da folha é importantíssima para manter essas empresas abertas.

Estamos tratando aqui de 6 milhões de trabalhadores de todo o Brasil, de 6 milhões de pessoas que trabalham em 17 setores. Se nós não mantivermos a desoneração da folha para o ano de 2021, poderemos perder empregos. Nós não estamos tratando aqui da geração de novos empregos; estamos tratando, com a desoneração da folha, da manutenção de 6 milhões de empregos em todo o País. Esses 17 setores não estão ganhando um benefício a partir da aprovação e da manutenção da desoneração da folha, e sim mantendo um benefício que eles já têm. Então, não é correto afirmar que nós estamos tirando recursos do Governo e encaminhando para esses segmentos, pois eles já sobrevivem da manutenção da folha. Até acredito que nós teremos que manter a desoneração da folha para o ano de 2022, e não mantê-

la apenas para o ano de 2021.

Nós estamos tratando aqui de compensação de segmentos estratégicos para o Brasil. Eu vou dar um exemplo: no setor coureiro-calçadista, que tem grandes pontos de geração de emprego no Brasil inteiro, apenas na parte do calçado, são 500 milhões de reais. Se nós não tivermos a manutenção da desoneração da folha, terão essas empresas que pagar mais 140 milhões de reais apenas para o setor do couro. Com 700 milhões de reais a mais esses segmentos terão que arcar no seu custo anual.

Então, na minha visão, cabe nesta discussão mantermos o ano de 2021 e ampliarmos essa discussão, até o fim do ano e ano que vem, para 2022, sobre esses 17 setores ou tantos setores que precisam ser socorridos neste momento com a manutenção dessa desoneração da folha, ainda mais quando se trata de pensarmos no futuro do País.

Nós temos que ampliar? Temos que ampliar. Mas, quando se trata de uma pandemia, em que tivemos muitos postos de trabalho perdidos no decorrer de 1 ano, infelizmente - e nós conseguiremos aos poucos nos recuperar e manter esses recursos de geração de emprego, recursos para que as empresas tornem ou mantenham as suas portas abertas -, isso faz com que nós tenhamos a necessidade de ampliar, de gerar mais empregos e de dar mais estímulo para esses segmentos, para esses setores da sociedade gerarem mais empregos. Só assim buscaremos os empregos perdidos, formais e informais, relativos à pandemia. Nós estamos aqui tratando da matriz produtiva de trabalho do Brasil e também de quem gera emprego, de quem produz e de quem trabalha no País.

Portanto, eu encaminho, em nome do PSDB - deixo registrada aqui a derrubada do Veto 26, para a geração de emprego, para a manutenção dos 6 milhões de empregos do Brasil -, o voto "não", para a derrubada do Veto 26.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 28/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-13:24
Publ.: DCD - 11/5/2020 -	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Recuperação da saúde do orador após a contaminação pela Covid-19.  
Importância da rejeição do Veto Parcial nº 26, de 2020, aposto ao Projeto de

Lei de Conversão nº 15, de 2020, da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda durante a epidemia de coronavírus, (desoneração da folha de pagamento empresarial). Defesa de realização da reforma tributária. Trecho de texto de autoria do orador, a respeito da alta do dólar norte-americano frente ao real. Imediata alteração da política cambial brasileira.

---

**O SR. LUIS MIRANDA** (DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiramente, muito obrigado pela oportunidade.

Neste momento, estou me recuperando da COVID-19. Pessoas como V.Exa., o Presidente Rodrigo Maia, eu e tantos outros Parlamentares não pararam nem por 1 minuto, em prol da população brasileira. Este Parlamento deu exemplo para todo o mundo de que não poderíamos nos furtar, neste momento, a votar matérias tão importantes, que fizeram tanta diferença na vida da população brasileira. Muitas dessas matérias criaram alguns impasses, e sobre esses impasses se recorreu ao Plenário, para que tomasse decisões como, por exemplo, a de hoje, no caso, a desoneração da folha de pagamento, que é de suma importância para a manutenção dos empregos.

Este fato só é possível graças ao acolhimento da sessão de hoje por V.Exa., Presidente. Então, antes de começar a minha fala, quero agradecer imensamente a V.Exa., Presidente Davi Alcolumbre, por atender o anseio de todos os Parlamentares que há muito queriam ter derrubado este veto.

Presidente, muito me assusta falarmos tanto em defender o povo brasileiro e prorrogarmos a realização da reforma tributária, tão importante para o fortalecimento da economia, principalmente para as novas empresas, que poderiam, por sua vez, vir para o Brasil neste momento de cenário econômico muito ruim. Países que eram antes julgados como estabilizados, países emergentes como o Brasil são a grande porta das oportunidades. Isso só pode ser feito quando se tem confiança em uma nação, principalmente em seu modelo jurídico-tributário. O nosso contencioso hoje é algo trilionário, dinheiro represado que faz falta para a manutenção das contas públicas. Isso só existe por causa do nosso modelo tributário, do nosso sistema tributário extremamente complexo, que gera essa quantidade de demandas judiciais e, por consequência, represa recursos do povo brasileiro em disputas no tribunal, ao qual só irão aqueles que de fato têm condições de discutir.

Uma reforma tributária agora, para simplificar o modelo, mesmo que ela não seja a melhor, faz-se necessária. Não devemos deixar que ela passe deste ano, para que possa ter efeitos a partir de 2021.



Desonerar a folha de pagamento é uma demonstração de que os Parlamentares que votaram e derrubaram o veto acreditam que menos impostos aumentam o crescimento econômico, que, gerando novos empregos, você coloca no bolso das pessoas agora empregadas recursos para gastarem na economia, que, injetando na base, o comerciante aumenta suas vendas e, por consequência, contrata novas pessoas, num círculo virtuoso que atinge inclusive a cadeia industrial.

Se acreditamos nisso, por que não desoneramos o consumo, tão massacrado pela carga tributária que faz com que o comércio não tenha crescimento, que faz com que a indústria não tenha crescimento? E os empregos, tão defendidos por muitos, inclusive pela Esquerda, pelo próprio Centro e pela Direita? É uma defesa de todos a geração de empregos. Por que não defendermos a reforma tributária como um item extremamente necessário para fazermos isso? É estranho ver a omissão de muitos aqui, que deixam passar este momento extremamente importante para o Brasil, para a sua retomada econômica, de crescimento.

Eu gostaria de ler trecho de um texto que escrevi, um artigo, sobre a brincadeira de deixar o dólar solto no nosso País:

*Ignorar a alta do dólar impactou diretamente os insumos importados e alimentos que exportamos. Cotação de commodities é feita em dólar. Se o dólar aumenta, os produtores recebem mais, em real, para exportar e, conseqüentemente, aumentam seus preços no mercado interno. Na indústria, não é diferente. Pelos insumos importados paga-se mais, e, conseqüentemente, os valores dos produtos aumentam, a exemplo dos veículos, que estão bem mais caros.*

*O impacto real é a perda do poder de compra da população, quando se comparava a antes da política de câmbio livre, em que as empregadas precisavam conhecer o Brasil, e a quanto se compra hoje com o mesmo dinheiro. Teoricamente, na pandemia, era para termos uma recessão e, por consequência, preços mais baixos, mas a política de injetar dinheiro na base, sem prever o ônus da inflação, mata o trabalhador, que, em média, este ano perderá 20% do seu salário.*

*Muitos estão batendo palmas, sem enxergar que o Brasil está indo para o buraco com essa política econômica.*

Sr. Presidente, para finalizar o meu tempo de Líder, eu quero dizer que perdemos 20%. O IGP-M mostra isso: 20% no aumento dos aluguéis, 20% no aumento dos alimentos, 20% de perda salarial, 20% a menos no salário mínimo. Essa é a política econômica que, infelizmente, estamos colocando em prática no nosso País. Os investidores

internacionais perderam 20% da moeda quando investiram no Brasil.

Infelizmente, precisamos de uma reforma tributária e precisamos mudar essa política cambial imediatamente.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 29/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-13:44
Publ.: DCD - 11/5/2020 -	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importancia de aprovação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional de nºs 30 e 40, de 2020, sobre a abertura aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, de créditos suplementares nos valores de R\$ 6.118.751.868,00 e R\$ 6.245.544.242,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto de Lei Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, 2018.

---

**O SR. ZÉ SILVA** (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, colegas Parlamentares, eu quero cumprimentar o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Eduardo Gomes, pela maneira democrática como vem conduzindo todos os debates. Destaco aqui, Presidente e meus colegas Parlamentares, a importância da aprovação dos PLNs, ressaltando alguns pontos.

No PLN 40, nós estamos recuperando 72 milhões e 100 mil reais para a EMBRAPA, no campo da pesquisa e da inovação, já que o Brasil é, hoje, um gigante na competitividade do agronegócio, tanto familiar como não familiar, porque a pesquisa e a Assistência Técnica e Extensão Rural cumprem o seu papel. Mas também ao INCRA estão sendo destinados, no PLN 40, 26 milhões e 700 mil reais, especialmente para trabalhar com as comunidades quilombolas, e ao Serviço Florestal Brasileiro, 10 milhões de reais. O nosso Presidente agrônomo e colega de profissão Valdir Colatto está estruturando especialmente a questão da avaliação do Cadastro Ambiental Rural, tão fundamental.



Também há outra conquista muito importante, e falei hoje com a Ministra Tereza Cristina. Nesse PLN 40, 1 milhão de reais é destinado para a Assistência Técnica e Extensão Rural. É o serviço que leva a inovação da EMBRAPA, das entidades estaduais de pesquisa - aqui, na minha querida Minas Gerais, é a EPAMIG -, a pesquisa das universidades, já que o serviço de assistência técnica e extensão rural é feito principalmente pelas EMATERs de todo o Brasil. Aqui no Estado, esse serviço é feito pela EMATER Minas Gerais.

Então, é uma conquista fundamental, já que, nesse orçamento, com a dificuldade fiscal que o Brasil está passando, foram necessários muitos cortes, e a Assistência Técnica e Extensão Rural foi uma grande luta. No ano passado, a Ministra Tereza Cristina participou, junto com a ASBRAER e com a ANATER, de importante audiência pública na Câmara dos Deputados, quando nós anunciamos um pacto pela extensão rural. É uma conquista muito grande.

E, no PLN 30, são destinados 150 milhões de reais para o INCRA. Então, o INCRA é beneficiado, somando os dois recursos, com 176,7 milhões de reais. O INCRA precisa cumprir o seu papel, especialmente focando a necessidade de titularização. Os assentados precisam ter o documento da terra, já que proprietário, seja da reforma agrária ou de outras propriedades, como, por exemplo, das terras públicas da União, que não tem o documento dessa terra é como um cidadão que não tem identidade e CPF.

Portanto, quero aqui, em nome da Assistência Técnica e Extensão Rural, em nome do movimento em defesa da reforma agrária técnica, que se leve não só a terra ao agricultor, mas também o documento, a assistência técnica, os tratores com implementos agrícolas e a infraestrutura produtiva. Então, é uma conquista importante a votação e aprovação desses PLNs, especialmente quanto aos recursos para a EMBRAPA que estão sendo recompostos.

Há também uma emenda pela qual quero agradecer ao Relator, Senador Marcelo Castro, que está acatando mais uma emenda de 20 milhões de reais. A EMBRAPA, na verdade, chega aos 93 milhões de reais, recursos que estão sendo remanejados entre o PLN 30 e o PLN 40.

Quero aqui agradecer muito as negociações, cumprimentar a Ministra Tereza Cristina e o Presidente da ANATER, que terá agora, com o Ministério da Agricultura, 1 milhão de reais. Nós discutiremos com ele como esses recursos serão aplicados, especialmente para as empresas estaduais de assistência técnica e extensão, além daquelas entidades que são públicas e estão credenciadas à ANATER.

Agradeço aqui a todos e falo da importância desses recursos para a

pesquisa, para o INCRA, para o Serviço Florestal Brasileiro e para a Assistência Técnica e Extensão Rural, já que o agricultor que recebe assistência técnica, em comparação ao que não a recebe, aumenta em quatro vezes o valor bruto da sua produção por hectare ao ano. Isso é fundamental, especialmente no período desta sombria pandemia, para a retomada da economia agrícola brasileira.

Deixo claro que nós vamos continuar mobilizados para a derrubada dos vetos em relação às medidas que foram aprovadas na Câmara e no Senado, referentes aos 26 projetos das medidas de apoio à retomada da agricultura familiar, que é o Veto nº 46.

Muito obrigado, Presidente, e agradeço também aos colegas Parlamentares.

---

Documento 30/92

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-13:48
Publ.: DCD - 11/5/2020 -		SORAYA SANTOS-PL -RJ
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Pedido à Presidência de retirada de pauta do Veto Total nº 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista ao estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental, em relação ao recebimento do auxílio emergencial disposto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2020.

---

**A SRA. SORAYA SANTOS** (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir, em nome da bancada feminina, que retiremos esse veto da votação de hoje e que possamos trazê-lo para a próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. DEM - AP) - Eu recebi um apelo de várias Deputadas, Líder Eduardo Gomes, em relação à retirada de pauta desse veto nesta sessão, porque é matéria que diz respeito diretamente à bancada feminina e às mulheres do Brasil.

Como Presidente, eu posso retirá-lo de pauta, mas queria ouvir V.Exa.

**O SR. EDUARDO GOMES** (MDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, concordo, mas peço a anuência dos Líderes. Além de ser justo, informo - e disse isso agora há pouco à Deputada Dorinha e estou falando para a 1ª Secretária Soraya, Secretária do Congresso Nacional - que, na próxima reunião preparatória que

faremos, na véspera do dia 18, vamos solicitar assento na reunião do Congresso. Peço ao Dr. Bandeira, já que é regimental na Câmara o acesso da Líder da bancada feminina na reunião de Líderes, que possamos abrir também essa oportunidade no Colégio de Líderes do Congresso Nacional.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Senador Eduardo Gomes. Eu não esperava outra atitude a não ser essa de V.Exa.

Regimentalmente, Presidente, na Câmara, a bancada feminina tem assento no Colégio de Líderes, motivo pelo qual estamos pedindo a retirada, porque não discutimos a matéria, que estava indo diretamente.

Queria agradecer a V.Exa. o gesto. Vamos trazer esse assunto na próxima reunião.

Já que fizemos esse pedido e há acordo, quero abusar um pouco mais da Presidência para pedir uns minutinhos e falar em nome da bancada feminina, com o tempo de Liderança.

---

Documento 31/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-13:52
Publ.: DCD - 11/5/2020 -	SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio ao adiamento da apreciação do Veto Total nº 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista ao estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental, em relação ao recebimento do auxílio emergencial disposto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2020.

---

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, rapidamente, apenas quero registrar que nós do PSOL tínhamos um destaque referente a esse item. Agradecemos à bancada feminina o esforço de levar adiante, para a próxima sessão, a discussão desse item. De fato, ele impacta muito a vida das mulheres brasileiras, das mães chefes de família, que precisam, muitas vezes, cuidar dos filhos sozinhas e têm uma renda muito inferior em relação às famílias tradicionais.

Portanto, é muito importante o cuidado com essa matéria e

fundamental a questão de ordem da Deputada Soraya Santos, assim como o acolhimento do pedido.

Obrigada.

---

Documento 32/92

---

21.2020.N	Sessão Outro Evento	04/11/2020-15:16
Publ.: DCD - 11/5/2020 -	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	REPRESENTANTE DO PARTIDO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro ao setor educacional. Precariedade da educação escolar indígena na região amazônica. Defesa da realização de investimentos na educação brasileira. Necessidade de implementação do disposto na Lei nº 14.021, de 2020, sobre as medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; a criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; a adoção de medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e a alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Maior atenção das autoridades competentes para com a situação dos povos indígenas em meio à epidemia de coronavírus. Avanço da Covid-19 nas aldeias. Aumento da participação indígena nas eleições municipais de 2020. Luta dos povos indígenas contra ameaças aos seus direitos territoriais. Repercussão do anunciado julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação envolvendo o povo indígena xokleng, no Estado de Santa Catarina. Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2000, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da pandemia de coronavírus. Indignação com o tratamento dispensado à blogueira Mariana Ferrer, durante a audiência de julgamento do seu estupro.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.**

Sras. e Srs. Parlamentares e demais membros desta Casa, mais uma vez eu venho a esta tribuna repugnar os atos do Presidente Bolsonaro contra a educação em nosso País. Isso é grave! Isso é preocupante! Ele já tentou tirar parte dos recursos do FUNDEB para o Programa Renda Cidadã. Também, neste projeto que estamos votando, o Projeto de Lei nº 30, de 2020, do Congresso Nacional, propõe a retirada de quase 1,4 bilhão de reais para apoiar obras. Isso é um absurdo!

Espero que a proposta de V.Exa., Sr. Presidente, seja, de fato, melhor encaminhamento e concretude. Enquanto isso, são milhares de crianças e jovens sem prédios para estudar ou em prédios em situação muito precária, sem mobília nenhuma, sem água, em situação muito difícil para o estudo, inclusive sem material didático e sem a devida valorização dos profissionais, dos nossos guerreiros, os professores.

Na educação escolar indígena a situação é muito mais grave. Há 32% das escolas - mais de mil escolas - sem prédio. Essa é uma realidade que enfrentamos aqui na Amazônia. As escolas funcionam debaixo de árvores, na casa dos professores, em malocções comunitários, com recursos das próprias comunidades indígenas.

Nesta pandemia a situação está mais grave, pois o sistema de ensino não está preparado para o retorno seguro das aulas presenciais. Muito alegam que isso ocorre por falta de recursos.

Então, não podemos deixar que este Governo retire orçamento da educação, deixando as escolas, as universidades e os institutos cada vez mais vulneráveis e sem qualidade.

Sr. Presidente e demais Parlamentares, vamos investir na educação. Enquanto isso, senhores, a Lei nº 14.021, de 2020, que aprovamos aqui no Congresso Nacional, que propõe ações emergenciais para a saúde indígena, para quilombolas e demais povos das comunidades tradicionais, continua sem execução.

Quero aqui reforçar que é necessário fazermos a implementação desta lei e, por isso, estamos aproveitando este espaço para pedir também que seja feito um esforço para que isso aconteça.

Mais uma vez, Sr. Presidente, reforço a necessidade de prestarmos atenção à situação dos povos indígenas neste momento de pandemia. Vemos que cada vez mais está difícil a situação dos povos indígenas. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil registra a infecção de 38.567 indígenas, 871 óbitos, 161 pessoas afetadas. Ou seja, 50% da população indígena já está afetada.

Quero ainda destacar, com bastante alegria, Sr. Presidente, neste momento de pandemia que estamos vivenciando no nosso País, o aumento da participação dos povos indígenas nas eleições municipais de 2020. São candidatos de toda a região do País, com muito grande possibilidade de serem eleitos. Isso representa a participação dos povos indígenas na questão político-partidária, na resistência e também demarca a presença indígena nestes espaços, que muito tempo lhes foi negada. Segundo o TSE, em 2018, a participação total de candidatos indígenas foi 0,34%. De acordo com a APIB, são esses em todas as regiões. Isso merece uma nota, pois o maior número de

candidatos indígenas, na sequência, aparece nas Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Aproveito ainda a oportunidade, Sr. Presidente, para destacar a luta dos povos indígenas contra as ameaças ao retrocesso dos seus direitos territoriais.

No próximo dia 13 de novembro, o Supremo Tribunal Federal colocará em pauta a repercussão geral sobre o caso do povo indígena xokleng, em Santa Catarina, que atinge todas as terras indígenas do Brasil. O que está em questão é o direito originário à terra. Esse direito não começa com a nossa Constituição em 1988, que a referenda e garante os direitos originários, querem aí estabelecer a tese do marco temporal totalmente inconstitucional. Os povos indígenas já vêm com tantos ataques e retrocessos neste Governo que seria mais uma injustiça no País.

Então, Sr. Presidente, quero reforçar e sensibilizar a Suprema Corte com esta causa, que não é somente uma causa dos povos indígenas, mas de todos. Os povos indígenas têm direito, sim, a ter seus direitos assegurados e respeitados.

Ressalto ainda que precisamos votar a MP 1.000 pelas famílias carentes que precisam de recursos para sobreviver neste momento.

Por fim, quero também somar a minha voz à bancada feminina e mostrar a minha total indignação, repugnando, da forma mais veemente possível, o caso de Mariana Ferrer, que demonstra, mais uma vez, o quanto as mulheres no Brasil sofrem violência de várias formas e têm seus direitos negados diante da própria Justiça, que lhes omite proteção e segurança.

Pedimos justiça para Mariana Ferrer! Destaco que não existe estupro culposo. Todo o tipo de estupro é crime!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

---

Documento 33/92

---

28.2020.B	Sessão Outro Evento	18/11/2020-13:08
Publ.: DCD - 11/19/2020 -	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## *Sumário*

Fortalecimento do regime democrático no Brasil e na América Latina com a realização de pleitos eleitorais. Importância de coordenação das ações entre o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais de Saúde para enfrentamento da segunda onda do coronavírus. Vinculação entre o processo de privatização e o blecaute ocorrido no Estado do Amapá.

---

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero comentar duas coisas apenas com referência às eleições.

Primeiro, há sempre que se comemorar no Brasil e em toda a América Latina quando acontecem as eleições tendo como referência o fortalecimento da democracia.

Segundo, as eleições estão em curso e, portanto, ao final, teremos um quadro mais bem definido. Mas, desde já, quero comentar a respeito e sobre o povo brasileiro.

Nós temos que medir cada governante por onde ele coloca o dinheiro, porque é ali que estarão as suas prioridades.

Quero entrar agora em problemas reais gravíssimos, que estão acontecendo, inclusive, obviamente, já há bastante tempo, como é o caso da pandemia.

Segundo cientistas, já estamos na segunda onda, uma segunda onda que talvez não merecesse exatamente esse nome, porque nós não controlamos a pandemia, a exemplo dos norte-americanos, que têm um Presidente com igual incompetência, diferentemente da Europa, onde o controle, de fato, aconteceu, e agora há uma segunda onda separada quase totalmente da primeira.

Portanto, hoje nós temos mais de 166 mil mortos. Como devem ter saído mais novos números, lamentavelmente já devemos ter passado de 167 mil mortos. Se não houver agora uma coordenação do Ministério da Saúde junto com as Secretarias de Saúde, tudo o que foi feito de esforço nós poderemos perder com mais mortes ainda.

Finalmente, eu quero falar do segundo apagão que acaba de acontecer no Amapá, sem ter também consertado o primeiro. Isso é fruto direto de um programa de privatizações em que o que se busca é arrecadar poucos recursos para o Estado, e, mesmo nesse processo, causando prejuízos.

De novo, vou dar o exemplo do maior parque eólico da América Latina, que é o de Campos Neutrais, onde o Governo Federal, o Estado

brasileiro, investiu 3 bilhões e 100 milhões de reais e vendeu por 500 milhões de reais, sendo que o lucro de apenas 1 ano é de 345 milhões de reais. Esse é o modelo de privatização entreguista, que trai os interesses nacionais. E, quando acontece o apagão, primeiro, quem tem que socorrer é uma estatal, e, segundo, quem vai pagar conta não é a empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço-lhe que conclua, Deputado.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT - SP) - Mas são os consumidores que terão as suas tarifas aumentadas.

Agradeço, Presidente, pela tolerância.

---

Documento 34/92

28.2020.B	Sessão Outro Evento	18/11/2020-13:16
Publ.: DCD - 11/19/2020 -		JOÃO DANIEL-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Fracasso do fascismo nas eleições municipais de 2020 e nas eleições presidenciais norte-americanas. Congratulações aos candidatos do PT no certame eleitoral realizado no Estado de Sergipe e no País. Colocação do Estado brasileiro a serviço das corporações privadas pelos Governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Natureza criminosa da privatização de empresas estratégicas, a exemplo das Centrais Elétricas Brasileiras S/A e de companhias de saneamento básico. Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à vacina contra a Covid-19. Saudação à militância esquerdista.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, as eleições nos dão a força para a democracia, e é fundamental, nas cidades onde o campo popular disputa, derrotarmos a Direita retrógrada, fascista, a exemplo de Porto Alegre.

Viva Manuela d'Ávila e as forças populares, que são capazes de impor, no Brasil inteiro, diante de uma onda fascista bolsonarista, derrotas importantes e fundamentais!

Aliás, nos Estados Unidos, o povo americano mostrou que não quer mais a extrema-direita fascista. E nós aqui aguardamos os dias

contados para que as forças populares de esquerda deste País retomem um projeto comprometido com a vida, com a sociedade, com a democracia e com o campo popular.

Quero parabenizar todas as instâncias do Partido dos Trabalhadores. Como Presidente Estadual do partido em Sergipe, quero dizer que, nestas eleições, nós reiniciamos um processo de construção de um grande campo de Esquerda popular. Quero parabenizar Vereadores e Vereadoras que foram candidatos e candidatas, Prefeitos e Prefeitas, vitoriosos ou não.

O importante é que nós pertencemos ao Partido dos Trabalhadores, o maior partido da América Latina, o partido que tem como o líder maior a maior liderança da história deste País, o Presidente Lula. É fundamental continuarmos a luta na defesa da democracia, na defesa da construção de um projeto popular e na defesa da retomada do verdadeiro papel do Estado.

O Estado brasileiro foi saqueado após o *impeachment* forçoso e golpista da Presidenta Dilma para que Temer e Bolsonaro colocassem o Estado brasileiro a serviço das grandes corporações privadas. O Amapá está pagando o preço por isso. O Amapá está pagando o preço. E o Brasil também pagará o preço se a onda "direitosa" e conservadora dos setores entreguistas liderada por Bolsonaro e as forças conservadoras entregarem as nossas empresas para os setores que compram com o dinheiro do Estado, a exemplo do que aconteceu com a Vale do Rio Doce. Fernando Henrique Cardoso entregou a Vale do Rio Doce, que valia mais de 80 bilhões de reais, por 3 bilhões de reais, pagos com recursos emprestados pelo BNDES.

A privatização de empresas estratégicas, a exemplo da ELETROBRAS e das empresas de saneamento, é um crime. Essas empresas devem ser cuidadas pelos Governos porque atuam em áreas estratégicas e devem estar a serviço da nossa população.

Sr. Presidente, também quero repudiar a atitude do Presidente Bolsonaro, que lamentavelmente, mais uma vez, nega a ciência com questões ideológicas sobre a vacina contra a COVID-19. É preciso que o Presidente tenha respeito com a ciência. Independentemente do país que produza a vacina, nós devemos apoiar, ajudar e estar à frente para salvar vidas da nossa população. Nosso repúdio a essa postura antidemocrática e anticiência do Presidente!

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dar os parabéns à militância popular de esquerda no Brasil. Vamos à luta para retomar um projeto democrático e popular para este País.

Muito obrigado.

---

Documento 35/92

---

28.2020.B	Sessão Outro Evento	18/11/2020-13:28
Publ.: DCD - 11/19/2020 -	JOSEILDO RAMOS-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de projeto de desenvolvimento do País. Descompasso entre a acusação do Presidente Jair Bolsonaro contra países desenvolvidos por compra de madeira ilegal do Brasil, e a desestruturação do sistema de proteção ambiental promovida por seu governo. Questionamento sobre a política adotada pelo Ministério das Relações Exteriores para com países estrangeiros. Crise da economia brasileira. Repúdio à postura adotada pelo Governo Federal no tocante ao combate à Covid-19. Fracasso dos candidatos apoiados pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2020.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,** hoje nós estamos aqui para manifestar a nossa indignação em função do que está acontecendo com o nosso País. O nosso País está sem rumo, está sem timoneiro, está sem um porto seguro, embora seja uma nau desgovernada. O Brasil de hoje se aproxima de uma tormenta sem precedentes. Na verdade, o Governo Federal não tem um projeto para o País, não tem um projeto de Nação.

A fala do atual Presidente da República, na última reunião do BRICS, revela a ausência de uma pauta consistente que demonstre ao mundo que o País pode garantir a proteção do seu imenso patrimônio ambiental. O Governo Federal não demonstra capacitação para utilizar os nossos ativos ambientais como uma alavanca de bons negócios que possam trazer recursos e novas oportunidades para o nosso País.

Ao apontar para os países que são críticos à ausência de políticas públicas de proteção ambiental, principalmente na Floresta Amazônica, o nosso Presidente acusou países desenvolvidos de comprar madeira de origem ilegal. Certamente, ele se esqueceu do desmonte do Sistema Nacional de Proteção Ambiental, do sucateamento do IBAMA, tudo isso promovido por seu Governo. Ele se esqueceu também do afrouxamento da fiscalização do setor madeireiro por parte do próprio IBAMA, para que na verdade se facilite e se dê salvo-conduto à venda ao exterior de madeira extraída à margem da legalidade. Ou seja, o

próprio Brasil, na prática, dá margem à ilegalidade, chancelando a venda de madeira de lei de origem no mínimo duvidosa.

Será que alguém aqui no Parlamento brasileiro poderia assumir que conhece qual a estratégia do Ministério das Relações Exteriores? Será que alguém que dá sustentação a este Governo aqui no Parlamento brasileiro poderia me dizer até quando a China, a Argentina, a Comunidade Europeia vão se permitir manter uma relação conflituosa com o Brasil, como se estivessem dependendo visceralmente do nosso País?

Nós estamos indo com muita velocidade para o fundo do poço. A nossa economia está em frangalhos. O combate à COVID no Brasil é uma piada, além de ser uma vergonha. Estamos experimentando um novo crescimento expressivo da pandemia, ainda na primeira onda; é o que eu acho. E o que é que o Governo Federal tem feito?

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Conclua, Deputado, por favor.

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA) - Concluindo, Sr. Presidente, essa nossa indignação demonstra por que os candidatos apoiados pelo Presidente, todos, ou quase todos, perderam a eleição.

---

Documento 36/92

---

28.2020.B	Sessão Outro Evento	18/11/2020-13:36
Publ.: DCD - 11/19/2020 -		GENERAL GIRÃO-PSL -RN
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Reunião de Parlamentares com o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, para debate de medidas de melhoria do ensino brasileiro. Recuperação da saúde da Deputada Aline Sleutjes, contaminada por coronavírus. Defesa de retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Protesto contra a convocação das Forças Armadas brasileiras para a garantia da segurança nas eleições municipais. Ocorrência de compra de votos no pleito municipal de 2020. Anúncio da apresentação de projeto de lei sobre a ampliação da pena imposta a tal prática.

---

**O SR. GENERAL GIRÃO** (Bloco/PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos.

Eu gostaria de pedir inicialmente que esta nossa fala seja divulgada nos Anais da Casa e em todos os meios de comunicação.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que, hoje, com um grupo de quase 30 Deputados, estivemos no Ministério da Educação, com o Ministro Milton Ribeiro. Fomos muito bem recebidos. Foi uma manhã quase inteira de discussões e de debates para resolver essa nossa situação, para melhorarmos e realmente ressuscitarmos a educação brasileira, que foi colocada na sarjeta, praticamente, durante esses anos todos de governos com viés ideológico, que desviaram totalmente a formação das nossas crianças no ensino básico, no ensino fundamental, e prejudicaram também o ensino superior e o ensino técnico.

Desvirtuou-se o ensino técnico do Brasil. Hoje há empresários no Semiárido brasileiro que pedem socorro pela falta de mão de obra técnica, porque os institutos federais estão formando agora pessoas para fazerem curso superior.

Então, eu queria cumprimentar o Ministro da Educação e todos que participaram da reunião.

Cumprimento também a Deputada Aline Sleutjes, que está se recuperando da COVID-19. Que ela tenha uma boa recuperação!

Eu gostaria também de fazer um comentário sobre as eleições. Nós acabamos de assistir ontem ou anteontem ao pedido de desculpas do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral à população brasileira pelos atrasos e pelas falhas no processo de votação. Meus Srs. Deputados, nós precisamos acabar com isso. Nós temos uma estrutura que existe somente para fazer parte do processo eleitoral a cada 2 anos - e espero que ele passe a acontecer a cada 4 ou 5 anos. Precisamos mudar isso aí! Não é possível! Ficam 2 anos se preparando, e não há voto impresso para garantir que realmente o voto foi colocado naquela pessoa que queríamos, para fazer uma contraprova, uma fiscalização, uma recontagem. Não existe voto impresso. Não tem como fazer uma recontagem no nosso sistema. Aí vem o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral pedir desculpas, com essa quantidade de dinheiro empregada!

O pior é que empregaram as Forças Armadas para garantir a segurança das eleições. Eu tenho vergonha do que ocorreu no meu Estado, o Rio Grande do Norte. Quase um terço dos Municípios do Brasil todo com presença das Forças Armadas ficam no Rio Grande do Norte, porque os juízes, os Ministros e nossos desembargadores não tiveram coragem de dizer: "*Polícia Civil e Polícia Federal, investiguem o crime eleitoral, investiguem a compra de votos que acontece nos dias anteriores ao da eleição*".

Nós sabemos que houve compra de votos. Houve autoridade que

participou da compra de votos. Isso é um absurdo! Essa autoridade, que pode nos assistir, tem que ficar com vergonha disso aí. É um absurdo uma autoridade estadual participar de compra de voto! Precisamos mudar essa realidade do Brasil. Não é possível continuarmos com esse tipo de cabresto sendo colocado em nossos eleitores. Isso enfraquece a democracia. A investigação precisa acontecer e tem que doer a quem doer. Tem que ser preso quem participou disso aí.

Vamos trabalhar em um projeto de lei que possa aumentar as penas de quem pratica a compra de votos e também penalizar quem vende o seu voto. Hoje, quem vende o seu voto não paga por nada, fica com o dinheiro, sorrindo, dizendo que se deu bem. Não sabe ele que, na hora em que for cobrar algo de quem elegeu, não vai receber nada, porque já recebeu pela venda do voto.

Então, nós precisamos mudar essa realidade do Brasil. Eu espero, sinceramente, a cooperação dos nossos colegas Deputados e Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Conclua, Deputado, por favor.

**O SR. GENERAL GIRÃO** (Bloco/PSL - RN) - Inclusive, o Presidente da Câmara tem que colocar a Casa para votar, para que possamos mudar essa realidade.

Um forte abraço!

A democracia brasileira precisa, sim, ser fortalecida, porque do jeito que está ela estará sempre enfraquecida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Deputado, sistema bom é o americano, não é? Ele funciona até pelos correios. *(Risos.)*

**O SR. GENERAL GIRÃO** (Bloco/PSL - RN) - Não, esse daí não! Esse eu não quero! *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Um grande abraço, meu irmão.

**O SR. GENERAL GIRÃO** (Bloco/PSL - RN) - Obrigado.

28.2020.B

Sessão Outro Evento

18/11/2020-13:44

Publ.: DCD - 11/19/2020 -

BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Imediata adoção, pelos governantes, de ações em prol dos agricultores atingidos pela seca no Estado do Rio Grande do Sul. Urgente readequação do zoneamento agrícola. Necessidade de implantação, pelo Governo Eduardo Leite, de vigoroso programa de abastecimento hídrico rural. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, a respeito da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares, em isolamento social ou quarentena decorrente da pandemia de coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Imediata implementação, pelos governantes, de ações em benefício dos produtores rurais no Rio Grande do Sul.

---

#### **O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr.**

Presidente, quero saudar os colegas Deputados. Nós estamos no Rio Grande do Sul, e eu estou conversando com muitos agricultores. Neste período, está havendo uma das piores secas, sem perspectiva de chuva nos próximos meses.

Por isso, é importante que façamos ecoar estas palavras, não só nesta sessão da Câmara Deputados, mas também no País inteiro, para que o Governo Federal, o Governo Bolsonaro, o Governo Estadual de Eduardo Leite e os Prefeitos se mexam, para ajudar quem produz comida, quem produz alimento. Se o agricultor não produz, os preços podem ficar ainda mais altos para os consumidores nas prateleiras.

Eu tenho conversado com as entidades, com as cooperativas sindicais, com as federações, com os movimentos, e a pauta que está sendo apresentada ao Governo Federal e ao Governo Estadual é exatamente a seguinte: primeiro, é necessário alimento para os animais. O Governo precisa providenciar milho em balcão, milho subsidiado, alimento para os animais; segundo, muitos têm uma planta, como o milho, que não vai dar grãos; ele precisa ser colhido, mas é necessário autorização para que eles não percam o seguro, além de agilização da assistência técnica, bancária e do Governo Federal, para que eles possam fazer a colheita, como trato dos animais, até para economizarem o trato que eles têm reservado para o inverno ou outro período de trato dos animais.

Nós precisamos, urgentemente, que o zoneamento agrícola tenha uma readequação para quem quiser fazer novos plantios, se vier uma chuva, tanto do milho e da soja, como de outra cultura. É necessária a

readequação do zoneamento.

É fundamental, igualmente, que nós tenhamos uma política de água para o abastecimento. Eu quero chamar a atenção para isto: nós precisamos de água, de abastecimento! Um programa vigoroso, como o do Governo Eduardo Leite, para a açudagem e a perfuração de poços, é fundamental.

Enquanto a Amazônia e o Pantanal estão queimando, nossa lavoura, nossa plantação no Rio Grande do Sul está secando, e nós não podemos ficar sem nenhuma ação do Governo Federal neste sentido. É de uma assistência técnica frágil a pauta que as entidades apresentam, para que nós possamos ter os seguros garantidos, o crédito emergencial e assistência aos agricultores que talvez não tenham alimento no próximo período.

Eu quero que as parcelas do programa emergencial, que não chegou aos agricultores, pois foi vetado pelo Governo Bolsonaro, agora chegue a eles. Sem colheita, eles não vão ter alimento. Portanto, este programa tem que ser expandido.

Nós precisamos derrubar o veto ao Projeto de Lei nº 735, que dispõe sobre medidas em prol das entidades, para conseguirmos apoio para nossa agricultura familiar. A renegociação das dívidas está na pauta, e é urgente. Quem não colheu não tem como vender, portanto precisa renegociar sua dívida.

Todos estes temas fazem parte da pauta que as entidades estão apresentando ao Governo, e o Governo precisa imediatamente ajudá-las. A COVID e as eleições não podem servir de desculpa para não ajudar aqueles que estão no campo hoje trabalhando. Sem chuva, não tem como colher.

Estas questões, desde o alimento para os animais, o tema do seguro, o zoneamento, a água, o crédito, a assistência técnica, a renda emergencial, até a renegociação das dívidas, fazem parte desta pauta, que precisa ser apreciada urgentemente.

Concluindo, agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e aproveito para fazer um apelo a todos os colegas Deputados e aos Senadores: precisamos agir com força, para que Bolsonaro, Governadores - no nosso caso, o Rio Grande do Sul, o Governador Leite - e Prefeitos tomem atitudes concretas para ajudar quem produz comida neste País.

Estamos à disposição nesta luta.

Um grande abraço!

Muito obrigado.

---

Documento 38/92

---

28.2020.B	Sessão Outro Evento	18/11/2020-14:12
Publ.: DCD - 11/19/2020 -	AIRTON FALEIRO-PT -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Falecimento do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Seção Santarém, Ubirajara Bentes, em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença. Apoio à eleição em segundo turno do Deputado Edmilson Rodrigues e da Sra. Maria do Carmo, respectivamente, às Prefeituras Municipais de Belém e Santarém, Estado do Pará.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO** (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje a cidade de Santarém amanheceu de luto. Perdemos, pela COVID, nosso querido amigo, companheiro de tantas batalhas, o Dr. Ubirajara Bentes, Presidente da OAB da Seção Santarém, uma pessoa defensora dos direitos humanos, uma pessoa que sempre participou da vida política, e fazendo a boa política.

Eu diria que a perda do Birinha, como ele é conhecido carinhosamente, está doendo na alma do Direito paraense, está doendo na alma do povo santareno. Ele vai ser enterrado hoje à tarde. Registro o nosso profundo sentimento de pesar e a nossa solidariedade aos seus familiares, com quem tinha um convívio tão amistoso e fraternal.

Pela perda do Birinha, estendo a minha solidariedade às mais de 400 famílias que perderam entes queridos aqui na cidade de Santarém. Que as boas lembranças do nosso querido Birinha sirvam de conforto aos seus familiares, aos seus amigos e às suas amigas. Essa é uma perda irreparável. O seu jeito de ser, a sua forma alegre de ser, vai estar sempre presente em nossas mentes e em nossa lembrança.

Birinha, obrigado por tudo que você fez aqui neste mundo. Que Deus o receba carinhosamente, como você sempre nos recebia.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para falar também sobre as eleições municipais. Parabênizo os eleitos e as eleitas, mas quero destacar a minha alegria de termos o nosso querido companheiro, amigo, irmão, Deputado Edmilson Rodrigues, disputando o segundo turno para a Prefeitura da capital do Estado do Pará, tendo o Edilson, nosso

companheiro do Partido dos Trabalhadores, para o cargo de Vice, e construindo uma grande aliança. Edmilson Rodrigues já foi Prefeito de Belém. Foi um excelente gestor e deixou saudades. Ele representa uma esperança ao povo belenense para fazer um governo de inclusão social e que cuide da cidade.

Da mesma forma, registro a nossa alegria de ter, no meu Município de Santarém, a Dra. Maria do Carmo, que já foi Prefeita também por dois mandatos e deixou saudades, concorrendo no segundo turno desta eleição. Ela é uma pessoa preparada, comprometida com o seu Município, comprometida com o social.

Quero concluir parabenizando a ambos, ao Edmilson Rodrigues e à Dra. Maria do Carmo, dizendo que eles contam o nosso apoio e com o apoio da sociedade, que busca alternativas sólidas para bons gestores para nossa capital e para a nossa cidade de Santarém.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 39/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020-14:20
Publ.: DCD - 11/19/2020 -		LEO DE BRITO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### **Sumário**

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Imediata votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste hoje pela *TV Câmara*, evidentemente, esta matéria relacionada à prorrogação dos contratos do INCRA é muito importante.

Reconhecemos a importância dessa matéria, tanto é que nós da

bancada do Partido dos Trabalhadores somos favoráveis a ela. Mas é de conhecimento desta Casa que estamos em obstrução, e o povo brasileiro precisa saber o porquê.

Temos um grande respeito pelo povo que neste momento está sofrendo com a pandemia, mas infelizmente o Governo Bolsonaro decidiu reduzir o auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais.

Estive agora no interior do meu Estado do Acre, no Município de Feijó, e vi o quanto as pessoas, com essa redução de 300 reais, estão sentindo muito a mudança na sua vida, as dificuldades, até porque a carestia está grande. O gás de cozinha este ano aumentou sete vezes, os combustíveis estão aumentando. E as pessoas, infelizmente, não estão tendo condição de manter as suas famílias.

É por isso que estamos em obstrução, porque queremos, Sr. Presidente, que seja colocada imediatamente em pauta a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, porque a bancada do Partido dos Trabalhadores quer restabelecer os 600 reais. Não dá, num momento como este, em que o que está acontecendo é um aumento de casos de COVID-19, em que o desemprego está altíssimo, em que a miséria está tomando conta da nossa população, que tenhamos a redução do auxílio emergencial.

Essa matéria relativa aos contratos do INCRA é importante e somos favoráveis a ela. Mas temos que deixar bem claro que ela não é prioridade neste momento. A prioridade neste momento para o povo brasileiro é a votação da Medida Provisória nº 1.000. E votá-la significa dar as condições mínimas necessárias para o povo desempregado, para o povo que está passando fome, para o povo que infelizmente está sofrendo com a carestia, a fim de que eles possam passar por essa pandemia.

---

Documento 40/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 14:28
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LEO DE BRITO-PT -AC PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Fracasso dos candidatos apoiados pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2020. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Apelo à Casa de votação da Medida

Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de restabelecimento do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias vulneráveis diante da crise provocada pela Covid-19.

---

**O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil viu, no último dia 15 de novembro, uma derrota fragorosa do Governo Bolsonaro. Não é possível que o Governo Bolsonaro não vá fazer uma autocrítica neste momento!

Vejam o que está acontecendo com a população, com a carestia batendo à porta, com o desemprego batendo à porta, com a redução do auxílio emergencial.

Nós queremos a retirada de pauta desta matéria, embora entendamos a sua importância, e vamos ser favoráveis a esse projeto, porque há uma matéria muito importante a ser votada, que tem que ser colocada em pauta, que é a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para que possamos restabelecer os 600 reais do auxílio emergencial.

Faço este apelo à base do Governo, à Oposição e à Presidência da Casa.

O PT está em obstrução.

---

Documento 41/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 14:32
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	AFONSO MOTTA-PDT -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do aniversário natalício do Presidente em exercício dos trabalhos. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também quero cumprimentá-lo pela celebração da vida.

O PDT, no mérito, é a favor desta matéria, mas está em obstrução porque também comunga da necessidade de colocarmos em pauta a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que trata do auxílio emergencial.

---

Documento 42/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 14:36
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do aniversário natalício do Presidente em exercício dos trabalhos. Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós sempre celebramos a vida. Por isso, eu me somo aos cumprimentos pelo seu aniversário.

Digo aos outros Líderes, ao Plenário, à sociedade que, se é democrático votar tudo, então votemos a Medida Provisória nº 1.000, de 2020. Qual é o problema? Eu não consigo compreender a dificuldade. Se o Governo tem maioria na Câmara, qual é o medo de colocar em votação a MP 1.000? Se ele tem maioria para votar os 300 reais, que coloque em votação a MP 1.000, mas nos dê o direito de disputar os 600 reais, nos dê o direito de tentar votar os 600 reais. Eu não sei qual é a dificuldade dessa base que o Governo diz que tem para fazer a disputa. Coloque em votação a MP 1.000, que acaba a obstrução rapidamente. Agora, nós temos o direito de fazer essa disputa. Queremos votar a MP 1.000, por isso a obstrução. Não temos nada contra o mérito da Medida Provisória nº 993, mas queremos colocar em pauta a medida provisória do auxílio emergencial. Por isso,

estamos apoiando a obstrução.

O PCdoB vota "sim" ao requerimento de retirada de pauta.

---

Documento 43/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 14:40
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ  ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Cumprimento V.Exa. e os demais colegas.

O PSB orienta "obstrução". E é importante, Presidente, dizer que nós estamos aqui no plenário trabalhando, mas obstruindo esta pauta, porque nós queremos aquilo que todo o povo brasileiro quer: ver a Medida Provisória nº 1000, de 2020, ser pautada e votada por esta Casa. É a medida provisória do auxílio emergencial. Nós queremos retomar o valor completo de 600 reais para o auxílio e acabar com essa crueldade que o Governo Bolsonaro fez ao reduzir o auxílio emergencial para a metade do valor. Nós não somos coniventes com essa crueldade. Por isso, estamos obstruindo as votações e continuaremos obstruindo, cobrando que se pautem a Medida Provisória nº 1.000 e que se retome o valor de 600 reais para o auxílio emergencial.

O PSB está em obstrução, Presidente.

---

Documento 44/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -	18/11/2020-
----------	--------------------------------------	-------------

Publ.: DCD - 11/19/2020 -  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

CD  
ORDEM DO DIA

14:44  
ROGÉRIO CORREIA-PT -MG  
PELA ORDEM DISCURSO

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Necessidade de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise provocada pela Covid-19.

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria vota "sim" à medida provisória, mas também está, como todos os partidos da Oposição, em obstrução. Nós somos favoráveis à medida provisória, não temos nada contra ela, mas é preciso que se faça obstrução e que o povo brasileiro entenda que a Medida Provisória nº 1.000 precisa ser votada.

O povo brasileiro está passando fome. Nós vimos isso durante a campanha. O Presidente diminuiu o auxílio para 300 reais e agora não permite... E é impressionante como a Câmara dos Deputados faz com que prevaleça essa vontade do Presidente de não deixar votar a Medida Provisória nº 1.000 para que 600 reais sejam pagos ao nosso povo.

Eu ressalto que a economia está em frangalhos e que se o País não impulsionar o crescimento econômico, a fome e o desemprego vão aumentar. Por isso, estamos em obstrução para que a Medida Provisória nº 1.000 seja votada, a fim de que o nosso povo tenha pelo menos 600 reais para comer e viver.

Documento 45/92

117.2020  
Publ.: DCD - 11/19/2020 -  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD  
ORDEM DO DIA

18/11/2020-  
14:48  
SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP  
PELA ORDEM DISCURSO

### ***Sumário***

Obstrução das votações pelo PSOL em protesto contra a não inclusão na pauta

da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Boa tarde a todas e a todos.

O PSOL está em obstrução. Nós já anunciamos, há alguns meses, essa nossa decisão política em função da necessidade de se votar a MP 1.000, que é aquela que modificou o auxílio emergencial para milhões de brasileiros que estão passando por muita necessidade. Ela reduziu o valor e restringiu as parcelas até dezembro. A questão da fome e das necessidades mais básicas da população é muito urgente. E o Congresso Nacional precisa dar uma resposta a essa situação. Por isso, nós estamos em obstrução e assim vamos seguir.

Insistimos em que, depois desse contexto eleitoral que acabou de passar, é necessário que o Congresso compreenda aquilo que foi visto nas andanças, nas caminhadas durante o processo eleitoral. A população brasileira está numa situação econômica muito difícil. Ela pede mudanças. Ela nega essa política de fome e de morte do Governo Bolsonaro.

Votar a MP 1.000 é parte fundamental dos anseios da população brasileira.

Obrigada, Presidente.

---

Documento 46/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 14:48
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	AFONSO MOTTA-PDT -RS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Regozijo com o desempenho do PDT nas eleições municipais de 2020. Defesa pelo partido de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Necessidade de votação do Orçamento Geral da União de 2021. Importância de realização das reformas administrativa e tributária e de revisão do pacto federativo. Promoção pela Casa de ações destinadas ao combate à Covid-19 e

suas conseqüências. Eleição da próxima Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

---

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma honra ocupar este espaço sob a Presidência de V.Exa.

Queria cumprimentar as Sras. e os Srs. Parlamentares e agradecer ao meu Líder, o Deputado Wolney Queiroz, por poder ocupar este espaço neste momento em que saímos de um processo eleitoral, apenas faltando o segundo turno em alguns lugares.

Nós tivemos uma participação muito importante nesse processo, na defesa da democracia, do Estado Democrático de Direito, de tudo aquilo que o processo eleitoral representa nesse contexto.

A partir do adiamento das eleições, conseguimos realizar o pleito, apesar das limitações, dos constrangimentos, das reservas. Sem dúvida nenhuma, garantimos um processo fundamental, assegurado constitucionalmente a todos os Municípios brasileiros: a realização das eleições para a escolha de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

O PDT sai do processo eleitoral com 311 Prefeitos em todo o Brasil, com mais de 3 mil Vereadores e com 2 centenas, pelo menos, de Vice-Prefeitos eleitos, escolhidos democraticamente. Considerando todas as circunstâncias e o espaço de tempo para campanha, de certa forma, limitado pela pandemia, foi um resultado positivo.

Os nossos grandes líderes tiveram um grande protagonismo, a partir do nosso líder maior, o nosso pré-candidato à Presidência da República, o senhor Ciro Gomes, da nossa direção partidária, do Presidente Carlos Lupi. Em todos os Estados da Federação, aqueles que nos representaram, todos, foram vitoriosos. Aqueles que tiveram um resultado eleitoral negativo com certeza deram a sua contribuição, a sua participação.

Já estamos, é claro, no momento em que o debate do segundo turno acontece. Nós também estamos participando dele ativamente, com as nossas escolhas, com os nossos posicionamentos, com os nossos candidatos que competem nesse segundo turno. Mas também não podemos deixar de, neste momento, após o processo eleitoral, estar aqui na nossa Casa, na casa do Legislativo brasileiro, procurando dar a nossa contribuição. E queremos, é claro, como prioridade, votar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, aquela que qualifica o auxílio emergencial. Nós e toda a Oposição entendemos que ela é fundamental para dar continuidade a um benefício que vem garantindo o funcionamento da atividade econômica e o sustento daqueles

mínimos para a vida da população, principalmente daqueles que são mais carentes.

Sem dúvida nenhuma, nós ainda temos que trabalhar muito nesses dias que faltam para o cumprimento do ano legislativo, porque nos compete, em primeiro lugar, coordenar a questão do Orçamento para o próximo ano, que é fundamental - sem dúvida nenhuma, isso passa pela nossa responsabilidade -, e também iniciar o debate, com uma nova conjuntura, desses temas que são decisivos e fundamentais. Falo da reforma tributária, falo da reforma administrativa, falo da reforma federativa. Algumas questões têm relações umas com as outras, mas todas são de muita importância.

Nós, no entanto, sabemos que o tempo é limitado. Não vamos ter condição de aprovar essas matérias neste ano, inclusive porque elas mudaram de natureza. O debate exige uma qualificação maior, uma perspectiva maior. Nós ainda não temos aquele sentimento para podermos dizer: *"Olhe, estamos saindo da pandemia. Os efeitos da pandemia não vão perdurar durante o ano que vem. Existe vacina que está funcionando. Existe medicação que está funcionando"*. Não é essa a realidade. Portanto, nós que tivemos a responsabilidade de regular tanta coisa importante para a população, para os Estados e os Municípios, para o estímulo à atividade econômica vamos ter que pensar em como vai ficar isso no ano legislativo que se segue. O estado de calamidade vai até 31 de dezembro deste ano.

Então, há todo esse debate preliminar, esse conjunto de considerações. Embora se fale aqui que não vai haver nenhum tipo de prorrogação do estado de calamidade além deste exercício que está se findando, é responsabilidade nossa, assim como fizemos na regulação inicial, tratarmos dessa questão.

Temos também que organizar a nossa Casa. Há um debate na Casa com relação à próxima Mesa Diretora. Isso vai ser fundamental. Nós vamos ter que nos preparar para este debate do funcionamento da Casa, para definir como é que a Casa realmente vai funcionar no próximo ano legislativo. Não tivemos neste ano o funcionamento das Comissões, com um severo prejuízo.

Por isso, o nosso desafio é, nesses poucos dias que temos após o processo eleitoral - vamos ter praticamente 20 dias -, darmos um sentido de organização e de prioridade para o Poder Legislativo, para que a expectativa que a sociedade tem com relação à Câmara Federal e ao Congresso Nacional tenha uma resposta mínima. O PDT não vai faltar à responsabilidade.

Evidentemente, numa matéria como esta, nós vamos votar favoravelmente. O nosso sentimento de obstrução não busca

prejudicar de forma radical o funcionamento da Casa. O PDT vai acompanhar as votações que tiverem que acontecer hoje. Mas, sem dúvida nenhuma, nós também temos uma expectativa, e a nossa visão é de que a Medida Provisória nº 1.000, que dá uma possibilidade de qualificarmos, de ampliarmos o auxílio emergencial, é fundamental.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a nossa participação e o nosso cumprimento neste momento.

Que esta Casa cumpra com o seu papel e com a sua responsabilidade, em benefício do nosso País, do nosso Brasil.

Muito obrigado.

---

Documento 47/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020-15:04
Publ.: DCD - 11/19/2020 -		ENIO VERRI-PT -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Repúdio ao Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr.** Presidente, demais colegas Parlamentares, conforme já foi dito, nós entendemos que esta medida provisória é, sim, necessária e é muito importante. Entretanto, o Partido dos Trabalhadores, como os partidos que compõem a Oposição, estamos num processo de obstrução, em preocupação e em nome das pessoas que tiveram o auxílio emergencial cortado de 600 reais para 300 reais, reduzindo o número de beneficiários que teriam acesso ao recurso, deixando-os, principalmente, sem esperança nenhuma.

O Governo Bolsonaro, além de reduzir o auxílio emergencial, entende

que a pandemia, primeiro, não existe. Se ela existe ou o pouco que existe, ela acaba no dia 31 de dezembro, como se ela não fosse continuar a partir de 1º de janeiro e como se a economia não estivesse destruída e a miséria não estivesse distribuída em todo o País.

Nós exigimos que a Medida Provisória nº 1.000, que reduz o auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais, seja votada o mais rápido possível, ou seja, que seja votada ainda hoje. É importante que a Câmara dos Deputados faça a sua manifestação, para que seja retomado o pagamento de 600 reais. Se 600 reais já não eram suficientes para garantir a sobrevivência da população, imaginem 300 reais! Imaginem os milhões de pessoas que foram cortadas, em vista da nova metodologia utilizada pelo Governo Bolsonaro.

Que o Governo Bolsonaro não tem a menor responsabilidade com o País já foi provado várias vezes. Basta ver suas declarações na reunião do BRICS que tivemos nesta semana, nas quais ele ameaçou a China, nosso grande parceiro comercial, ou enfraqueceu a fiscalização da madeira e, depois, disse que estão fazendo contrabando de madeira. Bolsonaro é uma contradição por si só, mas a população não tem culpa disso. O povo brasileiro não merece ser condenado à fome, à miséria, num momento como este.

Felizmente, a população brasileira, mais do que sentir, já está percebendo o que está acontecendo. Basta ver os resultados das eleições do domingo, em que o grande derrotado foi Bolsonaro. Os candidatos e as candidatas que ele apoiou foram derrotados e, de novo, volta-se a uma política de equilíbrio neste País.

Felizmente, o mandato está acabando, e o povo se verá livre de Bolsonaro. Mas, enquanto isso, nós temos que votar a Medida Provisória nº 1.000. Não podemos permitir que se mantenham os 300 reais. Permitir os 300 reais significa permitir a fome dentro do País. Isso a Oposição, especialmente o Partido dos Trabalhadores, não irá admitir nunca.

Muito obrigado.

---

Documento 48/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 15:08
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LEO DE BRITO-PT -AC PELA ORDEM DISCURSO

---

*Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Obstrução das votações pelo PT em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós votamos "sim" ao adiamento da discussão por duas sessões. Na verdade, nós estamos em obstrução. Nós mantemos a obstrução por entendermos que é necessário e urgente, sim, votar a Medida Provisória nº 1.000.

O povo brasileiro está sofrendo neste momento. Mais de 166 mil famílias foram atingidas porque tiveram seus entes queridos mortos por causa da COVID-19. Esta Casa aprovou o auxílio emergencial de 600 reais, o que salvou muitas vidas, mas, infelizmente, o Governo Bolsonaro, numa insensibilidade, o reduziu para 300 reais.

É por isso que nós queremos que seja votada a Medida Provisória nº 1.000. O PT é a favor desta matéria, mas está em obstrução.

Muito obrigado.

---

Documento 49/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 15:08
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Obstrução das votações pelo PSB em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

O PSB vai se manter em obstrução, pela razão que já anunciamos. Nós queremos votar a Medida Provisória nº 1.000, que trata do auxílio emergencial. Nós queremos que esta Casa decida se o valor do auxílio emergencial vai continuar sendo de 300 reais, como fez Bolsonaro, ou se vai retomar os 600 reais, que esta Casa aprovou.

Fizeram uma crueldade com o povo brasileiro! Nós, da Oposição, do PSB, não aceitamos isso. Por isso, estamos em obstrução. Queremos votar o auxílio emergencial para que ele volte ao valor de 600 reais.

Por isso, o PSB está em obstrução.

Muito obrigado.

---

Documento 50/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 15:12
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LUIS MIRANDA-DEM -DF ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio à continuidade das votações em bloco. Defesa de rejeição dos requerimentos de obstrução das votações. Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. LUIS MIRANDA** (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pelo Democratas, nós podemos, nas próximas votações, votar em bloco, como foi comunicado, fica mais fácil para todos.

Nosso posicionamento é votar "não" aos requerimentos de obstrução, porém o Deputado Luis Miranda aqui entende que pautar a MP 1.000 acabaria com esse transtorno nas votações. Mas não é só isso. Eu concordo, inclusive, com o pleito, que, acho, cabe ao Poder Legislativo, já que desde o princípio fomos nós que trouxemos esta pauta a esta Casa para tratar do auxílio emergencial e fomos nós que tivemos a coragem de aumentá-lo de 200 reais para 500 reais. Na reta final, o Presidente disse: "*Não, 500 é pouco. Vamos dar 600 reais para a população*". Esta Casa estava pronta para votar 500 reais, e não 200 reais.

Portanto, eu acho que nós estamos nos furtando de uma responsabilidade que, lá no início, nós tivemos a coragem de enfrentar. Agora devemos ter a mesma coragem de votar a MP 1.000 novamente, para trazer o povo à realidade que está vivendo e dar dignidade à população. Feito isso, se decidirmos manter os 300 reais, decidiremos isto aqui no plenário, e todos colocarão sua digital da mesma forma. Se quiseram deixar para o fim das eleições para não deixar isso como palco eleitoreiro, eu concordo. Mas fique claro para a população que, após as eleições do dia 29, nós vamos votar a MP 1.000, para que as outras pautas possam fluir tranquilamente nesta Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 51/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 15:12
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a famílias carentes e trabalhadores diante da crise gerada pela Covid-19. Fracasso do candidato apoiado pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições à Prefeitura Municipal de São Paulo, Estado de São Paulo. Razões do apoio à eleição em segundo turno do candidato do PSOL, Guilherme Boulos, ao Paço Municipal de São Paulo.

---

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL segue em obstrução.

Nós queremos que seja votada imediatamente a MP 1.000, para restabelecemos o valor do auxílio emergencial de 600 reais para a população brasileira. Aliás, a população merecia mil reais, mas não merece, de maneira nenhuma, a redução tão drástica do valor do auxílio, a redução do número de parcelas nem a redução do número de beneficiados.

A MP não é pautada porque é parte da política de morte e de retirada de direitos do Governo Bolsonaro. É importante dizer que a população já está cobrando a conta dessa política bolsonarista. Aqui, na cidade de São Paulo, o candidato apoiado por Bolsonaro foi derrotado. No início, ele aparecia muito bem nas pesquisas, mas ficou lá embaixo.

Por outro lado, o PSOL está no segundo turno, com o companheiro Guilherme Boulos, justamente porque consegue representar uma oposição ao bolsonarismo, trazendo a possibilidade de construir uma cidade justa, democrática, solidária, que seja uma alternativa política para a população, para que esta tenha a possibilidade de sonhos e de futuro.

Por isso, pautar a MP 1.000 é fundamental, por ser um direito essencial da população mais pobre e para seguir consolidando a derrota do bolsonarismo, coisa que já podemos sentir nas urnas na cidade de São Paulo.

Muito obrigada.

---

Documento 52/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 15:16
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ  ORDEM DO DIA	APARTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Manutenção da obstrução das votações pelos partidos oposicionistas, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Fracasso dos candidatos apoiados pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2020. Eleição de candidatos da Esquerda para o segundo turno em Capitais brasileiras. Denúncia de disseminação de fake news na campanha eleitoral da candidata do PCdoB, Manuela d'Ávila, à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós vamos manter a obstrução pelas razões já muito clara: nós queremos votar a MP 1.000. O próprio Deputado Luis Miranda também se soma a esse pleito de que a MP 1.000 precisa ser votada. É papel do Legislativo decidir sobre o auxílio emergencial a ser dado à sociedade, não podemos nos esconder atrás

do caducar da medida provisória. Isso é vergonhoso para nós, nesse tema particularmente. Nós vamos, então, orientar "obstrução".

Dito isso, eu gostaria de posicionar nosso partido diante de muitos comentários que eu ouvi aqui até agora em relação às eleições e também de para uma denúncia.

Nós saímos do primeiro turno. Obviamente, nós precisamos ser bem realistas. Ficou claro que a grande maioria das vagas e das vitórias no pleito não ficaram com a Esquerda, ficaram com os partidos que se chamam de centro-direita, vamos dizer assim. De fato, a expressão maior foi do PP, do Podemos, do DEM, do Republicanos, mas é importante dizer que o principal derrotado foi a corrente bolsonarista. É bom dizer isso, porque isso é fato, é real. Os candidatos que se agarraram ao Bolsonaro explicitamente foram todos, literalmente, derrotados.

Aqui no Rio de Janeiro, o candidato Crivella está com 70% de rejeição e será esmagado no segundo turno das eleições - será esmagado. Ela vai perder o Rio de Janeiro depois da sua gestão na nossa cidade. Repito: 70% de rejeição, sendo que, entre as mulheres, maior ainda. É importante que possamos dizer isso. E muitos dos candidatos que irão ao segundo turno e que são de correntes aparentemente bolsonaristas sequer falaram o nome do Bolsonaro. No Rio Grande do Sul, Estado que tem aqui representantes que aqui se colocam como grandes pilares do bolsonarismo, os candidatos não falaram em Bolsonaro.

É bom que se diga também que a Esquerda foi para o segundo turno em grandes centros urbanos. Isso é destacadamente importante de ser revelado, porque a vitória não é só numérica, a vitória é qualitativa em grandes centros urbanos do País. Estou falando particularmente de São Paulo e de falando de Porto Alegre, mas também de Belém, de Fortaleza e de Recife. Em Recife, duas candidaturas da Oposição estão no segundo turno: uma do PSB, a outra do PT. Em Belém, está no segundo turno o candidato do PSOL; em Fortaleza, o candidato do PDT; em Porto Alegre, a candidata do PCdoB; em São Paulo o candidato do PSOL.

Pois bem, a denúncia que trago diz respeito à cidade de Porto Alegre.

O Partido Comunista do Brasil tem liderado as pesquisas durante toda a campanha e vem sofrendo uma guerra suja dos seus opositores. A Manuela d'Ávila já derrubou meio milhão de *fake news* na Justiça - meio milhão de *fake news*! A Manuela d'Ávila é vítima de *fake news* na sua vida: foi assim na Vice-Presidência de Haddad e tem sido assim durante toda a sua campanha. São ataques misóginos, ataques de aversão às mulheres, ataques machistas que já passaram dos limites. Trata-se de uma verdadeira violência política de gênero que deve ter

repulsa da sociedade brasileira e receberá uma resposta da sociedade de Porto Alegre. Isso nós devemos falar como denúncia, denúncia aberta, que terá resposta também no campo da Justiça. Isso não é campanha de alto nível, não é debate no campo das ideias, é violência. E as *fake news* mentirosas que jogam contra Manuela d'Ávila também estão tendo resposta na Justiça e terão uma resposta na política.

Essa é a denúncia que quero fazer aqui em nome do meu partido, em nome das mulheres do meu partido e em nome da responsabilidade política que temos numa campanha. A Manuela será vitoriosa em Porto Alegre, apesar dessa guerra suja que fazem contra ela espalhando mentiras na campanha eleitoral.

Manuela d'Ávila é responsável, tem maturidade política, tem capacidade de diálogo, já está ganhando o apoio de muitos partidos em Porto Alegre e será vitoriosa no segundo turno.

Obrigada, Presidente.

---

Documento 53/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 15:20
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Obstrução das votações pela Rede Sustentabilidade e os demais partidos opositoristas, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, também gostaria de pedir o meu tempo de Líder na próxima votação nominal.

A REDE vai continuar em obstrução, porque entende que é necessário e urgente pautar a MP 1.000. Da mesma forma que os demais partidos de oposição, que estão se unindo para requerer essa causa tão importante para a população brasileira, nós entendemos que ela é prioridade. Nós ainda estamos vivendo um momento de pandemia, e a COVID-19 continua afetando várias comunidades indígenas. Por isso, é preciso pautar o que é prioridade: a saúde e a vida.

Vamos pautar a MP 1.000.

A REDE continua em obstrução.

---

Documento 54/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 15:20
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Obstrução das votações pelos partidos opositoristas, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual de 300 reais, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria e todos os seus partidos continuam em obstrução.

A votação da MP 1.000 é uma necessidade do povo brasileiro. Eu disse anteriormente, e quem fez campanha viu isso, que o nosso povo passa fome. A economia está naufragando no Brasil, país com pior desempenho não só no enfrentamento da pandemia do ponto de vista de perda de vidas - um genocídio - mas também do ponto de vista da economia. E já está acenado pelo Presidente Jair Bolsonaro e seu Governo que no ano que vem não haverá nada. O Governo diminuiu o auxílio para 300 reais, não quis pagar os 600 reais. No ano que vem, como ficará essa massa de desempregados no Brasil? É a pergunta que o povo brasileiro faz.

Então, após as eleições, as coisas, infelizmente, com este Governo obscurantista e ultraneoliberal vão piorar. E o Presidente da Câmara fica sonhando em fazer a reforma administrativa, em vez de pautar a MP 1.000. Vamos pautar a MP 1.000. É preciso tirar o povo da fome. Isso é fundamental também para fazer crescer a economia.

Por isso, Presidente, nós continuamos em obstrução, apesar de não termos nada contra esta medida provisória.

---

Documento 55/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -	18/11/2020-
----------	--------------------------------------	-------------

---

### *Sumário*

Congratulação ao povo brasileiro pela derrota imposta ao Governo Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2020. Confiança na vitória dos candidatos opositores no segundo turno do pleito eleitoral. Natureza vexaminosa da participação do Presidente Jair Bolsonaro na reunião de cúpula do chamado Grupo Brics, formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Desestruturação das políticas sociais e ambientais pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,** o importante nesta oportunidade em que fazemos o debate político é parabenizar a população brasileira que foi às urnas e disse "não" ao Presidente Bolsonaro, disse "não" ao ódio, disse "não" às políticas mais nefastas que o Governo Federal vem implantando.

No dia 29, nós vamos ter outra grande eleição e resultados, com certeza, importantíssimos, com a vitória de Boulos, em São Paulo; de Manuela d'Ávila, em Porto Alegre; do Deputado Edmilson, em Belém; de nossa companheira Marília, em Recife; de Coser, em Vitória, no Espírito Santo; e na Bahia, em Vitória da Conquista e Feira de Santana, de dois companheiros do PT, Zé Raimundo e Zé Neto. Com certeza, teremos muito a comemorar.

O povo brasileiro não está satisfeito com esse desastre que é o Governo Federal, com esse desastre que é o Governo Bolsonaro, que tem inclusive se tornado a vergonha nacional, diante dos outros países, como aconteceu nessa reunião do BRICS, demonstrando sua incapacidade, sua incompetência e seu completo desequilíbrio para assumir a postura adequada a um Chefe de Estado numa reunião dessa natureza.

O desastre continua, e nós temos de estancá-lo. Continuam cortando recursos das políticas públicas mais importantes, continua o desmonte da política de proteção ambiental, continuam passando o trator, passando a boiada.

E a eleição, o voto na urna, é a vacina contra Bolsonaro. A vacina já teve algum resultado no dia 15, e teremos novos resultados no dia 29.

Em breve, teremos a vacina contra a COVID, apesar de o Presidente

Bolsonaro ter usado de forma criminosa a ANVISA para tentar criar problemas para a testagem da vacina produzida em parceria entre o Instituto Butantan e a farmacêutica chinesa Sinovac.

O que estamos vivendo neste País é um completo descalabro. É uma destruição das políticas públicas, é a destruição dos direitos da população brasileira, é a destruição do patrimônio público das nossas empresas públicas. Vejam o desastre que está acontecendo no Amapá e o descalabro e a incompetência desse Governo para lidar com uma crise dessa dimensão.

Então, no dia 29, nós vamos às urnas, e o povo brasileiro vai dizer "não" a Bolsonaro; vai dizer "não" às políticas que retroagem nas conquistas mais importantes da população brasileira que foram estabelecidas na Constituição de 1988; vai dizer "não" àqueles que querem destruir o Sistema Único de Saúde, que querem destruir a educação pública, que querem transformar tudo em negócio para os amigos, para os comparsas, para a milícia.

Esse Governo miliciano não vai prosperar. Esse Governo miliciano não passará em mais esse teste nas urnas no dia 29.

E 2020 é a antessala para, em 2022, retomarmos para o povo brasileiro os rumos desta Nação, com um Governo que defenda a saúde, que defenda a vida, que não seja aliado do vírus, que defenda a educação pública e que defenda as políticas que fazem diferença na vida das pessoas.

Não irá prosperar a Direita do ódio, a Direita privatista, a Direita que visa destruir o aparato de Estado em nosso País. Não irão prosperar medidas como a reforma administrativa que eles querem fazer, para atacar de morte o Estado brasileiro. Não irá prosperar a continuidade do desmonte das políticas mais importantes para a vida e para a saúde da população brasileira.

Sr. Presidente, para concluir, quero pedir aqui um esforço para que a MP 1.000/20 entre em pauta. Nós não podemos continuar tratorando o direito do Congresso Nacional de apreciar as medidas provisórias que mexem com a vida das pessoas. Bolsonaro nunca mandou para este Congresso uma proposta de auxílio emergencial. Foi a partir das propostas apresentadas pelo PT e outros partidos que essa matéria foi construída e aprovada nesta Casa.

Não podemos permitir que continuem tentando desmoralizar e desestruturar a capacidade do Congresso de analisar as medidas provisórias, analisar os vetos presidenciais e derrubar matérias tão prejudiciais como a MP 1.000/20.

Muito obrigado.

---

Documento 56/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 16:12
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LUIS MIRANDA-DEM -DF ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação aos Deputados de assinatura do requerimento de apreciação em regime de urgência da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Imediata retomada dos trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

---

**O SR. LUIS MIRANDA** (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou observando a nossa dificuldade de votação no dia de hoje e o esforço que todos os Parlamentares estão fazendo. De forma republicana, tanto a Oposição quanto alguns partidos de centro vêm se posicionando contra a votação das matérias, muito por conta da MP 1.000/20 e da situação relacionada à CMO.

Eu quero aqui colocar para V.Exas. que é importante buscar o diálogo e a solução. Eu apresentei um requerimento de urgência para a MP 1.000/20, e muitos Parlamentares já o assinaram. Eu gostaria de convidar todos os demais a fazerem o mesmo. Basta digitar "MP 1.000" no Infoleg, que já vai aparecer - V.Exas. podem ir pelo sistema de busca - o requerimento de urgência. Coloquem lá o que querem fazer, porque aí nós traremos para o Presidente da Casa o que a maioria deseja e tiraremos o peso das costas dele. Sempre ficam nas costas do Presidente da Casa decisões que cabem a nós. É fácil ficar falando e obstruindo as votações. Apoiem o requerimento de urgência, e aí nós traremos o tema para o Presidente Rodrigo Maia tomar a decisão.

Em relação à CMO, é importante que saia a decisão o mais rápido possível, porque precisamos nos posicionar acerca da LDO para o próximo ano. O ano de 2021 já está em cima.

E tudo isso não trava só essas matérias. Nós estamos travando a reforma tributária, e ela tinha de ser aprovada este ano para ter validade a partir de 2021.

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade. Este é um pedido que eu

faço não para a população que a nós assiste, mas para os Parlamentares que estão aqui nos escutando.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 57/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 16:16
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PEDRO UCZAI-PT -SC DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a famílias carentes e trabalhadores diante da crise gerada pela Covid-19. Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Imediata votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017, acerca da distribuição, pela União, de percentual de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Necessidade de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, acerca da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares em isolamento social ou quarentena diante da epidemia de coronavírus, consoante à Lei 13.979, de 2020.

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr.** Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu me somo às bancadas da Oposição e à nossa bancada, no desejo e na vontade de atender a uma reivindicação, um desejo, uma necessidade dos mais pobres deste País, que é o auxílio emergencial. Queremos retomar o debate da autonomia do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, e recolocar o valor de 600 reais do auxílio emergencial para aqueles que mais precisam neste período de pandemia.

Em segundo lugar, quero tratar das pautas de retrocesso dos direitos do nosso povo, como a reforma trabalhista e a reforma da Previdência. Agora é a reforma administrativa, que não só vai retirar os direitos dos servidores públicos, mas também vai fragilizar as políticas públicas como a do SUS, a do SUAS, a da educação pública e a da universidade pública. Nós precisamos de uma pauta propositiva. Se quisermos apoiar os Municípios, os Prefeitos reeleitos e os novos eleitos, no primeiro turno, ou os que serão eleitos, no segundo turno, vamos colocar a pauta de mais 1% do FPM, que é para o mês de

setembro.

Conquistamos 1% a mais em dezembro, no então Governo do Presidente Lula. Em 2014, com a Presidenta Dilma, eu ajudei na coordenação desta pauta municipalista, no Congresso Nacional, e conquistamos mais 1%. Agora só falta uma votação, na Câmara dos Deputados. O Senado já fez a tarefa. Falta uma única votação, na Câmara, para garantir, no próximo ano, 1% a mais do FPM no mês de setembro.

Queremos colocar também em pauta a derrubada do veto ao PL 735/20, que trata da agricultura familiar e camponesa. O Presidente Bolsonaro, inimigo daqueles que produzem o alimento que vai à mesa do povo brasileiro, vetou o PL 735/20, e nós precisamos derrubar o veto.

É dentro dessa pauta que temos de terminar o ano e recolocar o papel das políticas públicas contra a privatização e o desmonte dos direitos públicos, contra a Emenda Constitucional nº 32, que vai destruir os direitos dos servidores públicos e das políticas públicas e recolocar uma perspectiva do Brasil, fortalecendo as políticas públicas, na educação, na segurança, na assistência social e principalmente no fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Sr. Presidente, dentro dessa perspectiva, espero que os Líderes de todas as bancadas possam colocar, entre outras pautas na Câmara dos Deputados, a matéria que destina 1% a mais para o FPM .

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 58/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020-16:24
Publ.: DCD - 11/19/2020 -		LEO DE BRITO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Fracasso dos candidatos apoiados pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2020. Defesa, pela Oposição, de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos ouve, no último dia 15 de novembro, o povo mandou um recado muito claro a este desgoverno Bolsonaro, marcado pela incompetência, pelo obscurantismo, por mentiras, inclusive em reuniões de organismos internacionais, como na da ONU e na do BRICS. O Governo, que está abrindo a porteira para a boiada passar na questão da exportação de madeira, agora diz que vai denunciar os países que estão importando madeira ilegal.

O recado foi bem claro para aqueles que estão dizendo que o Bolsonaro venceu esta eleição. Vejam o que aconteceu em São Paulo. O Deputado Russomanno assume o Bolsonaro como o seu padrinho, e o que aconteceu com a candidatura dele? Derreteu. O Crivella, no Rio de Janeiro, Deputado Alessandro Molon, era candidato do Bolsonaro, e o que acontece com a candidatura dele? Derreteu, com 70% de rejeição do eleitorado da cidade do Rio de Janeiro. A Delegada Patrícia, no Recife, assumiu o Bolsonaro como o seu padrinho, e o que aconteceu com a candidatura dela? Derreteu. Os candidatos que colocaram Bolsonaro em seu sobrenome não foram eleitos. Nem a Wal do Açaí foi eleita no Rio de Janeiro. Então, não adianta trazer toda essa eloquência aqui para defender o que não é defensável. Por que isso está acontecendo?

Nós queremos o adiamento dessa votação. Esse Governo não tem sensibilidade nenhuma para com o povo. Esse Governo é antipovo. O auxílio emergencial de 600 reais só aconteceu, diante de uma pandemia que já matou mais 166 mil brasileiros, porque esta Casa, sobretudo a Oposição, teve sensibilidade para com o povo e para que houvesse distanciamento social. Por isso, com certeza, milhares de vidas foram salvas. A pandemia não acabou, e o Governo não teve sensibilidade de manter, como nós da Oposição estamos querendo, o auxílio emergencial de 600 reais e o baixou para 300 reais. Isso está prejudicando muitas famílias. Agora muitas pessoas terão que sair para trabalhar para complementar a sua renda e vão estar expostas ao coronavírus.

Por isso, Sr. Presidente, nós mantemos a obstrução e queremos o adiamento da votação desta MP por duas sessões.

Publ.: DCD - 11/19/2020 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

LEO DE BRITO-PT -AC  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo coronavírus. Defesa de adiamento da votação da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Obstrução das votações pelo PT.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo precisa acordar, porque não existe nada mais urgente neste momento de pandemia. Milhares de pessoas morreram, outras tantas estão perdendo sua renda, outras estão passando fome, e a carestia toma conta do nosso País. Não dá para não votarmos a Medida Provisória nº 1.000, de 2020.

É por isso que nós queremos o adiamento desta votação especificamente, relacionada à prorrogação dos contratos do INCRA, para que o Presidente, a Mesa Diretora desta Casa, inclua imediatamente a MP 1.000, para que nós possamos restituir ao povo brasileiro, sofrido, neste momento de pandemia, os 600 reais. Trezentos reais não dá! Não dá! E o Governo quer tirar no ano que vem.

Nós precisamos ter um compromisso sério, com responsabilidade, com o povo brasileiro.

O PT está em obstrução.

---

Documento 60/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 16:32
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Obstrução das votações pelo PDT em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a criação do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de restabelecimento do

auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise provocada pelo coronavírus.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Presidente, nós do PDT estamos em processo de obstrução, embora, no mérito, sejamos a favor da matéria que diz respeito ao contrato do INCRA. A razão de ser da nossa obstrução é exatamente o fato de que nós queremos votar a MP 1.000, que é a do auxílio emergencial. A duras penas, o Governo ofereceu, lá no começo, 200 reais. Nós negociamos e chegamos a 600 reais. E agora o Governo apresentou uma nova medida provisória, a 1.000, que reduz os 600 reais para 300 reais, o que é um absurdo. Nós queremos votar essa medida provisória, para que o auxílio emergencial continue sendo de 600 reais até dezembro.

Por isso, nós estamos obstruindo a sessão, pressionando, porque o povo precisa, merece, necessita e tem direito a receber esse auxílio emergencial dignamente, porque é para que haja o pão na mesa, a boia no prato. Essa é a necessidade do nosso povo, da nossa gente. O Presidente Bolsonaro cortou pela metade o auxílio emergencial. Nós temos certeza de que, colocada em votação essa medida provisória, a Câmara dos Deputados vai repor o valor de 600 reais, que é o mínimo necessário de dignidade para o nosso povo brasileiro nesta hora de pandemia, nesta hora de carestia, nesta hora de desemprego.

Por isso, nós estamos em obstrução, Presidente.

---

Documento 61/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 16:32
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Obstrução das votações pelo PSB em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2000, sobre a criação do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Anúncio da produção de vacina contra a Covid-19 com 95% de eficácia. Necessidade de apresentação, pelo Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra o coronavírus. Derrota dos candidatos apoiados pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições

municipais de 2020.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O PSB está obstruindo pelas razões que acaba de reafirmar o Deputado Pompeo de Mattos. Eu já havia dito a mesma coisa aqui nas minhas manifestações anteriores. Por isso, o PSB continua em obstrução.

E aproveito este momento, Presidente, para lembrar que uma nova empresa anuncia a descoberta de uma vacina com 95% de eficácia. O Presidente da República, em vez de continuar negando a ciência e a pesquisa, deveria apresentar para o País um plano nacional de vacinação. Eu já apresentei, aqui nesta Casa, um projeto de lei com o objetivo de garantir aos Estados condições de vacinarem o seu povo, a sua população. É fundamental que o Presidente da República pare de criar problemas para o País e apresente um plano nacional de vacinação.

É por isso que o PSB vai continuar lutando, para garantir a vacina que proteja a vida dos brasileiros. É por essa conduta irresponsável, e termino, Presidente, que o Presidente da República foi o grande derrotado nessas eleições, como qualquer cientista político ou qualquer analista interpreta os números que saíram das urnas.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 62/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 16:32
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	JOSÉ NELTO-PODE -GO PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Regozijo com o desempenho do Podemos nas eleições municipais realizadas no Estado de Goiás e no País em 2020. Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Defesa da concessão de auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes durante e epidemia de coronavírus.

---

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o debate após as eleições é um debate que deixa vários Parlamentares apaixonados. Cada um defende o seu partido, tem as suas posições políticas. Eu quero anunciar para todo o Brasil que o nosso partido, o Podemos, cresceu bem no nosso Estado de Goiás, irá governar aproximadamente 30% da população do Estado de Goiás, e cresceu também no Brasil.

Quanto a essa matéria que está em discussão, nós encaminhamos o voto "não", contra o adiamento. Não tem nada a ver com outras matérias aqui faladas pelos Deputados. Nós queremos e apoiamos que o auxílio emergencial seja de 600 reais. Mas, neste momento, os 300 reais estão ajudando muita gente no Brasil.

Nós queremos garantir para o ano que vem, enquanto não terminar esta pandemia, um auxílio emergencial permanente, seja de 300 reais, seja de 400 reais, seja de 500 reais, seja de 600 reais. Mas é preciso haver uma fonte. Qual é a fonte? O Congresso Nacional tem que apresentá-la no Orçamento de 2021. Esse é o debate que nós queremos para o Brasil.

Por isso, o Podemos encaminha o voto "não".

---

Documento 63/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 16:36
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Continuidade da obstrução das votações pelo PSOL. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo coronavírus. Fracasso dos candidatos apoiados pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2020. Importância do apoio, em segundo turno, aos candidatos ao cargo de Prefeito Municipal Guilherme Boulos, de São Paulo, Estado de São Paulo, Edmilson Rodrigues, de Belém, Estado do Pará, Manuela D'Ávila, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e Marília Arraes, de Recife, Estado de Pernambuco. Participação do PSDB no Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL segue em obstrução. Queremos a votação da Medida Provisória nº 1.000. Este é o tema que deveria

estar sendo deliberado pelos Deputados e Deputadas, a garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, pelo menos até o final do ano, contra a medida adotada por Jair Bolsonaro de diminuição e de corte de famílias para o recebimento do benefício.

É evidente a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições. Agora, temos que fortalecer aquelas candidaturas que representam uma alternativa real ao modelo bolsonarista: Guilherme Boulos junto com Luiza Erundina, em São Paulo; Edmilson Rodrigues, em Belém; Manuela d'Ávila, em Porto Alegre; Marília Arraes, em Recife, Pernambuco.

Até a Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados está fazendo questão de orientar, para mostrar que não faz parte da base do Governo. E, não sendo da base do Governo, mostra que não vai se contaminar com aquilo que é a rejeição bolsonarista. É importante que digamos que eles dão sustentação sim ao projeto bolsonarista na Câmara dos Deputados. Não adianta, neste momento, tentar fugir de Bolsonaro, porque todos sabem que, em São Paulo, por exemplo, a representação de Covas e companhia é a representação também do "Bolsodoria", que vai ser derrotado pela candidatura do PSOL, de Guilherme Boulos e Luiza Erundina.

O PSOL está em obstrução.

---

Documento 64/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 16:36
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Continuidade da obstrução das votações pelo PCdoB, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo coronavírus. Apoio à eleição em segundo turno da candidata do PCdoB, Manuela d'Ávila, à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, reitero que o PCdoB não é contrário ao conteúdo da MP, até porque, na ausência de concurso público, o que nos resta é prorrogar os contratos de quem atua no INCRA. No

entanto, nós estamos mantendo a obstrução, já explicitada, porque não é pautada - e isso é papel da Presidência da Câmara dos Deputados - a MP 1.000. Estamos cobrando que a coloque na pauta.

A obstrução se dá exatamente por isso. Quando pautar a MP 1.000 e pudermos votar o auxílio emergencial de 600 reais, suspenderemos a obstrução. A obstrução acabará quando pautar a MP 1.000.

No mais, Sr. Presidente, quero dizer que nós, comunistas do PCdoB, pregamos o desenvolvimento econômico, o pleno emprego. A nossa candidata Manuela d'Ávila quer que a economia funcione, quer saúde pública, quer educação pública, quer que a cidade de Porto Alegre volte a ter desenvolvimento, e não o oposto, como dizem os seus ardilosos e mentirosos oponentes da cidade de Porto Alegre.

---

Documento 65/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 16:40
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Continuidade da obstrução das votações pela Rede Sustentabilidade em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise provocada pela Covid-19.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, a REDE vai manter a obstrução.

A REDE não tem nada contra a MP 993, que é uma MP necessária, mas também temos que lutar pelo povo brasileiro, que merece que a MP 1.000 seja apreciada.

Por isso, a obstrução é no sentido de fazer este apelo: que seja colocada em pauta a MP 1.000, para que a população brasileira tenha o direito de ter acesso ao auxílio emergencial no valor correto, e não no valor irrisório, valor que não pode permanecer. A MP precisa ser pautada para que possa haver discussão e votação.

Por essa razão, a REDE, em conjunto com a Oposição, vai manter a

obstrução.

---

Documento 66/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 16:40
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do aniversário natalício do Deputado João Roma. Obstrução das votações pela Minoria em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Aumento do número de óbitos e de contaminados pelo coronavírus no País.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado João Roma, parabéns pelo seu aniversário! Muita saúde! Muitas alegrias! Mude de lado! (*Risos.*)

É um prazer falar com o senhor.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em nome da Minoria, que, unanimemente, tem se colocado pela votação da MP 1.000, a MP do humanismo, quero dizer que estamos verificando um novo crescimento na curva de mortes e de contágio pelo novo coronavírus. Ainda não temos vacina, Sr. Presidente. Por isso, estamos aqui remotamente trabalhando.

Obviamente, é necessário prover as famílias. O próprio Sr. Paulo Guedes, o *office-boy* de Wall Street, de Chicago, tem dito que necessitará se houver um novo surto. Ele já está vendo! Os hospitais de São Paulo estão avisando da necessidade de nova parada.

Sr. Presidente, estamos em obstrução não pelo conteúdo da matéria, mas pela necessidade de sermos solidários com o povo brasileiro.

A Minoria está em obstrução.

---

Documento 67/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 16:52
----------	--	----------------------



---

### *Sumário*

Regozijo da bancada do PT com a reassunção do mandato parlamentar pelo Deputado Leo de Brito. Congratulações aos Deputados petistas candidatos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito Municipal. Desempenho do PT nas eleições municipais de 2020. Fracasso de candidatos apoiados pelo Presidente Jair Bolsonaro no pleito eleitoral. Não reeleição do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump. Vitória alcançada pela Esquerda na Argentina e na Bolívia. Continuidade da obstrução das votações pelo PT. Necessidade de votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19. Repúdio à política econômica adotada pelo Governo Federal. Incompetência do Governo Jair Bolsonaro. Imediata votação pela Casa de pedido de impeachment contra o Presidente da República.

---

**O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) -**  
Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero iniciar esta intervenção de hoje mostrando a alegria do Partido dos Trabalhadores, em especial a da bancada do PT na Câmara, com a chegada de mais um Deputado Federal, o Deputado Leo de Brito, que está hoje coordenando presencialmente, aí, esta pauta. Ele é companheiro nosso do mandato passado e volta agora. Ele nos honra com o seu brilhantismo, com a sua militância, com a sua história. Então, queremos, em nome de toda a bancada, dar as boas-vindas ao Deputado Leo de Brito, que aumenta a bancada para 55 Parlamentares. É a maior bancada da Câmara dos Deputados, não só em número, mas também em qualidade, o que, para nós, é uma honra, com todo o respeito às outras bancadas, é óbvio.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar os guerreiros e guerreiras da nossa bancada, que somam nove. Se me permitem, vou citar o nome de alguns deles: a Deputada Luizianne Lins; o Deputado José Ricardo; o Deputado Zé Neto; o Deputado Leonardo Monteiro; a Deputada Margarida Salomão; a Deputada Marília Arraes; a Deputada Benedita da Silva, a nossa querida Benê. Eles foram candidatos e candidatas a Prefeito em sua cidade.

Cumprimento também os companheiros Deputados Pedro Uczai e Carlos Zarattini, que foram candidatos a Vice-Prefeito. São pessoas que honram a nossa bancada em seu Município, que dão qualidade a nossa bancada. Em seu Município eles fizeram a diferença sobre o que

pensa o Partido dos Trabalhadores e sobre o que o partido constrói.

Também quero falar sobre o resultado da eleição. Nós fomos, sim, muito bem votados. Somos o maior partido dentre os que estão disputando o segundo turno, nas 15 cidades em que haverá segundo turno. Somos o maior partido, o partido que está disputando o segundo turno no maior número de cidades. Mostramos a diferença. Como esquerda, mostramos a diferença com o trabalho que fazemos juntos, como já citado por outros colegas Parlamentares, em Capitais como Porto Alegre. Disputaremos o segundo em São Paulo com o Boulos, em Belém com o companheiro Deputado Edmilson e em muitas outras cidades, mostrando uma coisa concreta e muito séria: Bolsonaro perdeu esta eleição, Bolsonaro foi derrotado nesta disputa. A política volta à normalidade, ao bom senso, à direita ou à esquerda. É claro que eu gostaria que todos votassem na Esquerda, pois sou um homem de esquerda, mas a população optou por aquele Prefeito ou aquela Prefeita que escolheu eleger que não passa o ódio, que não passa a raiva, que não passa a vontade de matar, optou por pessoas que defendem políticas econômicas e sociais. Concordando ou não, são as pessoas em quem a população acredita. Estão mostrando isso para a sociedade. Isso é democracia.

Sem dúvida nenhuma, como já foi dito por outro Deputado, Bolsonaro está voltando ao tamanho que de fato ele merece ter. Os "bolsonaristas" também estão do tamanho dele, ou seja, muito pequenos, assim como a política social que ele faz, que é muito pequena, assim como o respeito que ele tem lá fora, que é muito pequeno, assim como a sua inteligência, que é menor ainda.

A verdade é que, em 2 anos, a população mudou radicalmente: daquele radicalismo da política do ódio para a política do bom senso e da construção de um país mais participativo, mais democrático, que respeita as suas instituições e, principalmente, de um país mais justo. A presença do Partido dos Trabalhadores em inúmeras cidades, em todo o País, o número de Vereadores que nós elegemos, o número de votos que nós fizemos e a nossa presença em 15 cidades no segundo turno mostram que a população, além de sentir, já entende o que é este Governo Bolsonaro para a sua vida e sabe da necessidade de mudar. Mudar é acabar com tudo isso.

O mundo já começou a mostrar os ventos da mudança. Olhem o resultado da paixão de Bolsonaro, que é o Trump - a história já cuidou dele. Olhem o resultado na Argentina, olhem o resultado na Bolívia. Os ventos sopram favoravelmente para os mais pobres, para que as políticas de inclusão social, de distribuição de renda e de respeito às minorias voltem a acontecer, como já aconteceram no Brasil e em breve voltarão a acontecer.



Dentro desse cenário é que nós podemos, sim, reconhecer, primeiro, que os partidos de centro, os chamados "partidos de centro-direita", de fato cresceram, ocuparam seu espaço. Esse é um direito deles, porque fizeram o seu debate.

Agora, dizer que Bolsonaro cresceu? Estão procurando números onde não existem, estão procurando criar uma teoria que não existe, tão falsa quanto essa teoria de questionar a urna eletrônica. Ora, isso é desculpa. Sabem por que o pessoal do Bolsonaro quer o comprovante? Para pagar a conta lá fora. O comprovante serve para corrupção eleitoral. Sabem para que serve isso? Para garantir que aquela pessoa que foi votar comprove, de fato, que votou, para receber o dinheiro do suborno, da corrupção, do caixa dois. O nosso modelo, está provado no mundo, é um modelo sério. Se há dúvidas, auditemos; se há desconfianças, como as que o nobre Deputado que me antecedeu levantou, vamos fiscalizar. Aliás, é papel nosso, da Câmara. Vamos fazer isso! Agora, começar a construir uma teoria para justificar a derrota de Bolsonaro, que é iminente, daqui a 2 anos, como foi agora a de Trump, é mais um absurdo que não irá avançar, como essa guerra das redes sociais também não vai avançar de maneira nenhuma.

É por causa dessa preocupação com o povo brasileiro que nós do Partido dos Trabalhadores obstruímos e vamos continuar obstruindo toda e qualquer pauta, enquanto não votarmos a Medida Provisória nº 1.000. É preciso que a Câmara dos Deputados se manifeste e diga o que ela quer, se quer que continuem sendo pagos os 600 reais, para ser garantido o mínimo de qualidade de vida à nossa população, o mínimo de capacidade de sobrevivência, para que a economia um dia possa se recuperar, ou se quer que sejam mantidos os 300 reais, que garantem a fome, o desemprego e a miséria do povo. Vários Deputados, inclusive de outros partidos, do campo da Direita, têm-se manifestado a favor da manutenção dos 600 reais. Eu estou convencido de que o Presidente da Casa não coloca em votação a Medida Provisória nº 1.000 porque sabe que ela será derrubada. Não tenho dúvida disso. Há a alegação de que ela tem caráter eleitoral. A fome não é eleitoral, a miséria não é eleitoral. Eleitoral é dizer aqui no plenário que o povo está cobrando que votemos, que o importante é votar a pauta de hoje. Ora, a população espera da política que a política lhe dê qualidade de vida. A teoria política não tem muito a explicar. Se na casa do trabalhador e da trabalhadora tem comida, a política é boa; se não tem comida, a política é ruim. É muito simples na cabeça da população. Hoje, a política de Bolsonaro, a política de Guedes e daqueles que apoiam o Governo Bolsonaro na Câmara é a política da fome e da miséria. Portanto, é uma política ruim.

Nós precisamos imediatamente derrubar a Medida Provisória nº 1.000. Mais do que isso, precisamos prorrogar o pagamento dos 600 reais para o decorrer do ano que vem, até porque a pandemia não acabou e,

se depender do Governo Bolsonaro, não acabará tão cedo. É preciso que cumpramos as regras da ciência, da Organização Mundial da Saúde. É preciso que ajudemos, para que a vacina chegue o mais rapidamente possível e, principalmente, para que tenhamos política de inclusão social e uma política econômica que garanta emprego e renda, que apoie o pequeno e o microempresário, para que a economia possa se recuperar. Não é dando vantagens para bancos, não é dando vantagens para a especulação financeira que este País vai se recuperar.

Ora, essa política de autonomia do Banco Central é coisa para agradar o Trump. Isso é coisa para agradar os especuladores financeiros. O investimento direto estrangeiro não vem para o Brasil porque não confia no Governo brasileiro, porque não confia nas suas políticas. Olhem o discurso do Bolsonaro no encontro do BRICS, olhem o que ele tem feito em relação ao resto do mundo.

A verdade é que o grande motivo da fome neste País não é a COVID-19, é a incompetência do Governo Bolsonaro e de todos os seus Ministros, que destroem o meio ambiente, que destroem a vida das pessoas e as empresas e que garantem só o lucro dos grandes bancos.

Essa mudança tem que ocorrer logo. Esperemos que o *impeachment* chegue logo - são mais de 60 os pedidos. Chegando ou não, as eleições se aproximam, e o resultado não será diferente do que esse que aconteceu agora. Bolsonaro voltará para aonde ele sempre esteve: a lata de lixo da história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 68/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:04
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LEO DE BRITO-PT -AC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de adiamento da votação da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Defesa de votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia da retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19. Inércia do Governo Jair Bolsonaro diante da crise no abastecimento de energia elétrica no Estado do

Amapá. Obstrução das votações pelo PT.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos que adiar esta votação, sim, porque precisamos colocar na pauta imediatamente a MP 1.000, que vai garantir o retorno, para a população mais pobre, do auxílio emergencial de 600 reais.

Este Governo, além de ser um governo insensível, é um governo cuja marca é a incompetência. Eu quero, neste momento, como amazônida, como acriano, solidarizar-me com a população do Amapá. Não é possível que, depois de 2 anos da detecção dos problemas que geraram a tragédia que aconteceu no Amapá, o Governo Federal, do Sr. Bolsonaro, ainda não tenha tomado uma providência sequer. Há 2 semanas aquela população está na penúria. Isso demonstra a incompetência deste Governo. O Sr. Ministro de Minas e Energia, num governo sério, já estaria demitido.

O nosso voto é pela obstrução, Sr. Presidente.

---

Documento 69/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:12
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Continuidade da obstrução das votações pelo PCdoB, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Razões do fracasso dos candidatos apoiados pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2020. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB mantém a sua obstrução. Por isso mesmo, está mantendo todo esse *kit*. Reiteramos: coloque a MP 1.000 para ser votada.

No mais, Presidente, vamos reafirmar o que temos reafirmado, que as eleições deram uma resposta clara, que a sociedade deu uma resposta clara. O comportamento de Bolsonaro diante da pandemia, de

comemorar a morte de um voluntário dos testes de vacina - ele comemorou! -, de comemorar a possibilidade de termos uma vacina a menos, isso não é papel de Chefe de Estado, isso não é papel de alguém sentado na cadeira de Presidente da República.

Nós temos que ter todas as vacinas para a sociedade, para defender a vida.

A pandemia volta a ter aumento no número de casos. Ele debocha do povo brasileiro, é mercador da morte. Por isso, a sociedade vota contra os candidatos dele. E nós vamos trabalhar para que a sociedade apoie e dê vitória aos nossos candidatos no segundo turno das eleições no Brasil, em todas as candidaturas.

Obrigada, Presidente.

---

Documento 70/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:16
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Permanência do PSB em obstrução diante da não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa pelo partido de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Exigência de implantação, pelo Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra o coronavírus.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.**

O PSB permanece em obstrução, cobrando a votação da Medida Provisória nº 1.000.

Nós do PSB queremos retomar o valor original do auxílio emergencial que aprovamos neste plenário, de 600 reais, e não permitir que essa crueldade contra o povo brasileiro de reduzi-lo à metade continue, agora que nosso povo está recebendo apenas 300 reais.

Estamos cobrando do Governo um plano nacional de vacinação, Sr.

Presidente. Há vacinas sendo testadas, bons resultados sendo apresentados. Não é possível que o Governo vá esperar a vacina ficar pronta para, só então, pensar em como garantir que a vacina chegue em todos os cantos do País, disponibilizar seringas e infraestrutura para que as pessoas sejam vacinadas. É hora de apresentar esse plano para o País. O Governo já está atrasado.

Basta de irresponsabilidade, Sr. Presidente!

---

Documento 71/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:16
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Continuidade da obstrução das votações pela Rede Sustentabilidade, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, considerando a prioridade da população brasileira, e nosso povo necessita do auxílio emergencial no valor aprovado inicialmente de 600 reais, a REDE vai manter a obstrução.

Novamente ratificamos que não somos contra a MP 993, porque consideramos que ela vai ajudar o INCRA, mas neste momento precisamos também apoiar o povo brasileiro, que está aguardando uma resposta. Então, é necessário pautar a MP 1.000.

Por essa razão, nós vamos obstruir, junto com a Oposição.

---

Documento 72/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:16
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Obstrução das votações pela Minoria, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19. Fracasso dos candidatos apoiados pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2020.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é inegável que nós não temos profundas divergências com a matéria. Há vícios mantidos. No entanto, a nossa posição em obstruir não é antitrabalho, como alguns Deputados tentam desqualificar o trabalho da Minoria, da Oposição. A nossa posição é em prol do povo brasileiro.

Nós entendemos que, neste momento, em que há um crescimento do número de contágios e de mortes, é necessário garantir o auxílio emergencial inteiro. Queremos a Medida Provisória nº 1.000 votada. Por que esconder-se atrás de um biombo? V.Exas. têm medo que os Deputados municipalistas, premidos por suas bases, sejam obrigados a votar no que é certo?

Por outro lado, a derrota do Sr. Bolsonaro nas últimas eleições é inegável. Não adianta fazer conta, porque muitos se esconderam de Bolsonaro, como o Presidente do DEM, o Sr. ACM Neto, aqui na Bahia. Nem falou a palavra do mais rejeitado, o nome não foi dito. Sem dúvida alguma, assim ocorreu em outros lugares.

Nós vamos manter a obstrução, exigindo a votação da MP 1.000.

---

Documento 73/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:20
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Indiferença do Presidente da República diante do alcance da marca de 160 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Fracasso de candidatos vinculados ao Presidente Jair



Bolsonaro nas eleições municipais de 2020. Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma administrativa. Necessidade de realização de reforma tributária solidária. Apoio à eleição em segundo turno dos candidatos ao cargo de Prefeito Municipal, Manuela d'Ávila, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; Guilherme Boulos, de São Paulo, Estado de São Paulo; e Edmilson Rodrigues, de Belém, Estado do Pará. Obstrução dos trabalhos no plenário pela Oposição, em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e consequente retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo de fato tempos sombrios no Brasil. Nós temos um Governo que é algoz do povo, um Governo que retira e retrai direitos a cada dia. E eu lamento profundamente que haja uma alimentação do monstro. Os segmentos que assim o fazem brevemente poderão refazer sua posição, porque infelizmente o Sr. Bolsonaro, além de negar a pandemia, além de negar a vitória do Sr. Biden nos Estados Unidos e fazer reverências ao derrotado Trump, acumula uma série de apoios a posições que são contrárias aos direitos do trabalho, à possibilidade do avanço econômico e à vida, além de contrárias ao SUS. Ele mantém na equipe um defensor da destruição do meio ambiente; mantém na equipe um Ministro de Minas e Energia que, na verdade, concorda em repassar os danos da população do Amapá à própria população em forma de tarifas; mantém na equipe uma Ministra que indiretamente faz pressão para que a lei que protege crianças vítimas do crime de estupro não seja cumprida. Que equipe é essa? Que Governo é esse?

Nós estamos vivenciando no Brasil, portanto, o período do intermédio desse Governo que se desmonta. Evidentemente, o municipalismo de resultados tem vantagens, com muitas emendas, com muitos recursos. Municípios mínimos estão recebendo milhões de reais. Às vezes, não se sabe nem como dedicar esses recursos a esses Municípios em função da venda da Previdência Social, dos direitos do povo e de um apoio que, espero, seja efêmero.

Sr. Presidente, nós temos hoje no Brasil mais de 160 mil mortos sem uma palavra de condolência do Sr. Bolsonaro. Mas nós temos resultados. Os números também falam - e isso é evidente - que todos aqueles que tiveram no nome a alcunha Bolsonaro ou o apoio explícito dele foram derrotados.

O Centro, senhores e Sr. Deputado que neste momento faz a defesa cega do atual Presidente da República, não se deixou mostrar ao lado de Bolsonaro, e, ao mesmo tempo, a Direita liberal clássica, o

DEM, *idem*, não o fez. Aqui, na Bahia, essa foi a realidade. De fato, o Centro-Direita foi vitorioso: o PSD, com 108 Prefeituras; o PP, com 92 Prefeituras; o DEM, com 37 Prefeituras. O PT obteve 32 Prefeituras e o PCdoB, 16 Prefeituras, para um partido que ficou na clandestinidade por décadas. Para nós, a sobrevivência, que tem sido guerreada, está sendo mantida apesar de Bolsonaro.

O problema é que Bolsonaro implica e compromete a sobrevivência do povo brasileiro, o direito dos trabalhadores, a garantia do meio ambiente preservado, a garantia do SUS preservado, a educação pública, que tem um Ministro cuja voz ainda não ouvimos neste momento em que estamos de meados do mês de novembro. É evidente que a rede pública não tem como retornar por falta de segurança sanitária, mas nenhuma medida é tomada para garantir às redes em convênio com o Governo Federal a possibilidade de acesso digital. Essa é a realidade do País.

Por isso, sim, politicamente, o Sr. Bolsonaro perdeu. Ele pode estar na expectativa dessa base no Congresso, mas perdeu.

Mas nós haveremos de derrotar essa reforma administrativa que pune os servidores públicos, transformando-os em vilões. Lamentavelmente, constrói-se uma caneta imperial para Bolsonaro acabar com órgãos públicos, com autarquias. Ele pode, de uma canetada, fechar um *campus* universitário, uma unidade de um instituto federal pelo texto da reforma administrativa.

Ele se omite em relação a colocar em votação uma reforma tributária que deveria ser a primeira a ser apreciada. E nós defendemos uma reforma tributária solidária, na qual quem tem muito pague mais, quem tem menos pague menos e quem nada tem não pague. Isso não é socialismo, senhores, assim como Manuela d'Ávila não vai aplicar o socialismo em Porto Alegre.

Se os senhores lerem o estatuto do PCdoB, verão que ali se defende a democracia, a liberdade de credo e a democracia com participação popular. Manuela é uma mulher corajosa, que derrubou *fake news*, e vem fazendo isso a vida inteira. É muita disputa, é muito medo e é muita inveja de um quadro político da mais alta qualidade. É mulher e mãe, e mulher com opinião. Isso incomoda muito. Nós sabemos como isso incomoda. E muitas vezes se parte para a desqualificação, porque não há argumentos. Então, usa-se o argumento da força.

Eu quero daqui expressar a nossa vontade e o nosso apoio à vitória de Manuela d'Ávila, de Boulos, em São Paulo, de Edmilson, no Pará, e de todos os outros e outras que têm se colocado com altivez para garantir uma democracia participativa, cidades mais humanas, cidades mais democráticas, cidades onde os Prefeitos e Prefeitas gostem de gente,



que é o que falta ao Presidente da República. É um Presidente da República que tem horror a pessoas, especialmente ao povo brasileiro, que talvez não tenha a tez que o agrada, que não fale o idioma que o agrada. Então, isso nos dói, porque, de fato, ele se prepara até para uma suposta guerra com pólvora contra os Estados Unidos, caso Biden venha a aplicar sanções comerciais ao Brasil, em função do desleixo, do crime ambiental com que este Governo Bolsonaro é conivente. E Bolsonaro, com galhofas e arroubos, coloca que não há conversa, o que há é pólvora. Estamos na barbárie, senhores?

O auxílio emergencial é para um país em que o desemprego bate recorde. O IBGE, de maneira isenta, deu conhecimento à Nação sobre o alto índice de desemprego, de desalento, de desocupação, especialmente entre as mulheres, com evidência explícita para o maior sacrifício sobre as mulheres negras neste País. E você quer que uma família durante a pandemia, com demissões, suspensões de contrato, demissões em massa no setor doméstico, especialmente de mulheres, sobreviva com 300 reais?

Sr. Bolsonaro, ponha a mão na consciência. Nem o seu pastel de todo fim de semana com a entourage que o cerca o senhor conseguirá manter com um auxílio emergencial dessa natureza.

É por isso que nós entendemos que a obstrução neste momento tem um papel educativo e emblemático para a demonstração de que nós não podemos nos calar diante dessa insensibilidade. É necessário votar a Medida Provisória nº 1.000, garantir o auxílio emergencial que este Congresso aprovou, que esta Câmara aprovou, porque o Governo não queria dar.

Quero dizer à Nação brasileira que nós demos os primeiros passos em muitas alianças, Srs. Deputados, Srs. Líderes, com o Centro. Nós temos enormes alianças da Esquerda com o Centro. O senhor não se esqueça disso.

Evidentemente demos passos para uma mudança que, em 2022, esperamos tomem as ruas e os corações, e façam o Brasil voltar para a rota da democracia, da disputa limpa, sem *fake news*, sem criminalização, sem perseguições, como estamos vivenciando nos dias de hoje.

Portanto, deixo a nossa solidariedade aos atingidos neste momento pelas desídias. E nomino a minha solidariedade a Manuela d'Ávila. Acima de tudo, deixo a nossa expectativa de que esta Câmara honre o seu papel diante da Nação brasileira e vote a MP 1.000.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Documento 74/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:36
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LEO DE BRITO-PT -AC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### **Sumário**

Continuidade da obstrução dos trabalhos no plenário pelo PT, até a votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e consequente restabelecimento do pagamento do auxílio emergencial 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós do Partido dos Trabalhadores entendemos que esta matéria, relativa à prorrogação dos contratos do INCRA, é muito importante sobretudo para a Amazônia. Nós sabemos o papel que os funcionários do INCRA têm exercido na regularização fundiária da Amazônia. O papel que eles exercem é muito importante, mas nós temos uma prioridade neste momento - nós, não; a Oposição, não; o País, sim. E a prioridade, neste momento de pandemia, quando o povo está sofrendo com a carestia e precisando renovar as esperanças até que venha a vacina contra a COVID-19, é votarmos a Medida Provisória nº 1.000, para que sejam restabelecidos os 600 reais do auxílio emergencial.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores está em obstrução.

Documento 75/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:36
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### **Sumário**

Obstrução dos trabalhos no plenário pelo PSOL até a votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Presidente, o que estamos pedindo é bem objetivo: que o Presidente da Câmara possa definir uma data para a votação da Medida Provisória nº 1.000, porque querem acelerar a "deforma" administrativa e inclusive diminuir o tempo de tramitação de matérias, remotamente, recriando o trabalho na Comissão de Constituição e Justiça ainda neste período de pandemia. Nós somos contra isso.

Querem também votar uma suposta independência do Banco Central, que é a independência para o sistema financeiro, para que os banqueiros determinem a política econômica, seja qual for o Governo. Nós somos contra.

O que estamos querendo aqui é que as pessoas possam ter comida na mesa, que se vote a Medida Provisória nº 1.000.

Por esse motivo, a bancada do PSOL está, neste momento, em obstrução.

---

Documento 76/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:40
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Continuidade da obstrução dos trabalhos no plenário pelo PCdoB, em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Indignação da oradora com a redução do valor do auxílio emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19. Repúdio ao pacote do capital financeiro implementado pelo Governo Jair Bolsonaro.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós vamos manter a obstrução. Quero alertar que, além da redução do auxílio emergencial, estamos vivenciando aqui uma coisa absurda.

Existe ainda um teto de gastos, que mantém a impossibilidade de investirmos em geração de empregos, colocarmos recursos objetivamente nas políticas públicas. Recursos do SUS estão sendo cancelados, o orçamento de 2021 é um escândalo, e ainda há a chamada PEC Emergencial no Senado, a 186, que, junto com a 187 e

a 188, destrói o Estado brasileiro, acaba com fundos públicos, acaba com recursos da educação, da saúde e com os pisos. Esse é o pacote do capital financeiro. Tira dinheiro do povo, dá para os bancos e destrói a possibilidade de o Estado investir em emprego e em políticas públicas.

Eu não sei se isso é uma gozação ou um deboche, não sei se este Governo está falando sério. Nós queremos que haja dinheiro para o povo, para a saúde, para a educação, para política pública e para alimentação da população brasileira.

Mantemos a obstrução. Queremos a MP 1.000.

---

Documento 77/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:40
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

**Sumário**

Continuidade da obstrução dos trabalhos no plenário pela Rede Sustentabilidade, até a inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, a REDE se declara novamente em obstrução. Requer aos Parlamentares sensibilidade para que seja pautada a MP 1.000. Já existem vários requerimentos para que haja essa urgência. Eu acredito que essa é uma causa nobre, é uma causa que vai trazer um bem para a população brasileira. Então, reforço a sua importância. É necessário que pautemos a MP 1.000.

---

Documento 78/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:40
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

**Sumário**

Continuidade da obstrução dos trabalhos no plenário pela Minoria, até a inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vamos manter a obstrução.

A nossa expectativa é de que a medida provisória venha de fato à baila e seja apreciada. Deputados e Deputadas colocarão sua digital sobre a possibilidade de uma família sobreviver com 300 reais.

Quero saudar o magistrado do Amapá que determinou que o auxílio emergencial seja pago no valor integral durante o período dessa absurda circunstância por que passa o povo amapaense, no caso do apagão e de outras perdas que lhe foram impostas agora.

Diante disso, é evidente que a nossa obstrução está mantida até que a Câmara se coloque de maneira ativa e apresente ao povo brasileiro as credenciais em relação à solidariedade.

---

Documento 79/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:40
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Continuidade da obstrução dos trabalhos no plenário pelo PSB, até a inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB continua em obstrução, Presidente, pelas razões já apresentadas.

Queremos votar a Medida Provisória nº 1.000 para restituir o valor original do auxílio emergencial, pelo qual tanto lutamos aqui no plenário - conquistamos os 600 reais. É uma crueldade do Governo Bolsonaro abaixá-lo para 300 reais. Vamos continuar lutando para que seja feito

aqui o que o povo brasileiro quer: a volta do valor de 600 reais.

Por isso, o PSB permanece em obstrução.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 80/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 17:44
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ANDRÉ JANONES-AVANTE -MG ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### **Sumário**

Solidariedade ao povo amapaense diante do colapso no abastecimento de energia elétrica. Protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Fator determinante do fracasso do candidato apoiado pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições à Prefeitura Municipal de São Paulo, Estado de São Paulo. Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

---

**O SR. ANDRÉ JANONES** (Bloco/AVANTE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Hoje eu quero usar da palavra para prestar minha solidariedade ao povo do Amapá, aquele Estado esquecido, em que o povo só é lembrado a cada 2 anos, nos períodos eleitorais. Faço então um clamor aos colegas Deputados, aos colegas Senadores, para que possamos dar voz a ele. Se nós não conseguimos resolver o problema, que pelo menos façamos ecoar a voz desse povo!

Tenho absoluta certeza de que, se estivéssemos falando do Estado de São Paulo, do Estado das minhas Minas Gerais, do Estado do Rio de Janeiro, isso dificilmente estaria acontecendo. Mas estamos falando de um Estado, como eu disse e repito, em que seu povo só é lembrado no período eleitoral.

Eu represento o Estado de Minas Gerais, fui eleito por Minas Gerais, mas isso não me impede de fazer a defesa de todo o povo brasileiro.

Espero que possamos nos empenhar, que o Governo possa apresentar uma resposta a esse povo, que está há 15 dias praticamente sem energia elétrica. É inimaginável isso que está acontecendo com toda a população do Amapá.

Quero fazer uma pergunta à classe política brasileira. Estou me dirigindo não somente a alguns colegas, ao Congresso, mas sim à classe política como um todo.

Até quando vamos continuar fingindo não entender o recado do povo, não ouvir o clamor que vem das ruas? Até quando a classe política vai se fechar e fingir ignorar o que vem das ruas?

Não se pauta a MP 1.000. Eu já cansei de falar sobre isso aqui. Já fizemos obstrução. Não adianta, não se toca mais no assunto MP 1.000. Todo o Brasil está falando, pedindo, implorando para que seja pautada a MP 1.000, e a Câmara dos Deputados simplesmente finge que não está ouvindo.

Continuem fingindo que não estão ouvindo, esses que estão fazendo isso, que vão continuar levando uma lapada nas urnas, como aconteceu com um candidato a Prefeito de São Paulo que perdeu as eleições.

Sabem por que ele perdeu as eleições? Porque ele é do mesmo partido daquele que esteve na Presidência de sessão da Câmara dos Deputados e se negou a pautar a MP 1.000.

O povo vai continuar respondendo. Esses que estão fechados, esses que são corporativistas, que querem fazer uns pelos outros e viram as costas para o povo, assim como estão fazendo no Amapá, assim como estão fazendo em relação à MP 1.000, podem ter certeza de que a resposta virá sempre, de forma democrática, nas urnas. Vão levar surras eleitorais, vão perder eleições e vão continuar perdendo, perdendo e perdendo.

O povo mostrou nestas eleições que não é bobo, que está de olho e que está vendo tudo que fazemos aqui na Câmara dos Deputados. É junto com esse povo que vamos mudar e transformar este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Avante orienta "não".

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Tentativa do Governo Jair Bolsonaro de dominação do Estado brasileiro e de políticas públicas, bem como da Polícia Federal para impedimento da investigação de seus filhos. Favorecimento do Ministério do Meio Ambiente à extração ilegal de madeira. Natureza antifeminista da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Caráter racista do Presidente da Fundação Cultural Palmares. Repúdio à proposta governamental de reforma administrativa. Fracasso dos candidatos apoiados pelo Presidente da República nas eleições municipais de 2020. Elevação dos índices de contingência da fome no País. Elevação dos índices inflacionários e de desemprego no Brasil. Obstrução das votações pelos partidos opositores em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, com vista à retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) -** Presidente, nós não temos nenhum óbice com relação à matéria. É óbvio que o ideal seria que houvesse concurso público no INCRA. Entendemos a função fundamental do INCRA para estabelecer a reforma agrária, que, aliás, é a forma de assegurar que haja valorização da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, valorização da produção de alimentos.

Este é um Governo que resiste em fortalecer o Estado, e o Estado se impõe. Ele se impõe através do auxílio emergencial, ele se impõe através da dedicação dos profissionais do SUS, ele se impõe ao mostrar a sua própria qualidade.

Este Governo busca se apropriar do Estado. Com a reforma administrativa, tenta dizer isto: "*O Estado sou eu. O Estado me pertence*". Da mesma forma, busca se apropriar da Polícia Federal para impedir que os filhos do Presidente sejam investigados. Ele também busca se apropriar do conjunto das políticas públicas. Transforma o Ministério do Meio Ambiente em um Ministério que favorece a extração de madeira ilegal e busca, ao mesmo tempo, passar boiadas contra o povo brasileiro. É como se tivéssemos no

Ministério do Meio Ambiente um exterminador do futuro. E o exterminador (*falha na transmissão*) do Estado. Busca se apropriar do COAF. Busca se apropriar do Ministério da Mulher. Colocou ali uma antifeminista. Ao mesmo tempo, colocou um racista na Fundação Palmares. Então, o sentido da reforma administrativa é esse: apropriar-se do Estado, fazer com que o Estado sirva aos seus próprios interesses.

Estamos vivenciando um Governo que, assim como os ditadores e os psicopatas, não tem qualquer tipo de empatia com o outro. O outro só existe se for o seu próprio espelho. Este é um Governo autocentrado. Nesse sentido, questiona as eleições, porque as eleições colocaram de forma muito nítida a derrota dessa política de governo. Ao mesmo tempo, busca ignorar a fome do povo.

Houve um aumento de 43,7% da fome no Brasil nos últimos anos. A inflação está crescendo. Ela, no caso dos alimentos no atacado, que atinge mais a população pobre, cresceu 15%. Quase 80 milhões de brasileiros e brasileiras estão fora do mercado de trabalho ou estão em condição de fazer bicos na informalidade, no subemprego, no desalento.

Tudo em que o Rei Midas tocava virava ouro. Aquilo em que toca este Governo vira cinza. Vira cinza a mata, vira cinza o Pantanal, viram cinzas as candidaturas apoiadas por Bolsonaro, viram cinzas os empregos, a esperança, a dignidade neste País.

Por isso, nós que somos a favor do mérito da medida provisória não podemos votar. Estamos, portanto, em obstrução, porque queremos que o povo brasileiro tenha uma resposta deste Parlamento. E a resposta deste Parlamento é a manutenção do auxílio emergencial de 600 reais.

Eu me pergunto: que covardia é essa que atinge esta Casa? É uma covardia. Não quer colocar essa matéria em votação. Esses que apoiam Jair Bolsonaro o apoiam de forma covarde, não querem explicitar esse apoio, porque, como disse, Jair Bolsonaro transforma em cinza aquilo em que toca.

Somos a favor da Medida Provisória nº 1.000. Que ela seja pautada e que possamos dar respostas ao (*falha na transmissão*) à medida provisória que está em discussão e aos seus pressupostos.

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, evidentemente somos a favor desta importante matéria, sobre prorrogação de contratos de funcionários do INCRA.

Ressalto que defendemos, como disse a Deputada Erika Kokay, o concurso público. Entendemos que o Estado cumpre um papel importante, o serviço público cumpre um papel importante, sobretudo de inclusão social, quando se trata de programas de reforma agrária.

Nesse sentido, estamos mudando a orientação de obstrução, em relação aos pareceres, para votarmos "sim" a esta matéria, entendendo a importância que ela tem. Ressaltamos tudo o que dissemos antes a respeito da necessidade de votarmos a Medida Provisória nº 1.000.

Na votação dos pareceres, a bancada do Partido dos Trabalhadores registra o voto "sim".

---

Documento 83/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 18:00
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	GIOVANI CHERINI-PL -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Contrariedade às recomendações da Organização Mundial da Saúde - OMS preventivas da

Covid-19. Defesa do uso de medicamentos no tratamento da doença.  
Inexistência de vacina contra o coronavírus.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL vota favoravelmente aos pressupostos constitucionais.

Eu quero mais uma vez responder à tamanha ilusão que a Oposição vem fazendo no Brasil, junto com determinados setores da mídia, o chamado politicamente correto. Isto é, no caso, o politicamente correto: fique em casa, use máscara e espere a vacina. Negar o remédio, isso é o politicamente correto, assim como valorizar a pobreza. Eles mandaram ficar em casa, dizendo que a Organização Mundial da Saúde defendia isso. Aliás, OMS é "Organização Mundial dos Sem Noção".

Não existe vacina! O Brasil vai gastar milhões comprando vacina para fazer o mesmo que fizeram na PETROBRAS, para fazer o mesmo que fizeram em outros órgãos públicos do Brasil? Vacina não existe. Remédio existe, vacina não existe. Os remédios eles negam, e querem que o Brasil gaste milhões para comprar o que não existe, a vacina. Estão iludindo o povo brasileiro.

Vamos parar de mentir! Não existe vacina no Brasil para coronavírus, mas remédio existe.

---

Documento 84/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 18:00
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Noticiário da mídia sobre a produção de vacina eficaz e segura contra a Covid-19. Inexistência de medicamentos para o tratamento da doença. Defesa do estabelecimento de plano nacional de vacinação contra o coronavírus.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Presidente, votamos a favor da medida provisória. É uma medida provisória importante.

Quanto a vacina, recomendamos fortemente que se leia o noticiário nacional e também o internacional. Há a notícia da apresentação de uma vacina segura, com 95% de eficácia. O que não existe é remédio. Nós estamos falando de um vírus. Nós estamos falando de virose.

Portanto, é preciso um mínimo de estudo, de informação, de acesso à ciência, disto que se faz nas universidades: pesquisa. Pesquisadores fazem testes, usam o método científico para produzir vacinas.

É preciso estabelecer um plano nacional de vacinação, Presidente, antes que seja tarde. Já morreram mais de 166 mil pessoas no Brasil.

Basta de irresponsabilidade e inconsequência! Basta! Chega! É hora de tratar esse problema gravíssimo com um mínimo de seriedade, pelo amor de Deus! Vamos parar de enganar as pessoas e de falar besteira no microfone da Câmara dos Deputados, porque esta sessão é transmitida para o Brasil inteiro. É preciso ter um mínimo de responsabilidade. Não existe remédio para a COVID, e o que se está pesquisando no mundo inteiro é vacina, pelo amor de Deus!

O PSB vota "sim" à medida provisória.

---

Documento 85/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 18:04
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Indignação com pronunciamento de Parlamentar contrário à vacina da Covid-19.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós não somos da política do quanto pior melhor. Portanto, nós encaminharemos o voto "sim", porque somos favoráveis à medida provisória, e aprovaremos o parecer.

Sr. Presidente, eu sou médica, e nós temos feito um trabalho importante na comissão externa de enfrentamento à pandemia. Eu diria a V.Exa. que eu fico muito indignada com algumas falas neste plenário que chegam a me dar náusea. Independentemente da nossa imunidade de opinião e de voto, deveria ser tipificado como crime falar algumas coisas dentro desse plenário para o povo brasileiro. Induzir as pessoas a não reconhecer a necessidade de uma vacina e dizer às pessoas que há remédio de combate ao coronavírus deveria ser crime, porque é crime negar a veracidade da ciência.

Não é possível que ainda continuemos aceitando falas desse tipo como agentes públicos dentro da Câmara dos Deputados. Nós temos que apostar na vacina, induzir as pessoas a acreditarem na ciência e na vacina e parar de dizer que há remédio eficaz contra o coronavírus no Brasil. É por isso que as pessoas estão morrendo, é por isso que as pessoas não conseguem evitar a pandemia e continuam tendo comportamentos erráticos, sem máscara, sem cuidados higiênicos, e estão morrendo no Brasil. Isso é crime, e assim deveria ser tipificado de forma mais clara.

Obrigada, Presidente.

---

Documento 86/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 18:04
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOSÉ NELTO-PODE -GO ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação do orador com a politização da vacina contra a Covid-19.  
Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

---

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é um absurdo o nosso País politizar a pandemia, é uma vergonha! Nós sabemos que não há medicamentos. A saída é a vacina. Mas ainda não há nenhuma vacina. Apontem-me a vacina que já foi aprovada pela OMS ou aprovada pela FDA, nos Estados Unidos, ou aprovada pela ANVISA.

Não adianta querer passar o carro na frente dos bois, essa é a

realidade. No dia em que aparecer a vacina, seja chinesa, japonesa, russa, inglesa, americana, seja do Butantan, seja da FIOCRUZ, nós teremos que tomá-la, e é uma obrigação na democracia.

A vacina é obrigatória. É importante deixar de politizá-la. Eu vejo aqui a Esquerda e a Direita politizando a vacina. Vamos tratar esta pandemia com seriedade. Hoje, o que manda a ciência? Álcool gel, máscara, distanciamento. E há um alerta novamente para a segunda onda do coronavírus em nosso País. A segunda onda já está acontecendo na Europa. Então, nós temos que evitá-la. O que pudermos fazer temos que fazer. É preciso respeitar a ciência, os nossos médicos. Agora chega de politização das vacinas!

Nós queremos vacina? Não existe vacina. Querer cobrar vacina do Governo brasileiro também... Ontem eu estive com o Ministro da Saúde, General Eduardo Pazuello, que me disse: "*Deputado, nós temos consórcio com dez laboratórios, com dez países, e a primeira vacina que for aprovada será distribuída para o povo brasileiro*". Cento e quarenta milhões de doses foram compradas pelo Governo brasileiro. Então, é hora de união do nosso País, e não de divisão.

Encaminho o voto "sim", Sr. Presidente.

---

Documento 87/92

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020-18:16
Publ.: DCD - 11/19/2020 -		ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encaminhamento da votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Importância do fortalecimento do Estado brasileiro. Violação da soberania nacional pelo Governo Jair Bolsonaro. Desprezo do Presidente da República ao povo brasileiro e às vítimas da Covid-19.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Somos favoráveis aos pressupostos e à medida provisória.**

Como disse, o Estado tem que ser fortalecido. Há uma série de mitos construídos pelo Governo de que o Estado é ineficiente, de que é incapaz. Foi esse Estado que construiu o Pix, que construiu uma das melhores tecnologias sociais de todo o mundo. Foi o Estado brasileiro, foram os servidores e servidoras.

Fala-se que se gasta muito, mas não se faz comparação com outros países do mundo para se perceber que o Brasil não gasta o que gastam outros países considerados países ricos, ou outros países do nosso planeta.

Portanto, nós precisamos do Estado. Vimos isso quando enfrentamos esta pandemia, quando vimos o valor do Sistema Único de Saúde, como também vimos o valor do Sistema Único de Assistência Social.

*(Falha na transmissão)* construções que em momentos traumáticos da ditadura asseguram um Estado de proteção, um Estado de bem-estar social, que o Governo quer transformar pela reforma administrativa em Estado de bem-estar empresarial, porque dá ao Estado a condição de participação subsidiária. Ele vai participar onde a iniciativa privada não tiver interesse.

E é por isso que estamos vendo um ferimento constante na nossa soberania. Ferir a soberania é ferir o meio ambiente. Ferir a soberania é ferir a educação. Este Governo está tirando recursos das verbas discricionárias para a educação, como está tirando da própria saúde, como, ao mesmo tempo, não quer fortalecer o Estado.

É preciso fortalecer o INCRA - fortalecer o INCRA! Nós votamos favoráveis à prorrogação dos contratos temporários, mas nós sabemos da fundamental importância de termos concursos públicos, um concurso público para o INCRA, para que possamos ter um Estado que ande e que faça a reforma agrária.

O que nós estamos vivenciando agora é um Governo que tem desprezo pelo povo brasileiro. E me lembra do poema de Brecht: *"Esmagar sempre o próximo não acaba por cansar?"* Não acaba por cansar um Governo que chega a comemorar dizendo *"Eu venci! Eu venci!"* quando se suspenderam de forma arbitrária os testes de uma vacina em função de sua origem - em função da sua origem?

Desprezo pelo povo brasileiro. Coloca o povo brasileiro abaixo da sua intenção de domínio, da sua intenção de proteger sua família, da sua intenção de transformar o Estado num conluio de interesses empresariais e do mercado financeiro.

Então, submete o Estado, submete a saúde da população e submete a vacina, tão fundamental para que nós possamos superar o momento

que o Brasil vive.

Não é verdade que nós estamos entrando numa segunda onda. Nós não saímos da primeira. Estão se agudizando os resquícios da primeira onda, porque nós temos 166 mil pessoas que faleceram, e o Presidente da República mostra completo desprezo para com essas vítimas e seus familiares.

Por isso, dá e recebe com a mesma facilidade, mas a mão que agarra com avidez...

**O SR. PRESIDENTE** (João Roma. REPUBLICANOS - BA) - Conclua, Deputada.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF) - E há um ônus, com a vida da população - eu concluo, Presidente -, com a necropolítica em curso. Ao mesmo tempo, há o seu reflexo na reação da população que, nestas eleições, disse "não" ao bolsonarismo, disse "não" à negação da ciência, disse "não" à negação da vida, disse "não" à necropolítica.

---

Documento 88/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 18:20
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LEO DE BRITO-PT -AC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Politização da epidemia de coronavírus pelo Presidente da República. Apoio à vacinação contra a doença.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vamos votar "sim", a favor do parecer da Comissão Mista, entendendo a importância desta matéria. Nós cumprimos o papel de obstrução nesta sessão.

Eu quero dizer uma coisa importante. O discurso terraplanista só prejudicou o País. Foram mais de 166 mil vítimas no nosso País e não existe remédio hoje contra a COVID-19. O Brasil fez o contrário do que os países que deram certo nesse combate fizeram, que foi a união do

povo. Agora a pergunta que se faz é: quem desuniu o povo? Quem politizou? Foi simplesmente o Sr. Presidente da República. As outras forças políticas todas se orientaram pela ciência, pelo bom senso e trabalharam para unir o País contra o inimigo comum, que é a COVID-19. O Presidente da República até hoje está politizando, inclusive em relação à vacina. Nós queremos qualquer vacina para que o nosso povo esteja prevenido contra a COVID-19.

O voto do PT é "sim".

---

Documento 89/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 19:08
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	GIOVANI CHERINI-PL -RS  ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Contestação aos discursos proferidos no plenário de comparação do orador a criminoso, em face do seu posicionamento contrário às medidas preventivas do coronavírus. Inexistência de vacina contra a doença.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu ouvi os colegas hoje, atentamente.

Eu não concordo, mas jamais vou chamar alguém de criminoso, até porque, para mim, "criminoso" é outra coisa. Por exemplo, criminoso é mandar fechar o comércio e a indústria e dizer que isso não é saúde? Isso pode ser criminoso.

Também pode ser criminoso vender vacina sem ela ter sido testada nem na terceira fase, na qual 95% das vacinas são reprovadas.

Criminoso é dizer que não existe remédio. Então, milhares de pessoas já teriam morrido se não houvesse remédio, porque remédio não cura, remédio remedia.

Talvez seja criminoso dizer que tudo é ciência, mentir para a população dizendo que tudo é ciência, sendo que, em 8 meses, não existiria ciência. A China ficou 21 dias fechada; o Brasil, 8 meses. Isso não é crime?

Criminoso é mandar ficar em casa, enquanto o vírus está na farmácia, está na padaria. O vírus está dentro da Câmara ou está fora da

Câmara? Onde está o vírus? Criminoso é dizer que, ficando em casa, a pessoa não vai ter esse vírus.

Criminoso é mandar usar máscara até na praia, dentro da piscina. Criminoso é fazer com que se respire o gás carbônico, sem flexibilizar o uso da máscara. Deveria usar máscara quem tem suspeita de estar com algum vírus. Esses é que deveriam usar máscara.

Criminoso é dizer que isso é ciência, dizer que vai haver vacina e que todo mundo é obrigado a tomar vacina. Isso é criminoso, sim, porque quem quer deve tomar a vacina, e quem não quer deve ter a liberdade de não tomá-la. É a liberdade da China que V.Exas. querem?

**O SR. PRESIDENTE** (João Roma. REPUBLICANOS - BA) - Peça que conclua, Deputado.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (Bloco/PL - RS) - *"Ah, essa vacina tem 95% de eficácia."* Sim. Então, seriam vacinados 100% da população do País, 210 milhões de brasileiros. Segundo a OMS, existem 5,9 milhões de brasileiros que contraíram o vírus, ou seja, 2,8% da população; e o número de mortos é 166 mil, ou 0,08% da população. Se houver vacina, vai morrer mais gente do que morreu até agora?

Portanto, isso é uma falácia. Eu posso dizer que não vai haver vacina, não porque eu não queira, mas porque se trata de um vírus que tem 40 mil cepas. Agora, ficam mentindo e fazendo política em cima de vacina, que ainda não existe. Aí eu é que sou o criminoso? Criminoso é quem mente para a população sobre aquilo que não existe.

Obrigado.

---

Documento 90/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 19:08
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação com posicionamentos negacionistas da ciência, da Covid-19 e da vacina contra a doença. Alcance do patamar de 170 mil mortes no País em decorrência do coronavírus.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui lamentar esses



negacionistas, que negam a ciência, que negam o coronavírus, que negam a COVID-19, que negam a vacina.

No entanto, eles se cuidam, e como se cuidam! Aliás, um desses, aqui no Rio Grande do Sul, prega benzedura, prega remédio de curandeirismo, mas, quando ficou doente, pegou os melhores médicos, os melhores profissionais, os melhores hospitais, para buscar a cura da sua doença. Ele não foi fazer benzedura, não foi fazer curandeirismo.

*"Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço."* São duas caras, cara de pau; duas línguas, língua de cobra: uma para mentir e outra para enganar. Portanto, nós temos que desmascarar isso claramente, Presidente.

Eu sou claramente a favor da luta contra o coronavírus, até porque fui vítima dele. Quase morri, fiquei 12 dias no hospital. Sei o que eu passei, Presidente. Sou a favor da vacina. Nós temos dez vacinas que em breve estarão disponíveis. Não importa se a vacina é inglesa, americana, chinesa, russa, desde que bem testada, bem comprovada. Eu quero que venha a vacina. Não importa o pelo do gato, Presidente. O importante é que o gato pegue o rato. Não importa se a vacina é daqui ou dali, desde que a vacina funcione dignamente, respeitosamente.

Já morreram quase 170 mil pessoas no Brasil; 6 mil pessoas aqui no Rio Grande do Sul. São vidas, Presidente. Vidas importam. Quando é na nossa família, aprendemos a respeitar, a valorizar, a compreender a situação.

**O SR. PRESIDENTE** (João Roma. REPUBLICANOS - BA) - Deputado, eu peço que V.Exa. conclua, senão os demais Deputados não terão tempo para fazer uso da palavra. Temos apenas 4 minutos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS) - Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento.

Não importa se é a Covax, se é da Moderna, se é da Pfizer, enfim, se é a Coronavac. Não importa. Tem que ser uma vacina testada, reconhecida. Temos que vacinar quantos puderem ser vacinados para nos livrarmos dessa doença, para que possamos retomar com força a economia e melhorar o nosso País para o nosso povo, para a nossa gente.

É isto o que eu prego, Presidente: ciência, ciência, ciência, verdade e transparência.

Seja bem-vinda, vacina.

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 19:12
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Insistência do orador na votação da Medida Provisória 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Saudações ao Sr. Guilherme Boulos e à Deputada Marília Arraes candidatos, respectivamente, às Prefeituras Municipais de São Paulo, Estado de São Paulo, e Recife, Estado de Pernambuco. Apresentação, pelo partido Novo, de agenda contrária aos interesses do País e da população brasileira. Não eleição de Prefeito Municipal pela agremiação partidária. Defesa da eleição de candidatos não vinculados ao Presidente Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições municipais.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o senhor chamou a próxima reunião para quando?

**O SR. PRESIDENTE** (João Roma. REPUBLICANOS - BA) - Eu ainda não a chamei, porque eu não concluí a sessão. Não há ainda definição de nova data. Ao final desta sessão, eu vou convocar sessão com data e horário a serem divulgados oportunamente pelo Colégio de Líderes, por meio de manifestação desta Presidência, desta Mesa.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente.

Então, vamos continuar na luta para que seja colocada em votação a Medida Provisória nº 1.000. Queremos garantir o Auxílio Emergencial para as famílias, o pagamento de pelo menos 600 reais, derrubando essa ação de Bolsonaro que diminuiu o auxílio e o cortou para várias famílias brasileiras.

Quero saudar aqui o Guilherme Boulos, que, de acordo com a última pesquisa, está diminuindo a diferença e vai passar o Sr. Covas em São Paulo.

Quero saudar também Marília Arraes, que já apareceu em primeiro lugar na pesquisa que acabou de ser divulgada e que conta também com o apoio do PSOL em Recife, Pernambuco. Fica a nossa saudação

à Marília.

Quero dizer que as medidas que o Deputado do Partido Novo apresenta como positivas, Nossa Senhora! Ou seja, são medidas que desmontam o Estado nas suas garantias sociais, que atendem exclusivamente ao sistema financeiro, aos banqueiros, e prejudicam enormemente milhões de famílias brasileiras, principalmente aquelas mais pobres.

Vai ver que é por isso, Presidente - e já termino o meu pronunciamento -, que o povo percebeu que nesta última eleição o Partido Novo não conseguiu eleger uma Prefeitura no Brasil. O povo brasileiro já percebeu que a pauta, a agenda desse partido é contra a maioria das pessoas. Não houve banqueiro suficiente para eleger um Prefeito do Partido Novo nesse primeiro turno das eleições que aconteceram no dia 15 de novembro.

Vamos continuar firmes, vamos vencer essas eleições em São Paulo, em Belém, em Porto Alegre, em Recife, em Vitória, e também derrotar o bolsonarismo em Fortaleza.

Um abraço!

Muito obrigado.

---

Documento 92/92

---

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/11/2020- 19:16
Publ.: DCD - 11/19/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância da votação pela Casa da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Relevância das ações promovidas pela Câmara dos Deputados de combate à Covid-19 e suas consequências. Repúdio ao posicionamento de Deputado contrário à imunização do povo brasileiro. Importância do cumprimento das medidas preventivas da doença.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos já no fim desta sessão, que tratou de uma matéria muito importante, que fortalece o

INCRA e a reforma agrária no Brasil.

Quero abraçar o Relator. Nós da Oposição trabalhamos de uma maneira muito responsável. Quero agradecer mais uma vez a confiança do Deputado José Guimarães, que me permitiu conduzir nossos trabalhos nesta tarde e noite.

Sr. Presidente, a nossa responsabilidade é explícita com o Brasil. Aprovamos, induzimos a aprovação do auxílio emergencial, estamos lutando por medidas de combate à pandemia, com uma Comissão Externa trabalhando de forma exaustiva. Estamos vendo colegas adoecerem nesta Casa. Estimo melhoras aos que ainda estão adoentados. Perdemos alguns, entre Senado e Câmara.

Não podemos ouvir de maneira passiva a negação da tentativa da imunização, de forma científica, da nossa população. A vacina é uma conquista da ciência. Vacina não é remédio. Vacina é indução de formação de anticorpos. Isso é algo que o organismo humano é suscetível para se defender. Esse é um vírus que veio para aniquilar. Inicialmente, padecem os que têm comorbidades, mas podem padecer muitos. E todos podem ser contaminados e podem adoecer também, Sr. Deputado que tem defendido a não vacinação.

Eu, portanto, deixo essa mensagem. Estamos acompanhando o processo de testagem das vacinas, estamos acompanhando a luta das equipes de saúde para adequarem protocolos, manejo dos pacientes, na cabeceira dos leitos. Esses profissionais são de uma criatividade que o Brasil precisa reverenciar. Estão cansados e voltam agora a uma jornada exaustiva com esse seguimento de contágios da pós-eleição, da aglomeração nas eleições e agora nas festas.

**O SR. PRESIDENTE** (João Roma. REPUBLICANOS - BA) - Peço que conclua, Deputada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de dizer que precisamos, como Parlamentares, orientar as pessoas a usarem máscaras, a se distanciarem o máximo possível, a manterem os protocolos da nova etiqueta higiênica mundial quando tiverem que sair, e acima de tudo estimular com recursos os institutos de pesquisa, e não paralisá-los, como fez o Presidente da ANVISA de maneira precipitada, açodada. E deu no vexame internacional que deu no mundo da ciência. Portanto, orientar para a cura, para a imunização e para a precaução.

Muito obrigada, Sr. Presidente!